



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**

RELATÓRIO PARCIAL DE AVALIAÇÃO INTERNA INSTITUCIONAL ANO DE REFERENCIA 2016

Organização:

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-SETEC
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**

**RELATÓRIO PARCIAL:
EIXO 2 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
EIXO 4 POLÍTICAS DE GESTÃO
ANO DE REFERENCIA 2016**

Organização:

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

Michel Temer
Presidente da República

Mendonça Filho
Ministro da Educação

Eline Neves Braga Nascimento
Secretária de Educação Profissional e Tecnológica

Equipe Gestora do IFPE

Reitora
Anália Keila Rodrigues Ribeiro

Pró-Reitora de Ensino
Edlamar Oliveira dos Santos

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação
Mário Antônio Alves Monteiro

Pró-Reitora de Extensão
Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional
André Menezes da Silva

Pró-Reitor de Administração
Rozendo Amaro de França Neto



EQUIPE EXECUTIVA DA CPA

Assis Leão da Silva
Coordenação geral do
Projeto de Avaliação Institucional Interna

Assis Leão da Silva
Márcio Bezerra Martins
Desenvolvimento do instrumento roda de conversas

Assis Leão da Silva
Fabício William da Cunha
Desenvolvimento do instrumento de avaliação *in loco*

Assis Leão da Silva
Comissão Própria de Avaliação
Desenvolvimento do instrumento questionário de avaliação

Adriano Ribeiro da Costa
Aliny Karla Alves de Freitas Lira
Assis Leão da Silva
Cintia de Kassia de Melo
Daiana Zenilda Moreira
Deneil José Laranjeira
Diniz Ramos de Lima Júnior
Elaine Cristina Bernardo Lopes
Graziella da Silva Moura
Inaldo José Minervino da Silva
Jamires Pereira da Silva
Jimmy Davison Emídio Cavalcanti
Jose Manoel de Sousa
Josiel Sobral de Sousa
Lenilton Souza Ferreira de Lima
Margarete Maria da Silva
Maria Isailma Barros Pereira
Monique Maria Batista de Oliveira
Niédsen José da Silva
Patrícia Ribeiro dos Santos
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos
Avaliação in loco

Rodrigo José de Albuquerque Marinho Ataíde dos Santos
Adriano Ribeiro da Costa
Assis Leão da Silva
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos
Lenilton Souza Ferreira de Lima
Avaliação roda de conversa

**Representação segmento docente,
discente e técnico-administrativo:**
CPA Setorial *Campus* Pesqueira
CPA Setorial *Campus* Belo Jardim
CPA Setorial *Campus* Caruaru
CPA Setorial *Campus* Garanhuns
CPA Setorial *Campus* Recife
CPA Setorial *Campus* Vitória
CPA Setorial *Campus* Barreiros
CPA Setorial EaD
Avaliação questionário

Aliny Karla Alves de Freitas Lira
Cássio Wanderlei Silva Santos
Cintia de Kassia de Melo
Elaine Cristina Bernardo Lopes
Graziella da Silva Moura
Lenilton Souza Ferreira de Lima
Margarete Maria da Silva
Maristela Maria Andrade da Silva
Patrícia Ribeiro dos Santos
Raimundo Valmir de Oliveira
Rosa Maria Oliveira Teixeira de Vasconcelos
Equipe de apoio

Izaldo Pedro da Silva
Colaborador de Apoio à secretaria da CPA

Assis Leão da Silva
Aliny Karla Alves de Freitas Lira
Redação do Relatório Parcial de Avaliação
Institucional Interna

José Carlos Almeida Patrício Júnior
Sistematização dos Dados - Avaliação análise de sistema

APRESENTAÇÃO

O documento que hoje disponibilizamos à sociedade civil, ao INEP, à Comunidade e à gestão do IFPE, apresenta o Relatório Parcial de avaliação Institucional interna do ano de referência de 2016, período de consolidação da implementação de um trabalho que tem o desafio de propor à concretização de uma cultura avaliativa no seio desta comunidade, em especial, após treze anos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Avaliar a eficácia, eficiência e efetividade acadêmica dos cursos superiores e das estruturas disponibilizadas pela instituição não se restringe a apenas verificar as condições de ensino, mas amplia horizontes, no sentido de também analisar, emitindo juízo de valor, sua coerência com a vocação institucional e social, sua harmonia com a região, o País, além de sua adequação à legislação vigente.

Dessa forma, o presente Relatório busca trilhar o aprofundamento de uma caminhada iniciada no ano de 2014, balizada no diálogo, avançando com a intenção de proporcionar a concretização da utopia de uma educação superior de qualidade, repercutindo na qualificação da vida daqueles que, de alguma forma, estão inseridos nos limítrofes do contexto desta Instituição.

Comissão Própria de Avaliação

CPA

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 Dados da Instituição	9
1.2 Composição da CPA	11
1.3 Planejamento Estratégico da avaliação institucional interna	17
1.4 Natureza do Relatório Parcial.....	18
2. METODOLOGIA.....	19
3. DESENVOLVIMENTO	29
3.1 Eixo I: Planejamento e Avaliação Institucional	29
3.1.1 Breve histórico da IES: criação, trajetória, modalidades de oferta da IES	29
3.1.2 Conceitos obtidos pelo IFPE nas avaliações externas de curso e institucional .	37
3.1.3 Projetos e Processos de Autoavaliação.....	39
3.1.4 Divulgação e Análise dos Resultados da Autoavaliação	44
3.1.5 Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos	47
3.1.6 Processos de gestão: apresentação dos processos de gestão (ações acadêmico-administrativas), desenvolvidos a partir das avaliações externas e das avaliações internas.....	51
3.1.7 Evolução institucional	53
4. DESENVOLVIMENTO: DIAGNÓSTICOS DA AVALIAÇÃO INTERNA	54
4.1 Avaliação da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)	55
4.1.1 Nível de conhecimento a respeito do PDI	55
4.1.2 Missão da Instituição, Metas e Objetivos do PDI	56
4.1.3 Coerência do PDI e atividades de ensino	57
4.1.4 Coerência do PDI e práticas de extensão.....	58
4.1.5 Coerência do PDI e atividades de pesquisa, iniciação científica e tecnológica	59
4.1.6 Coerência do PDI e atividades artísticas e culturais	60
4.2 Avaliação da responsabilidade social do IFPE	61
4.2.1 Ações institucionais voltadas à diversidade.....	61
4.2.2 Ações institucionais voltadas ao meio ambiente.....	62
4.2.3 Ações institucionais voltadas à memória cultural, produção artística e ao patrimônio cultural	63
4.2.4 Ações institucionais voltadas à inclusão social	64

4.2.5	Ações institucionais voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial	65
4.2.6	Ações institucionais voltadas à internacionalização.....	66
4.3	Avaliação da política de formação e capacitação do técnico-administrativo	79
4.3.1	Incentivo e auxílio à formação continuada	79
4.3.2	Divulgação das ações com o segmento técnico-administrativo	80
4.3.3	Plano de capacitação dos servidores técnico-administrativo	81
4.4	Avaliação da política de formação e capacitação docente	81
4.4.1	Incentivo à participação em eventos científicos, técnicos e culturais.....	82
4.4.2	Incentivo para formação continuada	82
4.4.3	Divulgação das ações com o segmento docente.....	83
4.5	Avaliação da política de gestão institucional	84
4.5.1	Incentivo à autonomia e representatividade dos órgãos colegiados.....	84
4.5.2	Participação da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisões Institucionais	85
4.6	Avaliação do sistema de registro acadêmico.....	86
4.6.1	Treinamento.....	86
4.6.2	Acesso e disponibilidade do sistema acadêmico	86
4.6.3	Agilidade no atendimento quanto às dúvidas, retificações e problemas do Sistema Acadêmico.....	87
5.	Análise dos dados e das informações	103
6.	Ações com base na análise (do diagnóstico à ação)	104
7.	Referências	107

1. INTRODUÇÃO

Nesta seção, amparando-se na Nota Técnica n.º 065 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a Comissão Própria de Avaliação (CPA) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) apresenta os dados da Instituição, a Composição da CPA e o Planejamento Estratégico de Autoavaliação para a Instituição.

1.1 Dados da Instituição

Dados da Mantenedora (1)

ID: 16120 **Nome:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO **CNPJ:** 10.767.239/0001-45
Representante Legal: ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO **Telefone:** 21251728 **Correio Eletrônico:** reitora@reitoria.ifpe.edu.br

Dados da IES (1)

ID: 1809 **Sigla:** IFPE **Nome:** INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO **Situação da IES:** Ativa
Endereço da Reitoria/ Sede Administrativa: Avenida Professor Luiz Freire
Bairro: Curado **Número:** 500 **UF:** PE **Município:** Recife
Telefone: (81) 2125-1656 **Fax:** (81) 2125-1674 **Correio Eletrônico:** gabinete@reitoria.ifpe.edu.br
Categoria Administrativa: Pública Federal **Organização Acadêmica:** Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia
Dirigente Principal: ANÁLIA KEILA RODRIGUES RIBEIRO **Telefone:** 21251728 **Correio Eletrônico:** reitora@reitoria.ifpe.edu.br

Pesquisador Institucional (2)

Nome: DENISON SANTANA BEZERRA **Telefone:** 88168216 **Correio Eletrônico:** prodin@reitoria.ifpe.edu.br

Locais de Oferta (1)**Total de Locais de Oferta: 22**

Código	Nome	Município	UF	Tipo
5596	IFPE - <i>CAMPUS</i> DE PESQUEIRA	Pesqueira	PE	Unidade acadêmica
26676	Polo UAB - IPOJUCA	Ipojuca	PE	Unidade acadêmica, Pólo UAB, Pólo
27019	PÓLO UAB - SANTANA DO IPANEMA	Santana do Ipanema	AL	Unidade acadêmica, Pólo UAB, Pólo
150452	<i>Campus</i> Vitoria de Santo Antão	Vitória de Santo Antão	PE	Unidade acadêmica
150454	<i>Campus</i> de Ipojuca	Ipojuca	PE	Unidade acadêmica
150455	<i>Campus</i> Barreiros	Barreiros	PE	Unidade acadêmica
150548	Polo de Apoio Presencial de Sertânia	Sertânia	PE	Pólo
151912	Polo de Apoio Presencial de Palmares	Palmares	PE	Pólo
1000181	<i>Campus</i> Recife	Recife	PE	Unidade Adm. / Reitoria, Unidade acadêmica
1023294	Polo UAB - DIAS D'AVILA	Dias d'Ávila	BA	Pólo UAB, Pólo
1023405	Polo UAB - PESQUEIRA	Pesqueira	PE	Pólo UAB, Pólo
1023834	Pólo de Apoio Presencial de Limoeiro	Limoeiro	PE	Pólo
1050512	Pólo de Apoio Presencial de Carpina	Carpina	PE	Pólo
1050514	Pólo de Apoio Presencial de Águas Belas	Águas Belas	PE	Pólo
1050517	Polo de Apoio Presencial de Gravatá,	Gravatá	PE	Pólo
1050541	Polo de Limoeiro	Limoeiro	PE	Pólo UAB
1054900	<i>Campus</i> Belo Jardim	Belo Jardim	PE	Unidade acadêmica
1056271	<i>Campus</i> Caruaru- IFPE	Caruaru	PE	Unidade acadêmica
1058387	Pólo Garanhuns	Garanhuns	PE	Pólo UAB, Pólo
1058388	UAB Pólo Surubim	Surubim	PE	Pólo UAB, Pólo
2006535	Polo UAB - SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	Santa Cruz do Capibaribe	PE	Pólo UAB, Pólo
2006536	Polo UAB - ITABAIANA	Itabaiana	PB	Pólo UAB, Pólo

Fonte: PRODIN/IFPE, 2016.

1.2 Composição da CPA

Segundo seu Regimento Interno, cabe à CPA do IFPE o assessoramento, coordenação e acompanhamento da execução da Política de Avaliação Institucional da Educação Superior, observada a legislação pertinente. O objetivo da avaliação institucional, a partir das 10 dimensões propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), visa verificar a efetividade acadêmica e social da Instituição, para regular a oferta deste nível de educação. Cabe também, sistematizar os processos de avaliação interna, prestar informações sobre a avaliação institucional ao INEP, sempre que solicitadas, observando as dimensões indicadas pelo SINAES.

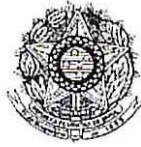
A CPA do IFPE apresenta como atribuições realizar a avaliação institucional, em sua modalidade básica de avaliação interna, com o objetivo de identificar o perfil do Instituto e o significado de sua atuação por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores. Além dessas atribuições, desenvolve atividades no sentido de sistematizar e interpretar as avaliações dos diferentes segmentos do IFPE, no âmbito da sua competência, visando ao fornecimento de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política da Avaliação e da organização Institucional, propondo projetos, programas e ações que proporcionem a melhoria do processo avaliativo institucional, colaborando, dessa forma, com os órgãos próprios do IFPE, no planejamento dos programas de avaliação Institucional.

A composição da CPA, designada por Portaria da Reitoria do IFPE, é constituída por:

- I. Um representante dos Técnico-Administrativos por *campus* que oferte curso superior e seu suplente;
- II. Um representante dos Docentes por *Campus* que oferte curso superior e seu suplente;
- III. Um representante dos alunos por *Campus* que oferte curso superior e seu suplente;
- IV. Um representante da Assessoria Pedagógica da Pró-Reitoria de Ensino e seu suplente;
- V. Um representante da sociedade civil e seu suplente.

Os membros docentes são escolhidos entre seus pares, os demais representantes são indicados pela Direção Geral dos *Campi* e encaminhados à Reitoria para serem referendados pelo Reitor (a). A presidência é exercida por um docente, sendo escolhido pelos membros da Comissão. A secretaria da comissão é exercida por um técnico-administrativo, sendo escolhido pelos membros da Comissão.

Todos os *Campi* que ofertam cursos de graduação e licenciaturas têm representantes dos docentes ou técnico-administrativos de algum dos cursos a serem avaliados, integrando a Comissão. Cada integrante dessa Comissão é considerado representante do *Campus* de origem perante a Comissão. Para os *Campi* que possuem mais de três cursos superiores, poderá ser indicado mais um representante docente. O mandato dos membros da CPA durará dois anos, podendo haver uma recondução para mais dois anos de mandato.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO**

Portaria nº. 648/2016-GR

Ementa: Designa Comissão.

A REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO, em conformidade com a Lei nº. 11.892, publicada no D.O.U. de 30/12/2008, seção 1, páginas 1 a 3, nomeada pelo Decreto de 12/04/2016, publicado no D.O.U. de 13/04/2016, seção 2, página 1, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE:

Designar os representantes do corpo discente, docente, técnico-administrativo, comunidade externa e pedagogos, relacionados em anexo, para constituírem a Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.

2. Revogar as disposições em contrário.

Publique-se.

Registre-se.

Cumpra-se.

GABINETE DA REITORA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO,

de

maio de 2016.

A RODRIGU
Reitora

ANÁLIA KEIL 1 UES RIBEIRO

ANEXO PORTARIA Nº. 648/2016-GR

CAMPUS BARREIROS		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
1887971	PATRÍCIA RIBEIRO DOS SANTOS	Técnico-Administrativo (Titular)
2114489	DIEGO DE LIMA MOURA	Técnico-Administrativo (Suplente)
2040612	EDILSON GOMES DE OLIVEIRA	Docente (Titular)
19600556	AGENOR BEZERRA DE ALMEIDA JUNIOR	Docente (Suplente)
	JOSÉ ELIAS DOS SANTOS CÂNDIDO	Discente (Titular)
	GUSTAVO ANDRÉ DE SOUZA CAVALCANTI	Discente (Suplente)
CAMPUS BELO JARDIM		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
1802301	ROBSON RODRIGUES RIBEIRO	Docente (Titular)
1893718	MARIA REJANE CAMPELO SILVA	Docente (Suplente)
1748519	DAIANA ZENILDA MOREIRA	Técnico-Administrativo (Titular)
2178971	JAMIRES PEREIRA DA SILVA	Técnico-Administrativo (Suplente)
	ANTONIO MARCOS COSTA DO NASCIMENTO	Discente (Titular)
	CAIO BRUNO DA SILVA SOUZA	Discente (Suplente)
CAMPUS CARUARU		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
	DINIZ RAMOS DE LIMA JÚNIOR	Docente (Titular)
2790161	NIÉDSON JOSÉ DA SILVA	Docente (Suplente)
1804688	DÁFIA KARINY DE ARAÚJO LIMA	Técnico-Administrativo (Titular)
2230243	ALINY KARLA ALVES DE FREITAS LIRA	Técnico-Administrativo (Suplente)
	JOSIEL SOBRAL DE SOUSA	Discente (Titular)
	LUCAS FERREIRA DE SOUZA	Discente (Suplente)
CAMPUS IPOJUCA		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
1868441	MARISTELA MARIA ANDRADE DA SILVA	Docente (Titular)
2642336	ANDREA MARIA DOS SANTOS	Docente (Suplente)
2170345	TATIANA LIRA DE FREITAS	Técnico-Administrativo (Titular)
1746333	FERNANDA MARIA LIRA DE MENEZES	Técnico-Administrativo (Suplente)
	ELENICE GOMES DE SOUZA	Discente (Titular)
	JONATAS LEMOS DA SILVA	Discente (Suplente)
CAMPUS PESQUEIRA		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO

1222255	RAIMUNDO VALMIR DE OLIVEIRA	Docente (Titular)
1668097	JOSÉ ROBERTO TAVARES DE LIMA	Docente (Suplente)
2249393	CINTIA DE KASSIA DE MELO	Técnico-Administrativo (Titular)
1213589	MARIA DO SOCORRO ALVES MACIEL	Técnico-Administrativo (Suplente)
	GIZELE DAS GRAÇAS FARIAS DE ANDRADE	Discente (Titular)
	DANILO ALMEIDA SANTOS	Discente (Suplente)

CAMPUS RECIFE		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
1899619	INALDO JOSÉ MINERVINO DA SILVA	Docente (Titular)
1503004	PAULO MAURÍCIO GONÇALVES JÚNIOR	Docente (Titular)
1577403	ADAUTO GOMES BARBOSA	Docente (Suplente)
1804812	RODRIGO JOSÉ DE ALBUQUERQUE MARINHO ATAÍDE DOS SANTOS	Docente (Suplente)
1813428	LENILTON SOUZA FERREIRA DE LIMA	Técnico-Administrativo (Titular)
1912663	CÁSSIO WANDERLEI SILVA SANTOS	Técnico-Administrativo (Suplente)
	RODOLFO JORGE BEZERRA	Discente (Titular)
	MARIA CAROLINA MEDEIROS ALVES	Discente (Suplente)
CAMPUS VITÓRIA DE SANTO ANTÃO		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
1747458	ASSIS LEÃO DA SILVA	Docente (Titular)
1959813	JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA PATRÍCIO JÚNIOR	Docente (Suplente)
48848	SEVERINO JOSÉ DOS SANTOS JÚNIOR	Técnico-Administrativo (Titular)
2111787	FABRÍCIO WILLIAM DA CUNHA	Técnico-Administrativo (Suplente)
	MANUELA MARIA DA SILVA	Discente (Titular)
	ELISÂNGELA DE FREITAS MARIANO	Discente (Suplente)
EAD		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
2325255	ADRIANO RIBEIRO DA COSTA	Docente (Titular)
024.112.644-45	ALEXANDRINE MONTEIRO GOMES	Docente (Suplente)
1887390	GRAZIELLA DA SILVA MOURA	Técnico-Administrativo (Titular)
1748543	ROSA MARIA OLIVEIRA TEIXEIRA DE VASCONCELOS	Técnico-Administrativo (Suplente)
087.983.144-83	MARCIANO DE MELO DIAS	Discente (Titular)
293.848.738-02	JONEY SOUSA PEREIRA	Discente (Suplente)
PRODEN / REITORIA		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO

2053011	ANA KELLY FIGUEIRÊDO DOS SANTOS	Pedagoga (Titular)
1669199	MARIA ISAILMA BARROS PEREIRA	Pedagoga (Suplente)
SENAI		
SIAPE	MEMBRO	SEGMENTO / FUNÇÃO
	TEREZA LUCRÉCIA MELO SANTOS	Representante da Sociedade Civil
	JACILINE GOMES BUARQUE LUSTOSA DA SILVEIRA	Representante da Sociedade Civil

1.3 Planejamento Estratégico da avaliação institucional interna

No presente Relatório de Autoavaliação, a Comissão Própria de Avaliação (CPA), juntamente com as Comissões Próprias de Avaliação Setoriais (CPAS) do IFPE, apresentam os resultados do processo avaliativo realizado no ano de referência 2016, conforme seu planejamento estratégico de avaliação interna descrito a seguir:

Planejamento estratégico de avaliação interna do IFPE Ciclo avaliativo				
Ano de referência	2014	2015	2016	2017
Período de postagem dos relatórios	31/03/2015	31/03/2016	31/03/2017	31/03/2018
Períodos	Transição/Adaptação ao novo ciclo avaliativo	1º ano do ciclo avaliativo	2º ano do ciclo avaliativo	3º ano do ciclo avaliativo
Dimensões a serem trabalhadas	Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional Eixo 3: Políticas acadêmicas Eixo 5: Infraestrutura	Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional Eixo 3: Políticas acadêmicas Eixo 5: Infraestrutura	Eixo 2: Desenvolvimento institucional Eixo 4: Políticas de gestão	Análise global
Relatórios	Parcial "Novo formato"	1º Relatório parcial	2º Relatório parcial	Relatório integral
Contexto da avaliação interna	Revisão do projeto de avaliação institucional e regimento interno da CPA + Renovação dos quadros dos membros da CPA + Formação inicial: Curso de avaliação educacional + Desenvolvimento de nova metodologia	Formação continuada + Aprimoramento da metodologia	Formação continuada + Aprimoramento da metodologia	Renovação dos quadros dos membros da CPA + Formação inicial + Aprimoramento da metodologia + Revisão do projeto de avaliação institucional e regimento interno da CPA

O Plano Estratégico de avaliação interna, desenvolvido pela CPA do IFPE, descrito no quadro acima, estabelece a estrutura deste Relatório de Avaliação Interna do ano de referência 2016, 2º ano do Ciclo Avaliativo, de forma a contemplar seis, das dez Dimensões do SINAES, distribuídas nos eixos II e IV do novo roteiro de Autoavaliação proposto pelo INEP nas Notas Técnicas 062 e 065, de 04 de novembro de 2014, a saber: planejamento e avaliação institucional; missão e PDI; responsabilidade social da IES; as

políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo; organização de gestão das IES; e a sustentabilidade financeira.

É importante ressaltar que o presente Relatório busca relatar o esforço de consolidação do ciclo avaliativo proposto pelo INEP. Para tal mudança, foram propostos e desenvolvidos novos instrumentos de coleta de dados (avaliação *in loco*, rodas de conversa e o questionário) e a sistematização das reivindicações, preocupações, inquietações e sugestões da comunidade do IFPE, no modelo ao qual denominamos de 2ª geração. Nestes instrumentos de coleta de dados de avaliação de 2ª geração, é possível a comunidade acadêmica receber os diagnósticos imediatamente após a avaliação, tanto nas avaliações de roda de conversa, quanto da avaliação pelo questionário.

Para subsidiar democraticamente a tomada de decisões no âmbito da Instituição, ao longo do ano de 2016 e no decorrer do ano de 2017, está em curso o processo de consolidação do retorno das informações coletadas à Comunidade, como uma devolutiva dos diagnósticos das avaliações e negociação com a Gestão a respeito das ações propostas, oriundas dos diagnósticos da avaliação interna, por meio da implantação de um sistema de monitoramento compartilhado com a comunidade, para acompanhar a execução das tomadas de decisões no ciclo avaliativo.

O Programa de Avaliação Institucional coordenado pela CPA do IFPE foi organizado de forma a buscar elementos junto à comunidade acadêmica (docentes, discentes e técnico-administrativos), às Pró-Reitorias (Pró-Reitoria de Ensino – PRODEN; Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional – PRODIN; Pró-Reitoria de Extensão – PROEXT; Pró-Reitoria de Pesquisa – PROPESQ; Pró-Reitoria de Administração – PROAD); Direções dos *Campi*; Direções de Ensino; Coordenadores dos Cursos Superiores, com a finalidade de realizar um diagnóstico da instituição e contribuir com informações para a tomada de decisão, visando fortalecer cada vez mais a missão do IFPE enquanto Instituição de Ensino a serviço da sociedade e, subsidiar a regulação da educação superior no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

O relato dos resultados, bem como a definição de ações de superação, busca contemplar as especificidades e diversidades de uma instituição *multicampi* e, ao mesmo tempo, possibilitar um olhar geral ao cenário do IFPE na Educação Superior.

1.4 Natureza do Relatório Parcial

Este documento constitui o Relatório Parcial de avaliação interna das atividades

ocorridas no período de 2016, com a finalidade de indicar potencialidades e pontos a melhorar no IFPE, visando ao melhoramento contínuo de todos os setores da IES. Este documento procura atender às diretrizes traçadas pela Lei do SINAES, de acordo com as dez dimensões propostas no roteiro de autoavaliação, e também ao Art. 11, da Lei nº 10.861/04, às diretrizes emanadas pela CONAES e às orientações do INEP, nas Notas Técnicas nº 062 e nº 065, de novembro de 2014.

A Reitoria do IFPE constituiu a CPA, conforme o Art. 11 da Lei nº 10.861/04, com intuito de conduzir o processo de avaliação interna institucional. Convém ressaltar que a Autoavaliação do IFPE é entendida como um processo contínuo, que visa identificar, dentre outros pontos, os fortes e pontos a melhorar, que lhes darão subsídios para implementar mudanças na melhoria institucional. Nesse sentido, a autoavaliação, como processo contínuo, visa democratizar as tomadas de decisões no âmbito institucional.

2. METODOLOGIA

No contexto de revisão do Projeto de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), identificou-se a abordagem da “avaliação democrática” de Barry MacDonald, como a que mais se aproxima da perspectiva proposta no Art. 01 e § 1º, da Lei n.º 10.861/04 que afirma:

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, **por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.** (*grifos nossos*).

Nessa citação, o SINAES apresenta quatro finalidades essenciais: a melhoria da qualidade, a orientação da expansão, o aumento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social. A viabilização destas finalidades é promovida por meio do princípio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Dentre esses princípios, adota-se, como norte do Projeto de Autoavaliação do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), o princípio da promoção dos valores democráticos. Dessa forma, a Instituição, através do desenvolvimento da avaliação interna, também reconhece, alinha-se e promove o princípio da gestão democrática da educação pública, umas das diretrizes do Plano Nacional de Educação (PNE), publicado

na Lei 13.005/14. Em decorrência disso, nesta seção, tratar-se-ão, além dos procedimentos metodológicos da avaliação interna, os fundamentos teóricos dessa abordagem no âmbito do modelo proposto por Barry MacDonald.

A estimação do estudo da natureza política da avaliação reside na perspectiva de se ter mais consciência da prática avaliativa no cenário político que condiciona a atividade de investigação, de sua projeção e função social em uma sociedade democrática. A avaliação de processo e políticas públicas, na opinião de Stake (1967), obriga os avaliadores a considerar sua contribuição à vida social e política. A partir desta contribuição, pode-se julgar e definir uma avaliação. **No que se distingue um modelo avaliativo de outro, não é somente a metodologia de investigação utilizada, senão a quem se dirige e os valores que esta promove.** Esta assunção da consciência da avaliação como atividade de investigação de caráter político é de vital importância, para se definirem os objetivos da avaliação e as estratégias de investigação a utilizar.

É importante destacar que a crescente aceitação do enfoque democrático de Barry MacDonald no estudo da natureza política de avaliação ocorreu devido a este modelo expressar o condicionamento político da investigação avaliativa e o reconhecimento dos valores que esta deve proporcionar numa sociedade democrática. Neste cenário, as propostas avaliativas que surgiram nos fins da década de 1960 e início dos anos de 1970 indicavam para uma maior pluralização da avaliação e métodos (STAKE, 1967; PARLETT E HAMILTON, 1972).

O fundamento da teoria de MacDonald baseia-se no pressuposto de que para se avaliar a realidade e seus significados proeminentes, é imprescindível imergir no curso real dos casos e apreciar as distintas interpretações que delas fazem aqueles que as vivenciam. Em decorrência disso, as fontes dos dados, assim como os destinatários dos informes, serão todas quanto compartilham de uma mesma instituição educativa, indicando o modelo de avaliação a ser democrático.

Entre os elementos estruturais de seu modelo democrático, MacDonald sustentava que os agentes avaliados deveriam ter o direito à informação, à garantia do equilíbrio dos interesses educativos e a independência da avaliação. Segundo este teórico, as informações que a avaliação pode fornecer são determinantes, para se estabelecerem as forças e interesses proeminentes no currículo, por exemplo. Também considerava que a avaliação é um poderoso instrumento de exercício de poder na educação, e o alcance deste poder depende do acesso à informação relevante e da representação que se faz dos distintos grupos de interesses em torno das questões educacionais.

Na perspectiva apontada por MacDonald, para que a repartição e exercício do poder em um sistema social sejam, em princípio, com base em seus cidadãos é uma condição aceitável a democracia. Logo esses sistemas admitem a via de uma cidadania informada. Essa premissa sanciona a ideia de House (2000) de que a função de intermediário está relacionada com a teoria de arbitragem de governo, função do Estado em uma Sociedade pluralista.

Por este raciocínio é possível considerar *a priori* que o potencial da avaliação está associado diretamente ao grau de democracia institucional. Neste projeto, apropriando-se de Silva (2015), define-se democracia institucional no âmbito do grau de acesso a que os indivíduos e grupos têm das informações e as tomadas de decisões. Dessa forma, quanto mais informações e acesso às tomadas de decisões os indivíduos e grupos tiverem, maior será a possibilidade de a avaliação deslocar-se da perspectiva do paradigma racionalista ao paradigma naturalista, democratizando e empoderando o processo avaliativo, distinguindo-o da perspectiva gerencialista e fragmentada e associando-o a uma perspectiva humanista e holística de avaliação (GUBA E LINCOLN, 2011).

Segundo Silva (2015) a teorização da avaliação democrática, defendida por Barry MacDonald, traz uma alternativa à autoridade da ciência, apresentando-a como uma estratégia de redução dos desequilíbrios das relações de poder características tradicionais das pesquisas das ciências sociais aplicadas. Desse modo, partindo do pressuposto do modelo de avaliação democrática, o autor ataca a ‘tradição autocrática’ por meio do enfoque de estudo de caso, por considerá-la associada à teoria e dirigida aos destinatários acadêmicos, reservando-lhes o direito de exclusividade de interpretação do mundo social. No quadro a seguir, apresentam-se suas principais críticas nesta questão:

Quadro 1.1 – Quadro- síntese das questões de Avaliação

Temas	Questões
Demandantes	De quem são as necessidades e interesses dos que respondem à investigação?
Proprietários	Quem tem a propriedade dos dados (O investigador, o sujeito, o patrocinador?)
Acesso	Quem tem acesso aos dados (a quem se exclui ou se nega?)
Validação	Que categoria tem a interpretação dos fatos que tem o investigador frente às interpretações que têm os outros (quem decide qual é verdadeira?)
Responsabilidade	Que obrigações tem o investigador com respeito aos sujeitos, aos patrocinadores, aos companheiros de profissão e às outras pessoas?
Finalidade	Para quem é a investigação?

Fonte: Silva (2015).

A alternativa proporcionada pela abordagem democrática de Barry MacDonald é essencial para estudar a natureza política da avaliação e responder as problematizações elencadas no quadro acima. A possível resposta a estas perguntas, através do estudo da abordagem democrática, são um importante guia para estabelecer como o avaliador deve conduzir a investigação e qual deve ser seu papel de pesquisador social numa sociedade democrática.

Ao realizar tais questionamentos, a intenção do autor não consistia em criar realidades alternativas aos acadêmicos, mas descobrir maneiras de estimulá-los e aproximá-los nas suas visões a realidade presente e a compreensão da realidade dos sujeitos envolvidos, por meio da elaboração de técnicas e procedimentos mais sofisticados. Não casualmente, considerava fundamental a relação com a confidencialidade, para que o processo emergisse. Muitas dúvidas pairaram acerca desta premissa, pois muitos teóricos questionaram a possibilidade de desvios neste processo, sendo um deles a corrupção.

Portanto, pensar o modelo democrático significa, também, circunscrevê-lo numa lógica educativa em detrimento de sua estratégia de oposição à posição científica e acadêmica. Para tal, o avaliador deve considerar que a metodologia da avaliação deve ser elaborada de acordo com os processos de negociação. Seu posicionamento deve ser de orientador e de promotor do diálogo, discussão e análise, para que os envolvidos conheçam o funcionamento da instituição. Deve fomentar a iniciativa para reformular e reconduzir o desenvolvimento da instituição e apresentar-se com uma postura independente em relação à estrutura de poder.

Por esta razão, o papel do avaliador ou comissão de avaliação, nesta perspectiva, consiste em atuar como intermediário entre os distintos grupos de interesse, provendo informações para documentar e avaliar a instituição (informa e forma o julgamento), enquanto conjectura os pontos de vista e interesses dos grupos envolvidos, para que possam ser ponderados pelos tomadores de decisão.

Dessa forma, a Proposta da avaliação de MacDonald demanda uma metodologia de pesquisa fundamentada em princípios democráticos. Do mesmo modo, a avaliação tem de ser externalizada, informar publicamente o que está acontecendo e é respeitável que a linguagem e a apresentação da avaliação sejam compreensíveis tanto a especialistas, como a leigos (HOUSE, 2000). A metodologia utilizada, portanto, deve atender todos os interessados no direito em saber o que está acontecendo com a instituição. A avaliação tem que discorrer o vocabulário das pessoas comuns, não especializadas em aspectos técnicos da pesquisa acadêmica.

Para tal, o relatório atual ensaia uma nova linguagem de apresentação dos diagnósticos no contexto institucional do IFPE. Busca utilizar a linguagem somativa, adotada nos instrumentos de avaliação institucional externa e avaliação de cursos, para constituir referenciais aos avaliadores externos designados pelo INEP, articulada a uma linguagem formativa, destacando na avaliação interna, os aspectos fortes e os pontos a melhorar nos indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Superior na Instituição, para orientar e regular a expansão de sua oferta, qualidade, eficácia e efetividade acadêmica e social da Instituição. Na formulação de juízo de valor, os critérios adotados pela CPA, para a comunidade avaliar a instituição, foi a escala de conceitos de 0 a 5. O conceito cinco (5) refere-se ao descritor “ótimo”, quatro (4) ao “bom”, três (3) ao regular, dois (2) ao ruim, um (1) ao péssimo e zero (0) ao inexistente.

No caso da informação voltada para a tomada de decisão, o objetivo fundamental da avaliação volta-se para proveito no processo de tomada de decisão da gestão educacional. A lógica da avaliação centra-se no provimento de informações para a ação. Sua principal justificativa é colaborar para a racionalização da tomada de decisão. Destarte, a avaliação/juízo de valor constitui-se num mecanismo de comunicação oportuno para propor decisões de melhoria, classificar o processo e os resultados, orientar o processo de gestão organizacional, avaliar a qualidade e certificar seu valor perante a comunidade.

Após sucinta explanação acerca dos fundamentos da “avaliação democrática”, a seguir, destacam-se os procedimentos metodológicos realizados no desenvolvimento deste Projeto de Avaliação Institucional, em sua modalidade básica de avaliação interna, no ano de referência de 2016:

PROCEDIMENTOS DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NO IFPE (AVALIAÇÃO INTERNA)				
Passos	Atividades	Procedimentos	Agentes	
1. Organizar os aspectos gerais da avaliação interna	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de avaliação interna para o ano de referência • Planejamento Implementação de formação dos membros da CPA – IFPE • Planejamento de sensibilização da comunidade acadêmica 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de grupos de trabalho para elaborar e implementar as estratégias avaliativas 	<ul style="list-style-type: none"> • Núcleo Central da CPA (Escolha de representantes de cada setorial, o Presidente e a(o) secretário(a) da CPA 	
2. Escolha das dimensões a serem avaliadas conforme a Lei nº 10.861/04	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de indicadores 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação de grupos de trabalho por dimensões 	<ul style="list-style-type: none"> • CPAs setoriais designadas pelo Presidente da CPA com consentimento dos segmentos 	

				da CPA
3.	Levantamento de dados quantitativos dos cursos de graduação nos Campi	<ul style="list-style-type: none"> ● Coleta de dados quantitativos para levantamento do perfil (sociodemográfico) dos cursos de graduação no IFPE. Solicitação dos dados via ofício ao IFPE endereçados à PRODEN e às coordenações dos cursos de graduação (Dados concernentes ao corpo docente, discente e o segmento dos técnico- administrativos) 	<ul style="list-style-type: none"> ● Aplicação de formulário censitário aos departamentos dos cursos de graduação e às Pró-Reitorias de Ensino, Pesquisa e Extensão 	<ul style="list-style-type: none"> ● Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados
4.	Diagnóstico dos cursos de graduação nos Campi	<ul style="list-style-type: none"> ● Pesquisa documental (Pesquisa nos documentos- chave do IFPE e dos cursos de graduação) para caracterizar o perfil acadêmico e as estratégias de ação institucionais do IFPE na educação superior 	<ul style="list-style-type: none"> ● Coletar e analisar os documentos institucionais no âmbito da Reitoria e dos cursos de graduação, para caracterizar e mapear as linhas de ação desenvolvidas para a Educação superior no IFPE 	<ul style="list-style-type: none"> ● CPA setorial do <i>Campus</i> avaliado
5.	Diagnóstico dos cursos de graduação nos Campi	<ul style="list-style-type: none"> ● “Rodas de conversas” com segmentos da comunidade acadêmica (Docente, Discentes e Técnico-administrativos) para verificar as “reivindicações”, “preocupações” e “questões” no âmbito desta comunidade, para apontar as potencialidades, fragilidades e negociar propostas de ação à solução dos problemas detectados 	<ul style="list-style-type: none"> ● “Através de “rodas de conversa” nos <i>Campi</i> fomentar e diagnosticar as percepções das realidades dos participantes, suas “reivindicações”, “preocupações”, “questões” para circunscrever os pontos fortes e frágeis da Instituição e apontar, mediante agenda de negociação, propostas para solucionar os problemas 	<ul style="list-style-type: none"> ● CPA setorial do <i>Campus</i> avaliado em conjunto com outra CPA setorial do IFPE, designada pelo Presidente da CPA, mediante plano de ação aprovado em reunião deliberativa pelos segmentos representados na CPA
6.	Diagnóstico dos cursos de graduação nos Campi	<ul style="list-style-type: none"> ● Observação <i>in loco</i> 	<ul style="list-style-type: none"> ● Fotografar a infraestrutura disponibilizada pelo IFPE aos cursos de graduação ● Aplicar listas de comprovação 	<ul style="list-style-type: none"> ● CPA setorial do <i>Campus</i> avaliado em conjunto com outra CPA setorial do IFPE, designada pelo Presidente da

			(Documentos, estrutura para as atividades de ensino, pesquisa e extensão)	CPA, mediante plano de ação aprovado em reunião deliberativa pelos segmentos representados na CPA
7.	Diagnóstico dos cursos de graduação nos Campi	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista com gestores dos cursos de graduação nas áreas de Ensino – Pesquisa – Extensão, bem como suas respectivas Pró-reitorias 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevistar os gestores diretamente responsáveis pelas soluções concernentes às reivindicações, preocupações e questões levantadas nas rodas de conversas junto à comunidade acadêmica 	<ul style="list-style-type: none"> • Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados
8.	Elaboração e aplicação do questionário à comunidade acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação de questionário para avaliar a dimensão Ensino e outras questões que julgar relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar questionário para avaliação da dimensão Ensino e outras questões que julgarem relevantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados + CPA setorial
9.	Tratamento dos dados	<ul style="list-style-type: none"> • Sistematização dos dados para elaboração dos relatórios e formação do banco de dados institucional 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise e interpretação dos dados coletados 	<ul style="list-style-type: none"> • Membros da CPA designados especificamente para recolha dos dados + TI
10.	Elaboração dos relatórios para publicação	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do relatório de avaliação interna para o INEP • Elaboração de relatórios para a gestão • Elaboração de relatório para a comunidade acadêmica • Elaboração de relatório para os docentes (Avaliação do ensino) 	<ul style="list-style-type: none"> • Formatação de quatro modelos específicos de relatórios para destinatários distintos 	<ul style="list-style-type: none"> • Membros da CPA designados especificamente para elaboração dos relatórios + CPA setorial (apoio)
11.	Sensibilização da comunidade acadêmica	<ul style="list-style-type: none"> • Instituição de sensibilização da comunidade acadêmica 	<ul style="list-style-type: none"> • Painéis de sensibilização dos pressupostos teórico, metodológicos e regulatórios da avaliação interna 	<ul style="list-style-type: none"> • Membros da CPA designados especificamente para o tal instituição + CPA setorial (Apoio)
11.	Revisão parcial do relatório de avaliação interna	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão parcial do relatório de avaliação interna e discussão dos dados com a comunidade acadêmica e gestão do IFPE 	<ul style="list-style-type: none"> • Fórum para discussão e aprovação do relatório de avaliação interna a ser postado ao INEP 	<ul style="list-style-type: none"> • CPA setorial
13.	Postagem do relatório no E-Mec	<ul style="list-style-type: none"> • Postagem do Relatório no site do e-Mec (Pesquisador 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação final do relatório pela Comissão Própria 	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente da CPA + PI + TI

Institucional)		de Avaliação (CPA) para postagem do relatório de avaliação interna	
14. Meta-avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação da avaliação interna 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e revisão da metodologia empregada no ano de referência 	<ul style="list-style-type: none"> • CPA IFPE
15. Processo de divulgação e leitura dos dados pelas comunidades acadêmicas, sociedade civil e gestão do IFPE	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários, Palestras, Fóruns, Reuniões de trabalho com coordenadores dos cursos superiores, Diretorias de Ensino dos <i>Campi</i>, docentes, discentes, técnico-administrativos, entre outros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura e interpretação dos diagnósticos 	<ul style="list-style-type: none"> • CPA IFPE + Comissões de assessoramento

Observação: As etapas não obedecem estritamente a uma sequência rígida, mas se desenvolvem numa perspectiva flexível e dinâmica mediante uma agenda de negociação.

Além de explicitar e ressaltar os procedimentos desenvolvidos no ano de referência de 2016, a CPA apresentou à comunidade e à gestão do IFPE, por meio de e-mail, de rodas de conversas, de programa de sensibilização, de reuniões com os gestores, com os coordenadores de curso, e do site institucional, uma proposta para realização da avaliação interna no ciclo para avaliação institucional, indicado pelo INEP nas notas técnicas nº 062 e nº 065 às Comissões Próprias de Avaliação (CPA).

A CPA do IFPE, norteada pelo princípio da avaliação democrática, desenvolveu para a coleta de dados, referente à avaliação interna na Instituição, quatro instrumentos de avaliação, a saber: **o dia da avaliação, a avaliação *in loco*, as rodas de conversa e a análise de sistema.**

Estes três instrumentos foram desenvolvidos baseados nas dimensões do SINAES, estabelecidas na Lei nº 10.861/04, e articulados concomitantemente com os instrumentos da avaliação externa institucional, da avaliação de cursos e do questionário do ENADE. Além disso, tiveram como referência no âmbito interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O intuito desta articulação foi de garantir a análise global e integrada das dimensões da avaliação e uma perspectiva qualitativa, essencial num sistema de avaliação como o SINAES.

Para este ano de referência, foram escolhidos pela CPA, três dos cinco eixos do novo instrumento de avaliação institucional desenvolvido pelo INEP, a saber – o Eixo I: Avaliação e Planejamento; o Eixo II: Desenvolvimento institucional; e o Eixo IV: Políticas de gestão. A partir dessas dimensões, foram desenvolvidos indicadores e os aspectos a serem observados no conjunto do IFPE.

Tradicional na Instituição, desde a primeira composição da CPA no ano de 2009, o instrumento “Dia de Avaliação” foi revisitado e reformulado, com o intuito de harmonizá-lo com os pressupostos teóricos da avaliação democrática. Uma das mudanças mais visíveis no novo formato refere-se ao sentido do instrumento, pois, na versão anterior, a comunidade usava-o no sentido de preencher uma pesquisa nos moldes da tradição científica.

A tradição científica no campo da avaliação desvela as práticas avaliativas no âmbito do paradigma positivista e caracteriza o conceito de avaliação no domínio da mensuração, dos objetivos e do juízo de valor, este último de base técnica. Distintamente desses domínios, atualmente, a avaliação interna do IFPE busca romper com esta tradição, realizando práticas avaliativas que repousem no paradigma naturalista, para caracterizar o conceito de avaliação no âmbito da negociação, desvelando sua dimensão política e ética. Todavia, não abandona os conceitos da tradição anterior, a mensuração, objetivos e juízo de valor. Por esta razão, reconhece a tese da harmonização paradigmática entre as abordagens quantitativas e qualitativas no desenvolvimento das práticas avaliativas. E, conseqüentemente, o direito da comunidade de avaliar a instituição concomitantemente aos avaliadores profissionais (pares) e os avaliadores da burocracia estatal.

Agora, diferentemente da versão anterior do “Dia de Avaliação”, a comunidade é convidada a ser avaliadora institucional. Com isso, abrangem-se dois pressupostos da avaliação democrática: a adesão voluntária e o empoderamento da comunidade, quando convidada a avaliar o IFPE. O instrumento “Dia de avaliação” é composto de três matrizes, com o intuito de abranger os três segmentos da comunidade acadêmica do IFPE, quais sejam: os segmentos docente, discente e técnico-administrativo. A intenção da CPA com esse instrumento foi/é de incentivar a comunidade a realizar a avaliação, promovendo as primeiras perguntas acerca da eficácia, efetividade acadêmica e social, para gerar o debate sobre a melhoria da qualidade, da orientação da expansão da sua oferta de ensino e do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição.

A utilização deste instrumento pela comunidade acadêmica do IFPE ocorreu por meio do processo de negociação. Inicialmente, com a gestão central do IFPE, materializado em negociações com a Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN), para agendar atividade de sensibilização com os coordenadores dos cursos superiores e as Direções de Ensino dos *Campi*. A partir desta sensibilização, foi organizado um calendário de avaliação interna, de acordo com as demandas dos cursos, denominado de “Dia da

Avaliação”. Nesse dia, cada curso, em conjunto com a CPA Setorial, desenvolveu sua estratégia de sensibilização nos *Campi* junto aos três segmentos da comunidade, para que estes avaliassem a Instituição. Durante essa atividade, foi ressaltada a garantia de anonimato da avaliação, o caráter formativo e não punitivo da avaliação, consoante proposta do novo projeto de avaliação interna.

Em paralelo ao “Dia de Avaliação”, a CPA do IFPE desenvolveu a avaliação *in loco*, que avaliou especificamente o Eixo V – a política de infraestrutura. Semelhante ao “Dia de Avaliação” essa atividade alcançou todos os cursos superiores do IFPE em seus (7) *Campi* e a EaD. O desenvolvimento dessa atividade também ocorreu por meio da negociação. Inicialmente, com a gestão central do IFPE, materializados em negociações com a Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e a Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN). Em relação à primeira, negociou-se a infraestrutura de logística (transporte e diárias); e com a segunda, a articulação da agenda de avaliação com as Diretorias de Ensino nos *Campi* e os coordenadores dos cursos superiores.

O objetivo dessa atividade, além de avaliar a infraestrutura dos cursos para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, foi o de aproximar a CPA dos coordenadores dos cursos no seu ambiente cotidiano e introduzir os seus representantes e designados, participantes da atividade, em um contexto institucional diferente do seu *Campus* de origem. As visitas *in loco* foram realizadas por representantes da CPA externos ao *Campus* avaliado, mas sempre com o apoio da CPA Setorial. A atividade foi orientada pelo Instrumento de Avaliação *in loco*. Após a visita, os avaliadores preenchem e postavam o roteiro em formato de formulário eletrônico para o banco de dados da CPA. Este instrumento apresenta os mesmos critérios do questionário de avaliação, todavia, os avaliadores fundamentam suas avaliações com um parecer respaldado em fotografias dos ambientes avaliados e dos documentos institucionais (PDI, PPPI, PPC), acrescidos das avaliações de curso, institucional interna e externa, anteriores.

Concomitante às *visitas in loco* e ao “Dia da Avaliação”, a CPA promoveu a realização de (20) vinte Rodas de Conversas nos cursos superiores do IFPE. Nestas rodas de conversas, foram ouvidas e anotadas, separadas por segmentos nos cursos, as preocupações, inquietações, reivindicações e sugestões dos docentes, discentes e técnico-administrativos em relação ao curso, ao *Campus* e à Instituição no tocante ao Eixo V, com a dimensão infraestrutura. Dessa forma, a CPA rompeu os limites iniciais do instrumento do “Dia de Avaliação”, em que ela sugeriu as perguntas iniciais da avaliação, repassando essa responsabilidade à comunidade circunscrita às dimensões e indicadores avaliados neste ano de referência.

A partir dessa vivência, a CPA buscou aprofundar e desenvolver em paralelo a outro enfoque de avaliação, a análise de sistema. Segundo House (2000), tradicionalmente, este enfoque destaca os diagnósticos proeminentemente a partir de dados quantitativos e voltados essencialmente para a gestão. Através desta experiência, a CPA do IFPE acrescenta outro destinatário a estas informações, a comunidade. O objetivo é proporcionar, gradativamente, mais informações sobre a Instituição, para democratizar as tomadas de decisão e desenvolver um sistema de monitoramento das ações institucionais oriundas dos diagnósticos da avaliação institucional no ciclo avaliativo que se inicia. Além disso, proporcionar mais subsídios à comunidade para qualificar os debates nas futuras rodas de conversas a respeito da Instituição.

3. DESENVOLVIMENTO

3.1 Eixo I: Planejamento e Avaliação Institucional

A seção Planejamento e Avaliação Institucional, dedica-se a atender as prerrogativas apontadas na Nota Técnica do INEP nº 062/2014 com o objetivo de promover e ampliar a integração entre a avaliação interna e a avaliação externa à gestão do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), amparados numa perspectiva sistêmica de avaliação institucional. A intenção é de subsidiar os atos de credenciamento e de transformação da organização acadêmica.

Esta seção apresenta um **relato avaliativo do PDI**, a síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos do IFPE, e a síntese do planejamento e das ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações. Sua estrutura constitui-se do relato do(s): breve histórico do IFPE; conceitos obtidos pela IES nas avaliações externas institucionais e de curso; projetos e processos de autoavaliação; divulgação e análise dos resultados da autoavaliação; plano de melhorias a partir dos processos avaliativos; processos de gestão; demonstração da evolução institucional.

3.1.1 Breve histórico da IES: criação, trajetória, modalidades de oferta da IES

Esta subseção relata um breve e sucinto panorama histórico da Instituição.

Inicialmente, esclarece-se que o Instituto Federal de Pernambuco – IFPE –, Instituição criada nos termos da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), possui natureza jurídica de autarquia, sendo detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

O IFPE é uma Instituição recém-criada, resultado da associação entre o CEFET-PE e as Escolas Agrotécnicas de Barreiros-PE, Belo Jardim-PE e Vitória de Santo Antão-PE, através dos atos legais da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e amparada na Portaria – MEC nº 1291/2013, com a finalidade de:

Promover a educação profissional, científica e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, com base no princípio da indissociabilidade das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão, comprometida com uma prática cidadã e inclusiva, de modo a contribuir para a formação integral do ser humano e para o desenvolvimento sustentável da sociedade (PDI/IFPE, 2015, p.28).

Tomando como norte do panorama histórico o CEFET-PE, pode-se considerá-la uma Instituição centenária que passou por diversas mudanças institucionais. Durante sua trajetória recebeu os nomes de Escola de Aprendizes Artífices, Liceu Industrial de Pernambuco, Escola de Ensino Industrial do Recife, Escola Técnica do Recife e Escola Técnica Federal de Pernambuco – ETFPE (com as unidades descentralizadas de Petrolina e Pesqueira), além de Centro Federal de Educação de Pernambuco - CEFET- e, posteriormente, IFPE. Registramos que este mesmo fenômeno ocorreu, também, com as Escolas Agrotécnicas. Com a transformação destas Unidades Educacionais em Instituto, em dezembro de 2008, a atual institucionalidade passou a ter relevância de Universidade, conforme Art. 2º, parágrafo 1º da Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), destacando-se pela sua autonomia e pelos serviços prestados na área de Educação Profissional e de Educação Superior, designadamente no Estado de Pernambuco.

Assim sendo, o IFPE é uma instituição de Educação Básica, Técnica, Tecnológica e de Educação Superior, pluricurricular, *multicampi* e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica, nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos educacionais, científicos, técnicos e tecnológicos com sua prática pedagógica, apresentando as seguintes Unidades Jurisdicionadas: *Campus Afogados da Ingazeira, Campus Barreiros, Campus Belo Jardim, Campus Caruaru, Campus Garanhuns, Campus Ipojuca, Campus Pesqueira, Campus Recife, Campus Vitória de Santo Antão*, além dos sete novos *Campi*, advindos da III Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, quais sejam: Abreu e Lima, Igarassu, Paulista, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Palmares.

No desenvolvimento da sua ação acadêmica, esse Instituto Federal, em cada

exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para a educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados e o mínimo de 20% (vinte por cento) das vagas para cursos de licenciatura e/ou programas especiais de formação pedagógica, ressalvado o caso previsto no §2º do art. 8º da Lei nº. 11.892/2008.

A Instituição conta, hoje, com 28.601 (vinte e oito mil e seiscentos e um alunos) matriculados em cursos de formação Técnica e Tecnológica, além das Licenciaturas e Bacharelados, ofertados nas modalidades presencial e à distância, bem como, os de Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores, os referentes ao Programa de Governo Mulheres Mil, Cursos de Especialização e Mestrado Institucional em Gestão Ambiental. Convém destacar, também, a oferta de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais para docentes e servidores técnico-administrativos da Instituição. Há, ainda, a oferta de cursos de curta duração, os de extensão, além dos ligados ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC.

São objetivos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco:

- a) Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- b) Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- c) Realizar pesquisa aplicada, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- d) Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional, Tecnológica; e Educação Superior, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- e) Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e Ministrando, em nível de Educação Superior:
 - f) Em relação à Educação Superior:
 - Ministrando Cursos Superiores de Tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - Ministrando Cursos de Licenciatura, bem como programas especiais de formação

pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de Ciências e Matemática, e para a educação profissional;

- Ministrando Cursos de Bacharelado e Engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;
- Ministrando Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
- Ministrando Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* de Mestrado e Doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação.

A seguir, caracteriza-se o quantitativo de curso nos *Campi* do IFPE:

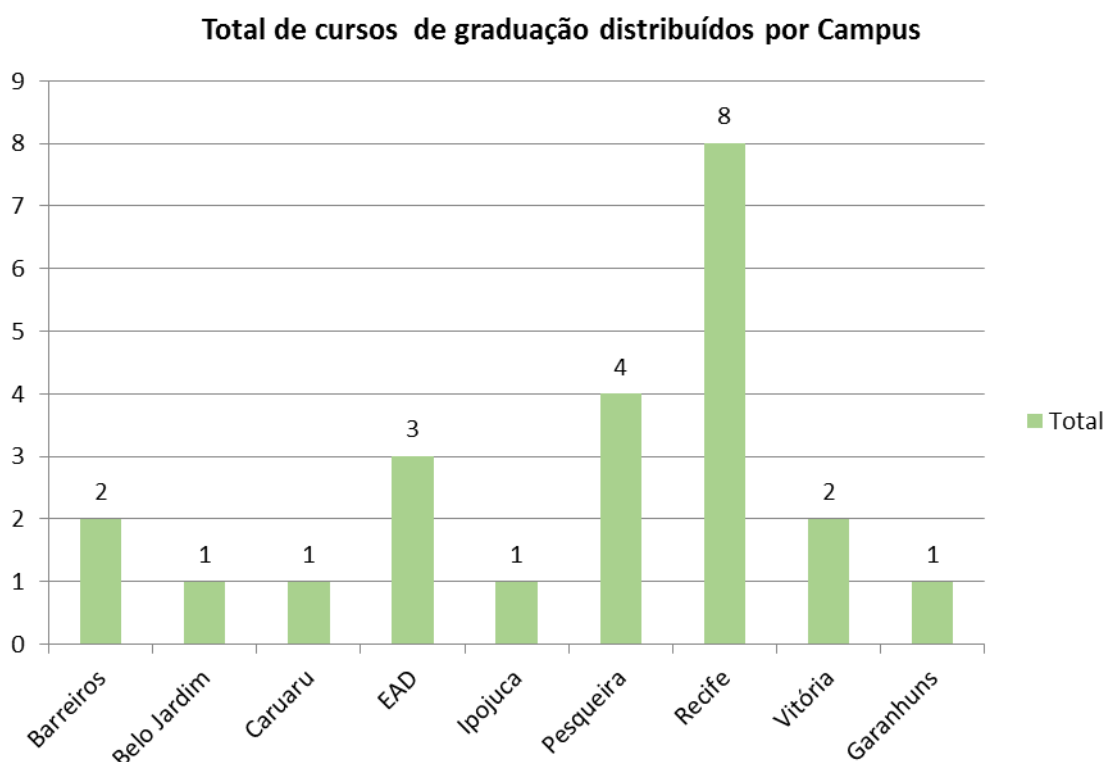


Gráfico – Quantitativo de cursos de nível superior no IFPE
 Fonte: PRODEN, 2016.

Nesse gráfico, distingue-se a distribuição do quantitativo de cursos de graduação por *Campi* no IFPE. Dois (02) cursos estão sediados em Barreiros, 1 (um) curso em Belo Jardim, 1 (um) curso em Caruaru, 1 (um) curso em Ipojuca, 4 (quatro) cursos em Pesqueira, 8 (oito) cursos em Recife e 2 (dois) cursos em Vitória. No conjunto, são ao todo 23 (vinte e três) cursos em funcionamento no IFPE. Do último ano de referência para este, o IFPE ampliou a oferta de cursos superiores, com a implantação de três novos

curso, consoante diretriz do Plano de Desenvolvimento Institucional, a saber: Engenharia Mecânica no *Campus* Recife; Engenharia Elétrica nos *Campi* Garanhuns e Pesqueira. A seguir, o quantitativo de vagas preenchidas na Instituição por curso e *campi*..

Tabela – Quantitativo de discentes por Cursos de Graduação e *Campi* no IFPE

Cursos/<i>Campi</i>	Barreiros	Belo Jardim	Caruaru	EAD	Ipojuca	Pesqueira	Recife	Vitória Garanhuns	Total Geral
Agroecologia	37								37
Agronomia								146	146
Análise e Desenvolvimento de Sistemas							229		229
Design Gráfico							144		144
Enfermagem						139			139
Engenharia de Produção Civil							232		232
Engenharia Mecânica			175				16		191
Gestão Ambiental				269			147		416
Gestão de Turismo							310		310
Licenciatura em Física						138			138
Licenciatura em Geografia				413			125		538
Licenciatura em Matemática				469		169			638
Licenciatura em Música		120							120
Licenciatura em Química	127				68			105	300
Radiologia							59		59

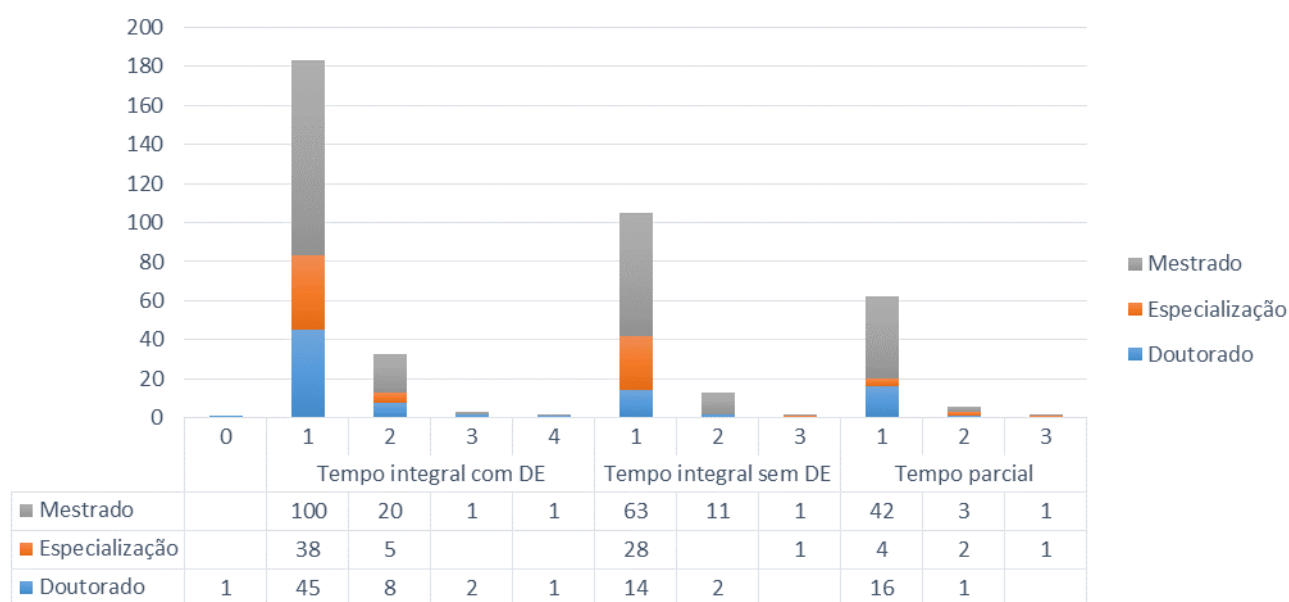
Engenharia Eletrônica						-		40	40
Total Geral	164	120	175	1151	68	446	1262	251	3677

Fonte: PRODEN- IFPE, 2016/2017.

O levantamento realizado, ao final do ano de 2016, no quadro acima, permite caracterizar que no *Campus* Barreiros, o curso de Agroecologia possuía 37 matrículas e o curso de Licenciatura em Química, 127 matrículas. No *Campus* Belo Jardim, no curso de Licenciatura em Música tinha 120 matrículas. No *Campus* Caruaru, tinha-se 175 matrículas no curso de Engenharia Mecânica. Na EAD, havia em Gestão ambiental 269 matrículas, Licenciatura em Geografia 413 matrículas, e em Licenciatura em Matemática 469 matrículas. No *Campus* Ipojuca, o curso de Licenciatura em Química tinha 68 matrículas. No *Campus* Pesqueira, o curso de Enfermagem contava com 139 matrículas, o curso de Licenciatura em Física, 138 matrículas, e o curso de Licenciatura em Matemática, 169 matrículas. No *Campus* Recife, o curso Tecnológico de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, 229 matrículas; o curso Tecnológico em *Design* Gráfico, 144 matrículas; o curso de Bacharelado em Engenharia Civil, 232 matrículas; o curso Tecnológico em Gestão Ambiental, 300 matrículas; o curso Tecnológico de Gestão em Turismo, 310 matrículas; o curso de Licenciatura em Geografia, 125 matrículas; e o curso Tecnológico em Radiologia 59 matrículas. No *Campus* Vitória, no curso de Bacharelado em Agronomia, 146 matrículas, e no curso de Licenciatura em Química, 105 matrículas; e o curso de Engenharia Eletrônica faz sua estreia em 2017, com 40 alunos no *Campus* Garanhuns.

A seguir, caracteriza-se o perfil do corpo docente:

Perfil Docente da Educação Superior no IFPE



Fonte: CENSUP-IFPE 2015-2016.

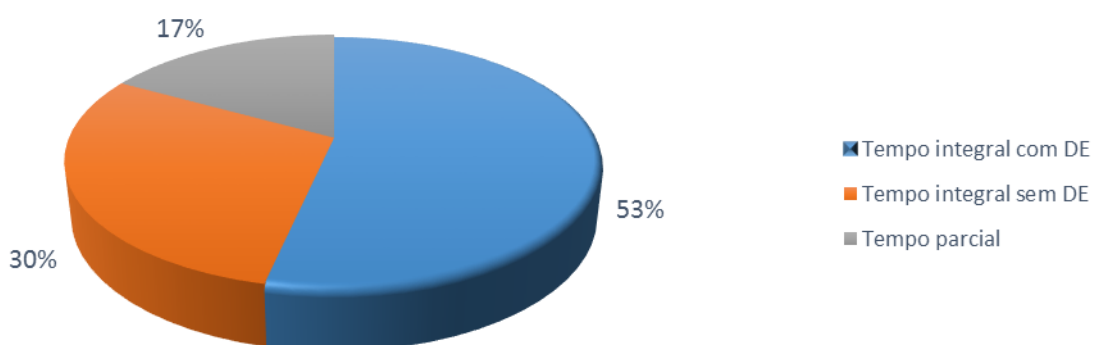
No gráfico acima, tomando como referência o Censo da Educação Superior, apresentam-se dados que caracterizam o perfil docente no IFPE, tomando como base o número de cursos em que os docentes atuam no IFPE, o regime de trabalho e a titulação. Os dados apontam três regimes de trabalho no IFPE: o tempo integral com Dedicção Exclusiva (D.E); o tempo integral sem Dedicção Exclusiva (D.E); e o tempo parcial.

No regime de tempo integral com Dedicção Exclusiva, o total de docentes que atuam em um único curso foi de 183; em dois cursos, 33 docentes; em três cursos, 3 docentes; e, em quatro cursos, 2 docentes. No regime de tempo integral sem a Dedicção Exclusiva, o total de docentes que atuam em um único curso foi de 105; em dois cursos, 13 docentes; e em três cursos, 2 docentes. E, no regime de tempo parcial, o total de docentes que atua em um único curso foi de 62; em dois, 6 docentes; e, em três cursos, 2 docentes. Nota-se, na figura acima, que o maior número de docentes na Instituição encontra-se no regime de tempo integral com Dedicção Exclusiva, seguido respectivamente pelo regime de tempo integral sem Dedicção Exclusiva e pelo regime de tempo parcial.

No gráfico, observa-se que os docentes com *stricto sensu*, em nível de doutorado, no IFPE, alcançaram, em 2015-2016, o quantitativo de 56 docentes no regime de tempo integral com Dedicção Exclusiva; 16 no regime de tempo integral sem Dedicção Exclusiva; e 17 no regime de tempo parcial. Em nível de Mestrado, 122 encontram-se no regime de tempo integral com Dedicção Exclusiva; 75 no regime de tempo integral sem

Dedicação Exclusiva; e 46 no regime de tempo parcial. Já os docentes com *lato sensu*, especialização, 43 estão no regime de tempo integral com Dedicação Exclusiva; 29 no regime de tempo integral sem Dedicação Exclusiva; e 7 no regime de tempo parcial, existindo um único docente com *lato sensu* no regime de trabalho horista. Em termos gerais, pode-se ver o seguinte perfil em relação ao regime de trabalho:

Regime de Trabalho na Educação Superior no IFPE em 2015-2016

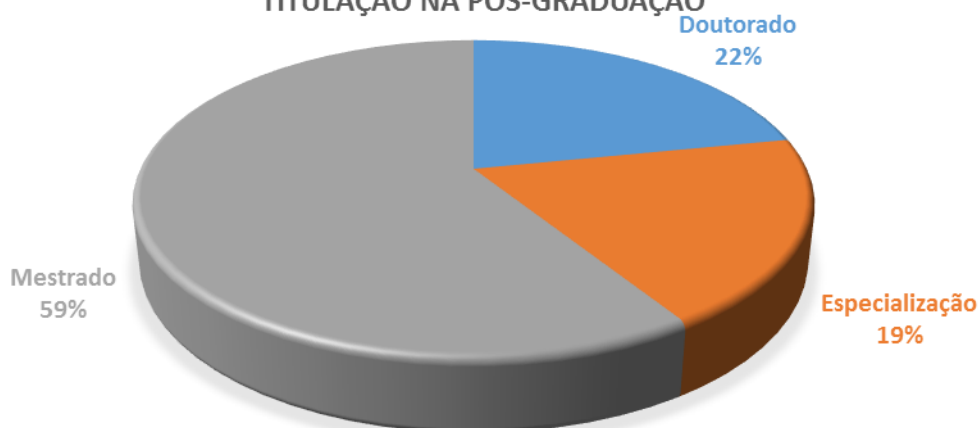


Fonte Censup-IFPE 2015-2016

Então, pelo gráfico, pode-se observar que 53% dos docentes que atuam na educação superior trabalham em regime de tempo integral com D.E; 30% em regime de tempo integral sem D.E e 17% em regime de tempo parcial. Esses percentuais mantiveram-se estáveis em relação ao ano anterior, todavia com tendência de alta neste último regime de trabalho em relação aos anos anteriores (Ver relatório 2015 e 2014).

A seguir, caracteriza-se o perfil docente da educação superior no IFPE pela titulação em termos percentuais:

DISTRIBUIÇÃO DE DOCENTES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR POR TITULAÇÃO NA PÓS-GRADUAÇÃO



Fonte - CENSUP – 2015, postado em 2016.

No gráfico acima, apresenta-se, em termos percentuais, a distribuição do corpo docente em relação à titulação na Pós-Graduação atuando nos cursos de graduação e licenciatura. No ano de 2016, 19% dos docentes do IFPE tinham a titulação de Especialização; 59%, de Mestrado; e 22%, de Doutorado. Esses percentuais, também, mantiveram-se estáveis na Instituição em relação ao ano anterior.

3.1.2 Conceitos obtidos pelo IFPE nas avaliações externas de curso e institucional

Nesta seção, a CPA apresenta os dados relativos aos conceitos das avaliações externas alcançados nos últimos seis anos, para elaborar um panorama da educação superior. Primeiramente, este panorama foca os cursos de graduação e licenciatura; em segundo lugar, a Instituição.

CAMPUS	CURSOS	ENADE	CPC	CC
Recife	Análise de Desenvolvimento	5	4	3
		2011	2011	2007

	Engenharia Civil			3
				2013
	Radiologia	4	SC	4
		2010		2012
	Turismo	5	4	4
		2009	2009	2011
	Designer Gráfico	3	3	4
		2015	2015	2016
	Gestão Ambiental	4	3	
		2010	2010	
	Geografia			4
				2015
	Gestão em Turismo			4
				2016
Pesqueira	Matemática	3		3
		2011		2011
EAD	Matemática			4
				2012
	Gestão Ambiental			4
				2012
Barreiros	Lic. em Química			3
				2014
	Tecnologia em Agroecologia			4
				2014
Belo Jardim	Lic. em Música			4
				2014
Ipojuca	Lic. em Química			4
				2014
Vitória de Santo Antão	Lic. em Química			4
				2014
	Agronomia			4
				2016
EAD	Lic. Geografia			4
				2014
	Lic. Matemática			4
				2014
Pesqueira	Lic. Física			4
				2014
	Enfermagem			4
				2015
Caruaru	Engenharia Mecânica			3
				2016

Fonte: PRODEN/PRODIN – IFPE, 2016

O quadro acima apresenta dados das avaliações dos cursos de graduação concernentes ao ENADE, Conceito Preliminar de Cursos (CPC) e ao Conceito de Curso (CC). Nele, destaca-se o desempenho favorável e expressivo dos cursos da Educação Superior no ENADE, como os casos dos Cursos de Análise e Desenvolvimento de Sistemas com nota 5; o Curso de Radiologia, com nota 4; o Curso de Turismo com nota 5; o Curso de Gestão ambiental, com nota 4; o Curso de Matemática, com nota 3; e o Curso de *Design Gráfico*, com nota 3.

No âmbito geral, os Cursos Superiores de Graduação apresentam um conceito de curso entre 3 e 4 e estão circunscritos ao âmbito aceitável de qualidade na educação

superior num sistema de avaliação como o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. É preciso reconhecer o esforço e o êxito das Coordenações de cursos, Núcleos Docentes Estruturantes (NDE), Colegiados de Cursos, da Comunidade, Comissão Própria de Avaliação (CPA), e da Gestão Local e Central do IFPE no processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos superiores no período descrito no quadro. Este reconhecimento na avaliação externa ressalta as potencialidades da Instituição na Educação Superior. A seguir, apresentam-se os conceitos gerais do IFPE:

CONCEITOS DA IES			
CI – CONCEITO INSTITUCIONAL	IGC INDICE GERAL DE CURSOS	IGC INDICE GERAL DE CURSOS CONTÍNUO	Ano
	3	2,6010	2013
4 (2017)	3	2,5014	2014
	3	2,5311	2015

Fonte: PRODEN/PRODIN – IFPE, 2017.

Ressalte-se que o Índice Geral de Cursos (IGC) aponta para uma perspectiva de desempenho melhor e, tomando como base o ano de referência de 2016, no quadro anterior, a tendência deste índice será de evolução positiva, o que é um desempenho desejável e muito bem-vindo, quando se trata, sobretudo, da natureza de uma Instituição pública como o Instituto Federal de Pernambuco.

3.1.3 Projetos e Processos de Autoavaliação

Os resultados apresentados na última seção e o último ato regulatório institucional levaram a CPA do IFPE a promover mudanças relevantes no seu Projeto de Avaliação Institucional e no Regimento Interno dessa Comissão, que iniciaram seu planejamento e implementação a partir do ano de 2014, com a edição de um novo Plano de Desenvolvimento Institucional.

Historicamente, a Instituição, desde sua constituição, posta os relatórios de avaliação interna no INEP, por meio do e-MEC. Entretanto, a inserção da avaliação

interna, como instrumento de gestão e indutor da democratização das práticas avaliativas e da gestão, com a promoção do compartilhamento das tomadas de decisões oriundas dos diagnósticos da avaliação entre a gestão e a comunidade do IFPE, até o antepenúltimo ano de referência, ainda expressava um êxito aquém do desejável.

Nesse contexto de revisão do Projeto de Avaliação Institucional do Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE), a CPA apropriou-se da abordagem da “avaliação democrática” de Barry MacDonald, com a finalidade de se aproximar da perspectiva proposta no Art. 01 e § 1º, da Lei n.º 10.861/04 que afirma:

O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, **por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.** (*grifos nossos*).

Na citação acima, o SINAES apresenta quatro finalidades essenciais: a melhoria da qualidade, a orientação da expansão, o aumento da eficácia institucional e da efetividade acadêmica e social. A viabilização destas finalidades é promovida por meio do princípio da valorização da missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Destes princípios, adota-se como norte do Projeto de Avaliação Institucional do IFPE o princípio da promoção dos valores democráticos. Dessa forma, a Instituição através do desenvolvimento da avaliação interna também reconhece, alinha-se e promove o princípio da gestão democrática da educação pública, umas das diretrizes do novo Plano Nacional de Educação (PNE), publicado na Lei nº13.005/14.

Além de explicitar e ressaltar os procedimentos desenvolvidos no ano de referência de 2015, a CPA apresentou à comunidade e à gestão do IFPE, por meio de e-mail, de rodas de conversas, de programa de sensibilização, de reuniões com os gestores, com os coordenadores de curso e do site institucional, uma proposta para realização da avaliação interna, amparada no novo ciclo para avaliação institucional, indicado pelo INEP nas Notas Técnicas números 062 e 065, às Comissões Próprias de Avaliação (CPAs).

Dessa forma, a CPA do IFPE estimou e realizou a seguinte estratégia de implementação da avaliação interna, descritos em sua seção metodológica, referentes aos anos 2015 e 2016 – no quadro a seguir:

AÇÕES REALIZADAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA AVALIAÇÃO INTERNAS		
Ano de referência	2015	2016
Período de postagem dos Relatórios	31/03/2016	31/03/2017
Períodos	1º ano do ciclo avaliativo	2º ano do ciclo avaliativo
Dimensões trabalhadas	Eixo 1: Planejamento e avaliação institucional Eixo 3: Políticas acadêmicas Eixo 5: Infraestrutura	Eixo 2: Desenvolvimento institucional Eixo 4: Políticas de gestão
Relatórios	1º Relatório parcial	2º Relatório parcial
Contexto da Avaliação Interna	Formação continuada + Aprimoramento da metodologia	Formação continuada + Aprimoramento da metodologia

Fonte: CPA do IFPE, 2017.

A CPA, norteadada pelo princípio da avaliação democrática, desenvolveu, para a coleta de dados referente à avaliação interna na Instituição, três instrumentos de avaliação, a saber: os formulários de avaliação (“Dia da Avaliação”), a Avaliação *in loco* e as Rodas de Conversa nos cursos presenciais e nos cursos à distância.

Estes três instrumentos foram desenvolvidos baseados nas dimensões do SINAES, estabelecidas na Lei nº 10.861/04, e articulados concomitantemente com os instrumentos da avaliação externa institucional, da avaliação de cursos e do questionário do ENADE. Além disso, tiveram como referência no âmbito interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O intuito desta articulação foi de garantir a análise global, integrada e sistêmica das dimensões da avaliação por meio de uma perspectiva preferencialmente qualitativa, essencial num sistema de avaliação como o SINAES.

Para este ano de referência, 2º ano do Ciclo Avaliativo, foram escolhidos pela CPA três, dos cinco eixos do novo instrumento de avaliação institucional desenvolvido pelo INEP, a saber – o Eixo I: Avaliação e Planejamento; o Eixo II: Desenvolvimento institucional; e o Eixo IV: Políticas de gestão. A partir dessas dimensões, foram desenvolvidos indicadores e os aspectos observados no âmbito do IFPE.

No ano de referência de 2016, estiveram envolvidos diretamente na Avaliação Interna o seguinte quantitativo de pessoas, distribuídas por segmento da comunidade universitária do IFPE:

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA NA AVALIAÇÃO INTERNA NO ANO DE REFERÊNCIA DE 2016				
Segmento	Quantitativos de avaliadores	Instrumento de avaliação	Campi	
Discente	747	Formulário de avaliação	7	
Docente	268	Formulário de avaliação	7	
Técnico-administrativo	223	Formulário de avaliação	7	
Sub-total	1238	-----	Cursos	Polos
Discente	455	Rodas de Conversas	09	--
Docente	120	Rodas de Conversas	09	---
Técnico-administrativo	55	Rodas de Conversas	02	---
Sub-total	630	-----		

Fonte: CPA/IFPE – 2016.

Os números no quadro caracterizam a participação da comunidade acadêmica do IFPE na avaliação interna, no ano de referência de 2016. Apenas com o processo de avaliação por meio do instrumento “Formulário de Avaliação”, participaram do segmento discente 747 pessoas, cerca de 1/3 do total de estudantes matriculados nos cursos superiores na Instituição. Se acrescido o número de estudantes que participaram nas Rodas de Conversa, esse número chega a 1.202. Embora vários destes estudantes que participaram nas Rodas de Conversas, tenham participado, também, diretamente da coleta de dados do instrumento “Formulário de Avaliação”.

Do total de 412 professores envolvidos com a educação superior, 268 participaram diretamente da avaliação, representando uma participação deste segmento de 62,62% do total do corpo docente. Já entre os técnico-administrativos, a avaliação alcançou 278 servidores. É preciso lembrar que, para estes dois segmentos, foram contabilizadas suas participações nas Rodas de Conversas e na coleta de dados dos formulários. Destaque-se, também, que o segmento técnico-administrativo apresenta um número bem inferior em relação aos outros dois segmentos na Instituição. Diante dos números apresentados e da utilização do princípio da adesão voluntária, a CPA do IFPE reconhece o processo de autoavaliação deste ano de referência como uma experiência exitosa, uma vez que este ano em especial, representa a consolidação dos instrumentos de avaliação de 2ª geração no contexto institucional.

Tradicional na Instituição, desde sua fundação, o instrumento “Formulário de Avaliação” foi revisitado e aprimorado, com o intuito de harmonizá-lo com os pressupostos teóricos da avaliação democrática. Uma das mudanças mais visíveis no novo formato refere-se ao sentido do instrumento, pois na versão anterior a comunidade usava-o no

sentido de preencher uma pesquisa nos moldes da tradição científica.

A tradição científica no campo da avaliação desvela as práticas avaliativas no âmbito do paradigma positivista e caracteriza o conceito de avaliação no domínio da mensuração, dos objetivos e do juízo de valor. Distintamente desses domínios, a avaliação interna do IFPE busca romper com esta tradição, realizando práticas avaliativas que repousem no paradigma naturalista, para caracterizar a concepção de avaliação no âmbito da negociação, desvelando sua dimensão política e ética.

Todavia não abandona os conceitos da tradição anterior, a mensuração, objetivos e juízo de valor. Por esta razão, reconhece a tese da harmonização paradigmática entre as abordagens quantitativas e qualitativas no desenvolvimento de suas práticas avaliativas. E, conseqüentemente, o direito da comunidade de avaliar a instituição concomitantemente aos avaliadores profissionais (pares) e os avaliadores da burocracia estatal.

Assim, diferentemente da versão anterior do “Formulário de Avaliação”, a comunidade é convidada a ser avaliadora institucional. Com isso, abrangem-se dois pressupostos da avaliação democrática, a adesão voluntária e o empoderamento da comunidade, quando convidada a avaliar o IFPE.

O instrumento “Formulário de Avaliação” é composto de três matrizes, com o intuito de abranger os três segmentos da comunidade acadêmica do IFPE, o segmento docente, discente e o técnico-administrativo. A intenção da CPA com esse instrumento foi de incentivar a comunidade a realizar a avaliação, promovendo as primeiras perguntas acerca da eficácia, efetividade acadêmica e social, para gerar o debate relativo à melhoria da qualidade, da orientação da expansão da sua oferta de ensino e do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais da Instituição.

A utilização deste instrumento pela comunidade acadêmica do IFPE ocorreu por meio do processo de negociação, inicialmente com a gestão central do IFPE, materializado em negociações com a Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN), para agendar atividade de sensibilização com os coordenadores dos cursos superiores e as direções de ensino dos *Campi*. A partir desta sensibilização, como realizado no ano de referência de 2014, foi organizado um calendário de avaliação interna, de acordo com as demandas dos cursos, denominado de “Dia da Avaliação”.

Neste dia, cada curso, em conjunto com a CPA Setorial, desenvolveu sua estratégia de sensibilização nos *Campi* junto aos três segmentos da comunidade, para que estes avaliassem a Instituição. Durante essa atividade, foi ressaltada a garantia de anonimato da avaliação, o caráter formativo e não punitivo da avaliação, consoante proposta do novo projeto de avaliação interna.

Em paralelo ao “Dia da Avaliação”, a CPA do IFPE desenvolveu a avaliação *in loco*, que avaliou especificamente o Eixo V – a política de infraestrutura. Semelhante ao “Dia da Avaliação” esta atividade alcançou todos os cursos superiores do IFPE em seus (7) *Campi*. O desenvolvimento desta atividade também ocorreu por meio da negociação, inicialmente com a gestão central do IFPE, materializados em negociações com a Pró-Reitoria de Integração e Desenvolvimento Institucional (PRODIN) e a Pró-Reitoria de Ensino (PRODEN). Em relação à primeira, negociou-se sobre a infraestrutura de logística (transporte e diárias); e com a segunda, a articulação da agenda de avaliação com as diretorias de ensino nos *Campi* e os coordenadores dos cursos superiores.

O objetivo desta atividade, além de avaliar a infraestrutura dos cursos para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão, foi de aproximar a CPA dos coordenadores dos cursos no seu ambiente cotidiano e introduzir os seus representantes, participantes da atividade, em um contexto institucional diferente do seu *Campus* de origem. As visitas *in loco* foram realizadas por representantes da CPA externos ao *Campus* avaliado, mas sempre com o apoio da CPA Setorial. A atividade foi orientada por um roteiro prévio. Após a visita, os avaliadores preenchem e postavam o roteiro em formato de formulário eletrônico para o banco de dados da CPA. Também, foi recomendado que os avaliadores tirassem e postassem as fotos das visitas para a CPA.

Concomitante às *visitas in loco* e ao “Dia da Avaliação”, a CPA promoveu a realização de (11) Rodas de Conversas nos cursos superiores do IFPE. Nestas Rodas de Conversas foram ouvidas e anotadas, separadas por segmentos nos cursos, as preocupações, inquietações, reivindicações e sugestões, dos docentes, discentes e técnico-administrativos em relação ao curso, ao *Campus* e à Instituição. Dessa forma, a CPA rompeu os limites iniciais do instrumento do “Dia da Avaliação”, em que sugeriu as perguntas iniciais da avaliação, repassando esta responsabilidade à comunidade circunscrita às dimensões avaliadas neste ano de referência.

O desenvolvimento deste instrumento neste ano de referência foi exitoso, abarcando um universo, nos 09 cursos, em torno de 630 pessoas. O intuito com esta atividade, além de avaliar o IFPE, era de aproximar mais a CPA da comunidade e de humanizar a avaliação, dialogando com a comunidade, no sentido de superar um dos maiores obstáculos das políticas públicas, em especial da avaliação, ouvir o beneficiário.

3.1.4 Divulgação e Análise dos Resultados da Autoavaliação

A estratégia de divulgação dos resultados da avaliação, desde o último ato

regulatório, caracterizou por meio da realização de reuniões com a comunidade universitária nos auditórios dos *Campi* que ofertam educação superior no IFPE. Além das reuniões com os gestores em nível dos *Campi* e da Reitoria, para apresentar os diagnósticos e as recomendações oriundas da avaliação interna. Os resultados foram contextualizados em nível do Instituto, dos *Campi* e dos cursos.

Diferentemente desta estratégia de divulgação, a composição atual da CPA do IFPE adotou a seguinte estratégia de divulgação dos resultados: 1. Postagem do relatório parcial no INEP; 2. Reunião com os gestores da Reitoria para apresentar os diagnósticos e recomendações oriundos da avaliação; 3. Reunião com os coordenadores dos cursos superiores e suas respectivas direções de ensino para apresentar os diagnósticos e recomendações oriundos da avaliação.

A partir das discussões dessas reuniões, foi estabelecido no IFPE, a partir do mês de abril do ano de 2016, o sistema de monitoramento das ações institucionais decorrentes da avaliação, que fixará um prazo para a resolução dos problemas encontrados, circunscritos ao ciclo avaliativo indicado pelo INEP [Ano 2015 a 2017]. Caso estas questões não sejam equacionadas no ciclo, no relatório final serão postadas todas as ações que não foram equacionadas e suas justificativas no relatório, para fins da regulação externa.

Em paralelo a este movimento, a CPA do IFPE iniciou o provimento do detalhamento do relatório parcial à comunidade acadêmica, com o envio dos diagnósticos da avaliação, de acordo com o grau de interesses dos segmentos, por meio dos e-mails cadastrados, de reuniões com as coordenações de cursos, colegiados e corpo discente dos cursos superiores. Além disso, vem promovendo a devolutiva da avaliação através de Rodas de Conversas nos cursos, para discutir e realizar a meta-avaliação com a comunidade, a fim de aprimorar os instrumentos e a própria autoavaliação no IFPE.

Quanto ao tratamento dos dados, estes foram e ainda continuam sendo realizados numa abordagem quali-quantitativa, sobretudo quando relacionado à sistematização de dados da instituição referentes ao perfil dos discentes, docentes e dos técnico-administrativos. O Objetivo foi proporcionar, ao longo ano de referência (2016), início e durante o novo ciclo do AVALIES, informações para subsidiar as discussões na Instituição acerca de sua organização institucional, da sua missão e responsabilidade social, para orientar a sua oferta e expansão e qualificar sua eficácia e efetividade acadêmica e social.

A CPA do IFPE, no ano de 2014 e 2015, como demonstrado na seção metodologia, focalizou seus esforços na formulação de uma nova abordagem e na análise crítica dos trabalhos de avaliação interna realizados anteriormente, anos 2010, 2011, 2012 e 2013.

Por esta razão, fundamentado em sua nova abordagem de avaliação, a CPA destaca os diagnósticos da avaliação desde seu último processo de ato regulatório, que culminou no plano de melhorias, a partir dos processos avaliativos descritos na seção seguinte.

A seguir, caracterizam-se os principais diagnósticos da avaliação, deste seu último ato regulatório:

DIAGNÓSTICOS DA AVALIAÇÃO INTERNA EIXOS II E IV	
Pontos fortes	Pontos frágeis
<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação Institucional: elaboração de planos de melhorias e acompanhamento das ações por parte da gestão; reestruturação e empoderamento do trabalho da CPA; • Fortalecimento do diálogo entre as Pró-Reitorias Acadêmicas; • Expansão e interiorização da educação Superior, por meio da Implementação de cursos superiores descritos no PDI; 	<ul style="list-style-type: none"> • Inteligência organizacional: gestão das informações institucionais; • Política de capacitação dos servidores; • Política de acessibilidade - Adequação dos espaços e aquisição de recursos materiais voltados à inclusão • Política de Segurança no trabalho e nos espaços destinados às práticas pedagógicas em geral

3.1.5 Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos

Nesta seção, a CPA apresenta um quadro com as melhorias institucionais decorridas dos processos avaliativos desde o último ato regulatório. Ações implementadas e as respectivas melhorias:

Fragmento	Medidas	Melhorias
Políticas para o ensino	Regulamentação do Programa de Monitoria	Implementação do Programa de Monitoria
	Fortalecimento dos Fóruns de discussão do Ensino Superior	Realização dos Fóruns do Ensino Superior
	Ofertas de cursos de formação inicial e continuada: PAFOR e RENAFOR	Oferta de cursos nas duas modalidades de financiamento
	Ampliação do PIBID	Aumento no número de bolsas
	Estudo a respeito da evasão e retenção (Comissão)	Diagnóstico da evasão
	Reformulação dos PPCs dos Cursos	Adequação dos PPCs dos Cursos Superiores do IFPE
	Revisão do Programa Institucional de Capacitação dos Servidores	Aumento no número de servidores com Pós-Graduação (especialmente no segmento docente – ver quadro perfil docente)
Políticas para a Pesquisa	Reformulação do Programa de Acesso, Permanência e Êxito PROIFPE	Qualificação do ingresso e permanência nos cursos superiores do corpo docente
	Criação do regulamento e cadastro de grupos e projetos de pesquisa e inovação e a política de iniciação científica da Instituição	Cadastro de grupos e projetos de pesquisa e inovação
	Criação de Política de Cadastro de Projetos de Pesquisa em fluxo contínuo, possibilitando a inserção de um maior número de servidores e estudantes envolvidos em atividades de pesquisa	Inserção de servidores e estudantes nas atividades de Pesquisa
	Aumento da oferta de Bolsas de Iniciação Acadêmica, de Pesquisa e de Inovação para a Educação Superior	Ampliação da oferta de bolsas
	Consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT)	Inovação tecnológica
	Implantação e consolidação da Pós-Graduação <i>Lato e Stricto Sensu</i> no IFPE	Implantação de cursos de <i>Lato e Stricto Sensu</i>
	Qualificação da Revista Científica Institucional (Revista CIENTEC) no portal WebQualis da CAPES	Qualificação da Revista
Políticas para a Extensão	Contratação do Sistema FINANCIAR – Sistema de busca, via web, visando obter informações sobre fontes financiadoras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI)	Acesso às agências de fomento à Pesquisa
	Estímulo à ampliação de atividades extensionistas junto às comunidades internas e externas	-Regulamento de Extensão do IFPE -Regulamento de Programa e Projetos de Extensão (fluxo contínuo) -Regulamento Institucional de Bolsas de Extensão -Manual de Eventos do IFPE -Manual de procedimentos das

	<p>atividades de Extensão do IFPE</p> <ul style="list-style-type: none"> -Estruturação do Regulamento dos Núcleos de Pessoas com Deficiência. -Estruturação do Regulamento norteador do Programa Jovem Aprendiz -Estruturação do Regulamento de Estágios do IFPE -Estruturação do Regulamento de Egressos do IFPE
Ampliação da divulgação das ações de Extensão	<p>Chamadas públicas para submissão de Cartilhas de Extensão, estruturação da Mostra de Extensão para apresentação de resultados parciais dos projetos, estruturação da Jornada de Extensão para apresentação dos resultados finais, realização do Encontro de Extensão Anual com vistas a socializar conhecimentos extensionistas internos e externos.</p>
Criação da Revista de Extensão (Revista Caravana: diálogos entre Extensão e a Sociedade), fortalecendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão.	<p>A Revista foi estruturada e o seu Comitê Editorial lançou o primeiro volume no mês de dezembro/2014 no Encontro de Extensão do IFPE, realizado no <i>Campus</i> Belo Jardim.</p>
Ampliação do quantitativo de bolsas de extensão para estudantes – Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)	<p>Edital 2011 Nº de Projetos 35 Nº de Bolsas 63 Edital 2012 Nº de Projetos 71 Nº de Bolsas 127 Edital 2013 Nº de Projetos 83 Nº de Bolsas 146 Edital 2014 Nº de Projetos 117 Nº de Bolsas 230</p>
Criação de projeto Missões Institucionais, a fim de promover cooperação internacional com instituições parceiras.	<p>Dando início às atividades de Missões Internacionais Institucionais, a Assessoria de Relações Internacionais do IFPE organizou o Plano de Ação para o período de 2012-2014. Neste processo, articulou e consolidou a participação de 16 docentes de diversas áreas, com representatividade de todos os <i>Campi</i>, em missões de prospecção de cooperação internacional com instituições parceiras da: Argentina, Chile e Portugal. Ainda, complementando as ações desenvolvidas por meio de cooperação internacional, o IFPE prestou uma Consultoria Internacional ao Governo do Panamá para implantação dos Institutos Superiores do Panamá.</p>
Incentivo à mobilidade acadêmica de estudantes e servidores por meio de programas de intercâmbio.	<ul style="list-style-type: none"> • O fortalecimento das ações de mobilidade acadêmica também tem se desenvolvido através das atividades abaixo relacionadas, ligadas ao Programa Ciência sem Fronteira: • Aplicação do TOEFL-ITP, pelo IFPE, em parceria com MEC-SESU. • Realização de Encontro de bolsistas CsF, com participação de estudantes em mobilidade (EUA e Canadá) através de videoconferência. • Participação no evento do

	<p>Group of Eight of Australian –G8.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participação no Education USA. • Participação do IV Encontro Brasil-Canadá, com delegação de 13 estudantes dos <i>Campi</i> Pesqueira, Vitória de Santo Antão, Belo Jardim e EaD, realizado pelo IF Sertão de PE; • Homologação de 56 (CAPES e CNPq) candidatos do IFPE ao CsF.
<p>Realização de eventos socioeducativos, esportivos e culturais envolvendo as comunidades internas e externas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • III Fórum de Sustentabilidade • VI Jornada de Extensão • Caravana de Extensão • I Feira de Gastronomia • II Encontro de Extensão – ENEXT • Seminário de Extensão Tecnológica • Seminário de Inclusão • Encontro Mulheres Mil • <i>Workshop</i> de Orientação Profissional • II Mostra de Extensão
<p>Fortalecimento das ações de inclusão através dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE's).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O fortalecimento das ações de inclusão vem sendo fomentado no âmbito das reuniões bimestrais com Coordenadores da área de inclusão dos <i>campi</i>. Além da adesão de todos na realização de um núcleo local focado em pessoas com necessidades específicas, os <i>campi</i> têm realizado anualmente a Semana da Pessoa com Deficiência.
<p>Implantação do Centro de Línguas Estrangeiras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi elaborado também o Regimento Interno do CELLE, bem como foram instituídas Comissões de Trabalhos nos <i>campi</i> para implantação dos CELLE's. No segundo semestre de 2013, aproximadamente 200 estudantes foram beneficiados com cursos de línguas nos <i>campi</i> do IFPE. Nesse mesmo período, foi realizado o levantamento de material didático necessário para realização dos cursos, com previsão para aquisição no ano de 2014. A Instituição contou com a colaboração de 06 estagiários internacionais com conhecimentos em inglês, francês e espanhol para a realização de cursos nos CELLE's dos <i>Campi</i> Vitória de Santo Antão, Belo

	<p>Jardim, Pesqueira, Barreiros e Garanhuns e proporcionou a capacitação de 45 servidores em curso de formação continuada em Inglês, Francês e Espanhol.</p>
<p>Consolidação de convênios, acordos e projetos internacionais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No ano de 2013, a Instituição firmou parcerias com várias instituições e, em decorrência delas, realizaram-se: 18 acordos internacionais. • Participação no Projeto de Extensão Universitária com a Universidade de Mendoza e Tecnológica de Mendoza • Projeto de Extensão Universitária na Área de Licenciatura em Química e Física conduzida pelo <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão –IFPE. • Palestras e Curso de software para a comunidade acadêmica. • Parceria para desenvolvimento de produtos na área de Tecnologia Assistiva com Instituto Politécnico de Portugal. • Rede de parceiros internacionais dispostos a receber estudantes do IFPE, sem pagamento de taxas. • Convênio com o Centro de Estudos Martianos –CEM e criação da Cátedra Martí-Julião no <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão –IFPE • Parceria colaborativa para implantação de repositório bibliográfico digital com o Instituto Politécnico de Bragança. • No ano de 2014, as ações de fortalecimento de acordos se deram através da execução do PDVL no <i>Campus</i> Vitória de Santo Antão e modelagem de outros Programas Internacionais semelhantes em outras áreas.

- 3.1.6 Processos de gestão: apresentação dos processos de gestão (ações acadêmico-administrativas), desenvolvidos a partir das avaliações externas e das avaliações internas.

A seguir, caracteriza-se panorama dos processos de gestão decorrentes dos diagnósticos das avaliações internas e externas desde o último ato regulatório (2011-2017)

POLÍTICAS DE ENSINO

- Regulamentação do Programa de Monitoria
- Fortalecimento dos Fóruns de discussão de Ensino Superior
- Oferta de cursos de formação inicial e continuada – Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) e Rede Nacional de Formação Continuada dos Profissionais da Educação Básica (RENAFOR) – Comitê Gestor Institucional de Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica; (jan-dez)
- Oferta de cursos de Especialização -Pós-Graduação *Lato Sensu* institucional (RENAFOR); (jan-ago)
- Ampliação da oferta de bolsas Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID, para todos os cursos de Licenciatura ofertados pela Instituição; (jan-mar)
- Reformulação do Programa de Acesso, Permanência e Êxito do IFPE – PROIFPE; (jan-abr)
- Elaboração e implantação do Projeto de Avaliação Preventiva dos cursos superiores do IFPE à luz da Política do SINAES; (jan-dez)
- Estudo para identificar os índices de evasão e retenção de estudantes; (jan-dez)
- Reformulação dos Projetos Pedagógicos dos cursos que já foram avaliados pelo MEC, fortalecendo a integração das ações de Ensino, Pesquisa e Extensão. (jan-mar)
- Revisão do Documento relativo ao Esforço Acadêmico; (jan-out)
- Atualização do diagnóstico do Esforço Acadêmico nos *Campi*; (jan-ago)
- Revisão do Programa Institucional de Capacitação dos Servidores, visando aumentar o percentual de docentes e técnico-administrativos com Pós-Graduação em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado; (jan-dez)
- Atualização do Sistema e-MEC no que se refere à Graduação e Pós-Graduação de docentes; (jan-dez)
- Disponibilização, preferencialmente, de docentes que atuam apenas no Ensino Superior para comporem o NDE dos cursos. (jan-dez)
- Elaboração da Sistemática de Organização do Trabalho Docente nos *campi*.
- Implementação de três novos cursos superiores: Engenharia Elétrica (Pesqueira), Engenharia Elétrica (Garanhuns) e Engenharia Mecânica (Recife)
- Revisão do documento orientador para elaboração do PPCs dos cursos de licenciatura
- Reformulação dos PPCs dos cursos de Licenciatura à luz das Diretrizes Curriculares para formação de professores Resolução 2/2015.
- Desenvolvimento de atividades de assessoramento pedagógico junto aos campi que ofertam educação superior.
- Orientações junto aos colegiados de cursos e estudantes sobre ENADE/2017.

POLÍTICAS DE PESQUISA

- Criação de regulamento de cadastro de grupos e projetos de pesquisa e inovação, bem como da Política de Iniciação Científica da Instituição; (jan-abr)
- Criação de Política de Cadastro de Projetos de Pesquisa em fluxo contínuo, possibilitando a inserção de um maior número de servidores e estudantes envolvidos em atividades de pesquisa; (jan-abr)
- Aumento da oferta de Bolsas de Iniciação Acadêmica, de Pesquisa e de Inovação para a Educação Superior; (jan-dez)

- Criação de repositório eletrônico de produção acadêmica e científica; (jan-set)
- Consolidação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT); (jan-ago)
- Implantação e consolidação da Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* no IFPE; (jan-dez)
- Criação do Programa Enxoval Pesquisador para os pesquisadores que atuam no desenvolvimento de pesquisa no âmbito do IFPE; (jan-abr)
- Qualificação da Revista Científica Institucional (**Revista CIENTEC**) no portal WebQualis da CAPES; (jan-abr)
- Contratação do **Sistema FINANCIAR** – Sistema de busca, via web, visando obter informações sobre fontes financiadoras para projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I); (jan-maio)
- Implantação e consolidação do Comitê de Ética em Pesquisa; (jan-dez)
- Reestruturação e atualização da página eletrônica da PROPESQ; (jan-out)
- Divulgação das pesquisas Institucionais cadastradas na PROPESQ, para conhecimento da comunidade e interlocução entre seus autores; (jan-dez)
- Oferta de Mestrado Institucional – fortalecimento da produção científica; ((jan-dez)
- Promoção da participação de servidores pesquisadores em eventos científico-acadêmicos nacionais e internacionais; (jan-dez)
- Estímulo à redação de registro de patentes junto ao Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI); (jan-dez)
- Elaboração de propostas de Mestrado e Doutorado Interinstitucionais (MINTER e DINTER), estabelecendo parcerias entre o IFPE e outras instituições; (jan-jun)
- Incentivo à produção científica docente e discente nos cursos de Graduação e Pós-Graduação do IFPE;(jan-dez)
- Incentivo à divulgação dos resultados das pesquisas científicas e tecnológicas em periódicos; (jan-dez)
- Incentivo aos servidores para participarem de editais de fomento à pesquisa e à inovação; (jan-dez)
- Criação de projeto para formação em pesquisa, voltado aos estudantes, composto de minicursos e oficinas organizados na forma de Jornada de Iniciação Científica; (jan-dez)
- Interiorização e itinerância do Congresso de Iniciação Científica, possibilitando a todos os *Campi* vivenciarem este evento; (jan-dez)
- Realização de encontros de pesquisa por áreas de conhecimento, voltados aos docentes e técnico-administrativos; (jan-dez)
- Elaboração de Programa de Bolsas de Apoio ao Pesquisador, voltada a docentes e técnico-administrativos com projetos cadastrados; (jan-dez)
- Aquisição de sistemas de acompanhamento e visibilidade da produção científica de servidores e estudantes do IFPE (Stella Xperta). (jan-out)

POLÍTICAS DE EXTENSÃO

- Estímulo à ampliação de atividades extensionistas junto às comunidades internas e externas; (jan-dez)
- Ampliação da divulgação das ações de extensão; (jan-dez)
- Estímulo à participação de servidores nas atividades relacionadas a projetos de extensão; (jan-dez)
- Criação da Revista de Extensão (**Revista Caravana: diálogos entre Extensão e a sociedade**), fortalecendo a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão. (jan-dez)
- Ampliação do quantitativo de bolsas de extensão para estudantes – Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX); (jan-abr)
- Criação de projeto Missões Institucionais, a fim de promover cooperação internacional com instituições parceiras;(jan-dez)
- Incentivo à mobilidade acadêmica de estudantes e servidores por meio de programas de intercâmbio; (jan-dez)
- Realização de eventos socioeducativos, esportivos e culturais envolvendo as comunidades internas e externas; (jan-dez)

- Fortalecimento das ações de inclusão através dos Núcleos de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE's); (jan-dez)
- Criação e implantação da Política de Acompanhamento de Egressos; (jan-dez)
- Realização de diálogos entre estudantes egressos, pré-egressos e comunidade com empresas e empreendedores por meio da promoção de feiras de estágio, emprego e empreendedorismo e *workshop* de orientação profissional; (jan-dez)
- Implantação do Centro de Línguas Estrangeiras; (jan-jul)
- Consolidação de convênios, acordos e projetos internacionais; (jan-dez)

AÇÕES DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

- Revisão o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), fortalecendo, dentre as ações nele dispostas, as relacionadas à comunicação com a sociedade. (jan-dez)
- Atualização as informações pertinentes à Carta de Serviço ao Cidadão com o objetivo de informar às comunidades interna e externa quais os serviços prestados pela Instituição, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos; (jan-fev)
- Acompanhamento, por meio dos relatórios produzidos, as ações da Ouvidoria Central – Reitoria e Setoriais – *Campi*; (jan-fev)
- Fortalecimento das ações da Ouvidoria Geral, apoiando as ações da Ouvidoria em todos os *Campi*; (jan-dez)
- Fortalecimento das ações de divulgação da cartilha informativa, referente à ouvidoria, visando ampliar o papel da Ouvidoria junto às comunidades.
- Fortalecimento das ações relativas ao o Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC). (jan-mar)
- Instituição das ações de comunicação com a sociedade em consonância com as políticas constantes no PDI (jan-dez).
- Promoção da imagem institucional do IFPE, por meio do estabelecimento de um canal de comunicação mais estreito com os veículos midiáticos através do envio permanente de *releases* e sugestões de pautas sobre o IFPE (jan-dez)

3.1.7 Evolução institucional

Os diagnósticos destacados nas últimas duas seções demonstram como é necessário refletir e revisar constantemente o desenvolvimento dos trabalhos da avaliação institucional. Isso se faz em momento oportuno, ao mesmo tempo em que a instituição traça um caminho claro e sólido para seu futuro através da implementação do PDI 2014-2019.

A avaliação propriamente dita objetiva trazer amplo conhecimento da realidade institucional e conhecimento da divulgação de suas atividades, articulando a participação de toda a comunidade no processo de avaliação. Assim sendo a estratégia de coleta, análise, interpretação e comunicação dos resultados do processo de autoavaliação, bem como a regulação e supervisão interna, vêm sendo repensadas continuamente, tanto no âmbito da CPA, quanto da gestão do IFPE.

4. DESENVOLVIMENTO: DIAGNÓSTICOS DA AVALIAÇÃO INTERNA

Nesta parte do relatório, a CPA apresenta os diagnósticos da avaliação interna no ano de referência de 2016, no IFPE. Esclarece-se que o formato de apresentação dos resultados da avaliação foi organizado a partir do levantamento produzido por um de seus três instrumentos de avaliação: o formulário de avaliação. Os demais diagnósticos de avaliação referentes aos outros instrumentos de avaliação serão postados no relatório final, no ano que vem.

Também, destaca-se que, como se trata de um relatório parcial, os diagnósticos da avaliação foram agrupados preferencialmente em nível do conjunto do IFPE realizadas nos cursos superiores. E, pelo volume de dados sistematizados, os dados referentes aos Eixos Políticas Acadêmicas e Infraestrutura, na análise do IFPE por *Campus* e Curso será compartilhada ao longo dos próximos seis meses com a comunidade, a gestão e os avaliadores externos, através de vários meios de comunicação, entre eles: e-mail, *drivers*, relatórios segmentados, reuniões com a gestão, rodas de conversas nos cursos superiores. Concomitante a esta atividade, continuará em desenvolvimento o sistema de monitoramento das ações institucionais, decorrentes dos diagnósticos da avaliação interna.

Em relação à avaliação, os diagnósticos neste relatório foram agrupados nos eixos e nas suas respectivas dimensões e indicadores, com o objetivo de evidenciar as percepções de cada segmento em relação à Instituição. Também, esclarece-se que, por si tratar de um relatório parcial e considerar, nesta versão, a dimensão do arquivo para ser postado no INEP e a extensão do próprio relatório a ser divulgado à comunidade acadêmica, optou-se pelos Eixos 2 e 4. O intuito foi tornar mais clara e compreensível as primeiras leituras da avaliação e o de proporcionar uma linguagem acessível aos interessados na avaliação institucional.

Neste relatório parcial, a CPA reconhece o esforço da comunidade acadêmica para avaliar dois eixos da avaliação no SINAES relevantes na Instituição, todavia menos tangíveis do que os eixos das políticas acadêmicas e de infraestrutura. Portanto, compreende-se o significado de relevância deste momento no aprimoramento do exercício democrático, ao qual a avaliação constitui-se como atividade pedagógica neste contexto.

Ainda, o esforço de integrar a avaliação institucional interna à avaliação de cursos

e a avaliação institucional externa designada e coordenada pelo INEP, como subsídio e fundamento aos processos de regulação da Educação Superior, por meio de uma linguagem que ensaia integrar aspectos fundamentais da avaliação, o formativo e o somativo. Logo, a finalidade é de propiciar indicativos da percepção a respeito das preocupações, inquietações e reivindicações da comunidade acadêmica referente à qualidade da eficácia acadêmica e social da Instituição e de suas políticas institucionais e das políticas de educação superior.

Eixo 2: Desenvolvimento institucional

Nesta seção, a CPA do IFPE apresenta e analisa os diagnósticos da avaliação referentes à ao Desenvolvimento Institucional, por meio da avaliação da missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e a responsabilidades social do IFPE.

4.1 Avaliação da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Com relação à avaliação da missão e do PDI, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou por meio dos indicadores alusivos ao nível de conhecimento a respeito do PDI; missão da instituição, metas e objetivos; coerência do PDI e atividades de ensino; coerência do PDI e práticas de extensão; coerência do PDI e atividades de pesquisa, de iniciação científica e tecnológica; coerência do PDI e atividades artísticas e culturais. Esclarece-se que a primeira parte da seção trata a respeito da percepção no que se refere aos aspectos somativos da avaliação e na última parte, aos aspectos formativos da avaliação. Esses aspectos serão aprofundados no último ano do ciclo, por meio de rodas de conversas junto à comunidade acadêmica e postados no relatório final do ciclo 2015-2017, em 31 de março de 2018. A análise baseia-se no descritor mais frequente nas avaliações numa escola que vai de 0 a 5 (não conheço/inexistente – péssimo – ruim – regular – bom – ótimo).

4.1.1 Nível de conhecimento a respeito do PDI

Nesta avaliação, a CPA do IFPE identificou que ainda há desafios a serem superados em relação à divulgação e sensibilização da comunidade acadêmica para

participar e acompanhar o desenvolvimento da missão, metas e objetivos do PDI na Instituição. Essa percepção se justifica, quando observado que 17% do segmento discente, 11% do segmento docente e 17% do segmento técnico administrativo não conhecem o PDI.

4.1.2 Missão da Instituição, Metas e Objetivos do PDI

Entre os integrantes dos três segmentos que detinham algum nível de conhecimento a respeito do PDI e resolveram avaliá-lo, a percepção geral a respeito deste indicador na Instituição alcançou o Conceito Contínuo 3,250 e o Conceito Geral 3. Na tabela a seguir, observa-se o panorama por segmento e *Campus* da percepção dos avaliadores referentes a este indicador. Contudo, antes de prosseguir nas análises, faz-se necessário esclarecer que o aprofundamento da avaliação, neste indicador, será realizado na segunda parte, onde apresentam-se as principais inquietações, preocupações e reivindicações da comunidade acadêmica no tocante à Instituição.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	4	2	3,3	3
Belo Jardim	3	4	--	2,3	2
Caruaru	4	4	3	3,7	4
Ipojuca	4	--	1	1,7	2
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	4	4	4	4,0	4
Reitoria	--	--	3	3,0	3
Conceito/Segmento	4	3	3	3,250	3

Fonte: CPA 2017.

Na tabela, o segmento discente apresentou a melhor avaliação do indicador missão da Instituição, metas e objetivos do PDI, destacando-o como conceito 4. Apenas no *Campus* Belo Jardim essa percepção não se sustentou. O consenso foi geral no segmento docente, com a avaliação do indicador pelo conceito 4, a exceção foi o *Campus* Ipojuca, ao qual este segmento não se pronunciou, puxando a avaliação do segmento para o Conceito 3. Entre o segmento técnico administrativo observa-se várias gradações de conceitos, indicando distintas percepções a respeito deste indicador. O *Campus* Belo

Jardim destacou-se neste segmento por não se pronunciar. Os *Campi* Ipojuca e Barreiros e a Reitoria tiveram a percepção mais baixa a respeito deste indicador na Instituição. Quando observada a análise da avaliação por *Campus*, reconhece-se que as melhores avaliações da comunidade neste indicador estão em Vitória, Recife, Pesqueira e Caruaru. A Reitoria e Barreiros apresentaram a avaliação regular e Belo Jardim e Ipojuca as avaliações com o descritor “ruim”.

4.1.3 Coerência do PDI e atividades de ensino

Continuando a mesma lógica de análise, ponderam-se os diagnósticos da avaliação do indicador coerência do PDI e atividades de ensino. No PDI, apontam-se os objetivos e metas institucionais para as atividades de ensino ao longo de 4 (quatro) anos, tais como abertura de novos cursos. A intenção com este indicador é o de verificar junto à comunidade acadêmica a percepção a respeito do desenvolvimento das atividades de ensino na Instituição. Entre os integrantes dos três segmentos que tinham algum nível de conhecimento a respeito do PDI e revolveram avaliá-lo, a percepção geral a respeito deste indicador na Instituição alcançou o Conceito Contínuo 3,208 e o Conceito Geral 3.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	4	4	4,0	4
Belo Jardim	3	3	-	2,0	2
Caruaru	3	4	3	3,3	3
Ipojuca	3	-	-	1,0	1
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	4	4	2	3,3	3
Reitoria	--	--	4	4,0	4
Conceito/Segmento	4	3	3	3,208	3

Fonte: CPA 2017.

Na tabela, o segmento discente seguiu a lógica de avaliação do indicador anterior, avaliando o indicador coerência do PDI e atividades ensino com o conceito 4. Embora, os *Campi* Belo Jardim, Caruaru e Ipojuca apresentassem uma variação regular no conceito. O segmento docente, também, seguiu a mesma tendência de avaliação do indicador anterior, com o conceito 3 de avaliação. No *Campus* Ipojuca, os docentes não se pronunciaram e no *Campus* Belo Jardim a avaliação foi regular a respeito deste indicador, puxando o conceito para 3.

O Segmento técnico administrativo, também, manteve o conceito 3 para este indicador. Nos *Campi*, Belo Jardim e Ipojuca os técnicos administrativos não se pronunciaram, o *Campus* Vitória destacou-se pela avaliação mais contrária a respeito deste indicador. O *Campus* Caruaru avaliou o indicador como regular. E os *Campi* Barreiros, Pesqueira, Recife e a Reitoria apresentaram a melhor avaliação para o indicador, com descritor “bom”. Analisando-se por *Campus*, observa-se que Ipojuca apresentou a pior avaliação do indicador. Belo Jardim avaliou com o conceito 2, descritor “ruim”. Caruaru e Vitória, com o conceito 3, descritor “regular”. A Reitoria e os *Campi* Barreiros, Pesqueira e Recife avaliaram o indicador com o conceito 4, descritor “bom”.

4.1.4 Coerência do PDI e práticas de extensão

Entre os integrantes dos três segmentos que tinham algum nível de conhecimento a respeito do PDI e revolveram avaliá-lo, a percepção geral a respeito deste indicador na Instituição alcançou o Conceito Contínuo 2,875 e o Conceito Geral 3. A seguir, analisa-se a percepção da comunidade acadêmica do IFPE neste indicador:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	3	-	2,3	2
Belo Jardim	3	3	-	2,0	2
Caruaru	3	4	3	3,3	3
Ipojuca	3	-	-	1,0	1
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	4	3	3,7	4
Vitória	3	3	2	2,7	3
Reitoria	--	--	4	4,0	4
Conceito/Segmento	3	3	2	2,875	3

Fonte: CPA 2017.

Na tabela, diferentemente dos indicadores anteriores, a comunidade acadêmica do IFPE foi mais severa na avaliação da coerência do PDI e as atividades de extensão. O segmento discente avaliou o indicador com conceito 3. Os *Campi* Barreiros, Pesqueira e Recife avaliaram com o indicador com o conceito 4, descritor “bom”. Já os *Campi* Belo Jardim, Caruaru e Vitória, avaliaram com o indicador com o conceito 3. O segmento docente, também avaliou este indicador com o conceito 3. Os docentes do *Campus*

Ipojuca não se pronunciaram mais uma vez. Os docentes avaliaram com conceito 4 este indicador nos *Campi* Caruaru, Pesqueira e Recife. E, com conceito 3, nos *Campi* Barreiros, Belo Jardim e Vitória. Entre o segmento técnico administrativo o indicador foi avaliado no geral com conceito 2. Nos *Campi* Barreiros, Belo Jardim, Ipojuca este segmento não se pronunciou. A melhor avaliação do indicador neste segmento foi encontrada no *Campus* Pesqueira. E a avaliação mais baixa, conceito 2, no *Campus* Vitória.

Observando o indicador por *Campus*, o indicador alcançou a mais baixa avaliação no *Campus* Ipojuca, conceito 1. No entanto, os *Campi* Barreiros e Belo Jardim foram severamente avaliados com o indicador 2. O *Campus* Caruaru e Vitória mantiveram-se regulares, com o conceito 3. E, a Reitoria e os *Campi* Pesqueira e Recife obtiveram a melhor avaliação, conceito 4, descritor “ótimo”. Até o presentemente momento da análise dos diagnósticos da avaliação, há de se esclarecer algo. Quando um segmento não se pronuncia, não significa que não houve avaliação, ao contrário, avaliadores avaliaram, entretanto, o descritor mais frequente foi o “não conheço/inexistente”. E, essa é a referência da avaliação aqui em questão.

4.1.5 Coerência do PDI e atividades de pesquisa, iniciação científica e tecnológica

Com relação ao indicador coerência do PDI e atividades de pesquisa, iniciação científica e tecnológica, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou o indicador com o Conceito Contínuo 2,875 e o Conceito Geral 3. A comunidade acadêmica do IFPE avaliou de modo semelhante este indicador e o anterior, voltado às atividades de extensão.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	3	-	2,3	2
Belo Jardim	3	3	-	2,0	2
Caruaru	3	4	4	3,7	4
Ipojuca	3	-	-	1,0	1
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	3	4	2	3,0	3
Reitoria	--	--	3	3,0	3
Conceito/Segmento	3	3	2	2,875	3

Fonte: CPA 2017.

Na tabela, o segmento discente avalia o indicador coerência do PDI e atividades de pesquisa, iniciação científica e tecnológica com o conceito 3. A avaliação foi mais severa nos *Campi* Belo Jardim, Caruaru, Ipojuca e Vitória, com o conceito 3. Nos *campi* Barreiros, Pesqueira e Recife o segmento discente avaliou o indicador com o conceito 4. Entre os docentes, a percepção geral foi a mesma, conceito 3. Embora, quatro *Campi* apresentaram o conceito 4, Caruaru, Pesqueira, Recife e Vitória. E, dois, o conceito 3, Barreiros e Belo Jardim. No *Campus* Ipojuca, mais uma vez o segmento docente não se pronunciou. O segmento técnico administrativo avaliou severamente este indicador. Possivelmente, por inquietações, reivindicações e preocupações que serão postas mais adiante no relatório parcial. Tanto é verdade, que este segmento não se pronunciou nos *Campi* Barreiros, Belo Jardim e Ipojuca. Entretanto, avaliou positivamente o indicador nos *Campi* Caruaru, Pesqueira e Recife. E mais severamente no *Campus* Vitória, com o conceito 2. Na reitoria, o conceito do indicador foi 3.

4.1.6 Coerência do PDI e atividades artísticas e culturais

No que concerne ao indicador coerência do PDI e atividades artísticas e culturais a comunidade acadêmica do IFPE avaliou o indicador com o Conceito Contínuo 2,708 e o Conceito Geral 3. A seguir apresentam-se os diagnósticos deste indicador por segmento e por *Campus*:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	3	-	2,3	2
Belo Jardim	3	3	-	2,0	2
Caruaru	3	3	3	3,0	3
Ipojuca	3	-	-	1,0	1
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	4	3	3,7	4
Vitória	3	3	2	2,7	3
Reitoria	--	--	3	3,0	3
Conceito/Segmento	3	3	2	2,708	3

Fonte: CPA 2017.

No caso do indicador em coerência do PDI e atividades artísticas e culturais, o segmento avaliou o indicador com conceito 3. Destaque para os *Campi* Barreiros,

Pesqueira e Recife com conceito 4. Já, os *campi* Belo Jardim, Caruaru, Ipojuca e Vitória alcançaram conceito 3. No segmento docente, o *Campus* Ipojuca não se pronunciou, os *Campi* Barreiros, Belo Jardim, Caruaru e Vitória, obtiveram conceito 3. Apenas os *Campi* Pesqueira e Recife alcançaram conceito 4. O segmento técnico administrativo avaliou severamente o indicador com o conceito 2. Nos *Campi*, Barreiros, Belo Jardim e Ipojuca, o segmento não se pronunciou, indicando-o como inexistente. Nos *Campi* Caruaru e Recife e na Reitoria, o segmento avaliou o indicador com o conceito 3. Quando observada a percepção no conjunto dos *Campi* é possível visualizar o conceito 1 em Ipojuca, o conceito 2 em Barreiros e Belo Jardim, o conceito 3 em Caruaru, Vitória e na Reitoria. Nos *campi* Pesqueira e Recife o indicador foi avaliado com o conceito 4.

4.2 Avaliação da responsabilidade social do IFPE

No tocante aos diagnósticos referentes à avaliação da responsabilidade social do IFPE, a comunidade acadêmica avaliou os indicadores alusivos às ações institucionais voltadas à diversidade; às ações institucionais voltadas ao meio ambiente; às ações institucionais voltadas à memória cultural, produção artística e ao patrimônio cultural; às ações institucionais voltadas à inclusão social; às ações institucionais voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial; e às ações institucionais voltadas à internacionalização.

4.2.1 Ações institucionais voltadas à diversidade

No que concerne ao indicador ações institucionais voltadas à diversidade, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou o indicador com o Conceito Contínuo 3,583 e o Conceito Geral 4. A seguir apresentam-se os diagnósticos deste indicador por segmento e por *Campus*:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	4	3	3,7	4
Belo Jardim	3	3	4	3,3	3
Caruaru	4	3	3	3,3	3
Ipojuca	3	3	4	3,3	3
Pesqueira	4	4	4	4,0	4

Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	4	3	2	3,0	3
Reitoria	--	--	4	4,0	4
Conceito/Segmento	4	3	4	3,583	4

Fonte: CPA 2017.

O segmento discente avaliou o indicador ações institucionais voltadas à diversidade com o conceito geral 4. Essa tendência se manteve nos *Campi* Barreiros, Caruaru, Pesqueira e Vitória. Já, nos *Campi* Belo Jardim e Ipojuca, o segmento avaliou com o conceito 3, descritor “regular”. O segmento docente avaliou o indicador com o conceito geral 3. Esse conceito manteve-se nos *Campi* Belo Jardim, Caruaru, Ipojuca e Vitória. Por outro lado, o segmento avaliou o indicador com conceito 4 nos *Campi* Barreiros, Pesqueira e Recife. No segmento técnico administrativo, a avaliação variou do conceito 2 ao 4, predominando no geral este último conceito. Destaque-se a avaliação severa do segmento no *Campus* vitória, com conceito 2. Na Reitoria e nos *Campi* Belo Jardim, Ipojuca, Pesqueira, Recife, o segmento avaliou o indicador com conceito 4. O indicador obteve conceito 3, com descritor regular, nos *Campi* Barreiros e Caruaru.

Quando observado a percepção do descritor em relação aos *Campi*, nota-se uma regularidade entre o conceito três e quatro, levando no geral, o indicador a alcançar o conceito geral 4. Reitoria e os *Campi* Barreiros, Pesqueira e Recife o indicador obteve o conceito 4. Nos *Campi* Belo Jardim, Caruaru, Ipojuca e Vitória, o conceito do indicador foi 3.

4.2.2 Ações institucionais voltadas ao meio ambiente

Com relação ao indicador ações institucionais voltadas ao meio ambiente, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou o indicador com o Conceito Contínuo 3,375 e o Conceito Geral 3. A comunidade acadêmica do IFPE avaliou de modo aproximado este indicador e o anterior, voltado à diversidade, no entanto, o Conceito Geral neste Indicador foi mais baixo.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	3	3	3,3	3
Belo Jardim	3	3	4	3,3	3
Caruaru	3	3	3	3,0	3

Ipojuca	3	3	4	3,3	3
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	3	4	3,7	4
Vitória	4	3	3	3,3	3
Reitoria	--	--	3	3,0	3
Conceito/Segmento	4	3	4	3,375	3

Fonte: CPA 2017.

No geral, pela tabela, o segmento discente avaliou o indicador com o conceito geral 4. O indicador foi avaliado com o conceito 3 nos *Campi* Belo Jardim, Caruaru e Ipojuca. E, avaliado com o conceito 4 nos *campi* Barreiros, Pesqueira, Recife e Vitória. O segmento docente avaliou no geral, o indicador com o conceito 3. Todos os *Campi* mantiveram esta tendência exceto, o *Campus* Pesqueira, onde o segmento avaliou o indicador com o conceito 4. Os técnicos administrativos avaliaram o indicador com o conceito geral 4. Essa tendência se manteve nos *Campi* Belo Jardim, Ipojuca, Pesqueira e Recife. No entanto, não se sustentou na Reitoria e nos *Campi* Barreiros, Caruaru e Vitória, com avaliação pelo segmento com o conceito 3. Em relação à avaliação por *Campus*, o indicador foi avaliado com o conceito 3 no geral. Esta tendência manteve-se, excetuando-se os *Campi* Pesqueira e Recife, com avaliação do indicador com o conceito 4.

4.2.3 Ações institucionais voltadas à memória cultural, produção artística e ao patrimônio cultural

O indicador ações institucionais voltadas à memória cultural, produção artística e ao patrimônio cultural foi avaliado pela comunidade acadêmica do IFPE com o Conceito Contínuo 3,375 e o Conceito Geral 3. A seguir, apresenta-se análise panorâmica deste indicador na Instituição:

Campus	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo Campus	Conceito Geral Campus
Barreiros	4	3	3	3,3	3
Belo Jardim	3	3	2	2,7	3
Caruaru	3	3	4	3,3	3
Ipojuca	3	4	4	3,7	4
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	3	3	3,3	3
Vitória	4	3	4	3,7	4
Reitoria	--	--	3	3,0	3
Conceito/Segmento	4	3	3	3,375	3

Fonte: CPA 2017.

O segmento discente avaliou o indicador ações institucionais voltadas à memória cultural, produção artística e ao patrimônio cultural com o conceito geral 4. Essa tendência manteve-se nos *Campi* Barreiros, Pesqueira, Recife e Vitória. No entanto, nos *Campi* Belo Jardim, Caruaru e Ipojuca o segmento avaliou o indicador com o conceito 3. Os docentes foram mais severos na avaliação do indicador, avaliando-o no geral, com o conceito 3. Essa tendência manteve-se em quase todos os *Campi*, excetuando-se os *Campi* Pesqueira e Ipojuca com o conceito 4. Os técnicos administrativos avaliaram o indicador com o conceito geral 3. No *Campus* Belo Jardim, o segmento realizou a avaliação mais severa, com conceito 2, descritor “ruim”. Qualificou o indicador com o conceito 3 nos *Campi* Barreiros, Recife e na Reitoria. E, com o conceito 4, descritor “bom”, nos *Campi* Caruaru, Ipojuca, Pesqueira e Vitória. Em relação ao conceito geral nos *Campi* e Reitoria, o indicador obteve o conceito 3. Todavia, nos *Campi* Ipojuca, Pesqueira e Vitória, o indicador foi avaliado com o conceito 4. Embora, a tendência tenha sido o conceito 3, verificado nos *Campi* Barreiros, Belo Jardim, Caruaru, Recife e na Reitoria.

4.2.4 Ações institucionais voltadas à inclusão social

O indicador ações institucionais voltadas à inclusão social foi avaliado pela comunidade acadêmica do IFPE com o Conceito Contínuo 3,750 e o Conceito Geral 4. A seguir, apresenta-se análise panorâmica deste indicador na Instituição:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	4	3	3,7	4
Belo Jardim	4	3	4	3,7	4
Caruaru	4	3	3	3,3	3
Ipojuca	3	3	3	3,0	3
Pesqueira	4	5	4	4,3	4
Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	4	4	4	4,0	4
Reitoria	--	--	4	4,0	4
Conceito/Segmento	4	4	4	3,750	4

Fonte: CPA 2017.

A avaliação do indicador de ações institucionais voltadas à inclusão social foi avaliada no geral, entre os segmentos da comunidade acadêmica, com o conceito 4. O

consenso foi mais forte entre o segmento discente, onde apenas no *Campus* Ipojuca avaliou com o conceito geral 3. O segmento docente, no *Campus* Pesqueira, avaliou este indicador com o conceito 5, até o presente momento maior avaliação dada a um indicador por um segmento. Este segmento avaliou o indicador como “regular”, conceito 3, nos *Campi* Belo Jardim, Caruaru e Ipojuca. E, como ótimo, conceito 4, nos *Campi* Barreiros, Recife e Vitória. O segmento técnico administrativo manteve certo consenso em relação aos outros segmentos na avaliação do indicador. Atribuiu conceito 4, na Reitoria e nos *Campi* Belo Jardim, Pesqueira, Recife e Vitória. E, conceito 3, nos *Campi* Barreiros, Caruaru e Ipojuca. Quando observado os *Campi*, a avaliação do indicador com o conceito 4 predominou, com exceção dos *Campi* Caruaru e Ipojuca com a avaliação do indicador com o conceito 3.

4.2.5 Ações institucionais voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial

Com relação ao indicador ações institucionais voltadas à defesa e promoção dos direitos humanos e igualdade étnico-racial, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou o indicador com o Conceito Contínuo 3,708 e o Conceito Geral 4. A seguir, analisa-se a percepção da comunidade nos três segmentos e por *Campus*.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	3	3	3,3	3
Belo Jardim	3	4	3	3,3	3
Caruaru	4	3	4	3,7	4
Ipojuca	3	3	4	3,3	3
Pesqueira	4	5	4	4,3	4
Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	4	4	3	3,7	4
Reitoria	--	--	4	4,0	4
Conceito/Segmento	4	4	4	3,708	4

Fonte: CPA 2017.

O segmento discente avaliou, no geral, o indicador com o conceito 4. Esta tendência manteve-se em quase todos os *Campi*, exceto nos *Campi* Belo Jardim e Ipojuca, onde o segmento avaliou o indicador com o conceito 3. O segmento docente apresentou maior variação na sua avaliação em relação ao indicador, avaliando-o com o conceito 3 nos *Campi* Barreiros, Caruaru e Ipojuca; com conceito 4 nos *Campi* Belo

Jardim Recife e Vitória; e com o conceito 5, no *Campus* Pesqueira. O segmento técnico administrativo avaliou o indicador com o conceito 4. Esta tendência se manteve na Reitoria e nos *Campi* Caruaru, Ipojuca, Pesqueira e Recife. E, nos *Campi* Barreiros, Belo Jardim e Vitória, o segmento foi mais severo com a avaliação do indicador com o descritor “regular”, conceito 3. Quando analisado a avaliação pelo conjunto dos segmentos nos *Campi*, pode-se perceber que o conceito geral se sustentou na maioria dos *Campi* e na Reitoria, embora o conceito 3 tenha aparecido nos *Campi* Barreiros, Belo Jardim e Ipojuca.

4.2.6 Ações institucionais voltadas à internacionalização

O indicador ações institucionais voltadas à internacionalização foi avaliado pela comunidade acadêmica do IFPE com o Conceito Contínuo 3,167 e o Conceito Geral 3.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	3	-	2,3	2
Belo Jardim	3	3	-	2,0	2
Caruaru	3	3	4	3,3	3
Ipojuca	3	4	4	3,7	4
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	4	3	2	3,0	3
Reitoria	--	--	3	3,0	3
Conceito/Segmento	4	3	3	3,167	3

Fonte: CPA 2017.

O segmento discente avaliou, no geral, o indicador com o conceito 4. Esta tendência não se manteve nos *Campi* Belo Jardim, Caruaru e Ipojuca. Já entre o segmento docente, o consenso foi em torno do conceito 3, excetuando-se a avaliação deste segmento nos *Campi* Ipojuca, Pesqueira e Recife, com conceito 4. O segmento técnico administrativo avaliou de maneira variada. Nos *Campi* Barreiros e Belo Jardim não se pronunciou, atribuindo conceito “0”, descritor inexistente/não conheço. No *Campus* Vitória, o segmento avaliou o indicador com o conceito 2, a avaliação mais severa. E na reitoria, o segmento avaliou o indicador com o conceito 3, indicando qualidade regular do indicador. No geral dos *Campi*, houve variação entre os conceitos. Em Barreiros e Belo Jardim, o conceito atribuído foi 2, em Caruaru, Vitória e na Reitoria a avaliação ficou com

o conceito 3 e nos *Campi* Ipojuca, Pesqueira e Recife, conceito 4.

Em síntese, na avaliação do Eixo Desenvolvimento Institucional, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou a dimensão “Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional” com o Conceito Contínuo 2,486 e o Conceito Geral 2; e, a dimensão “Responsabilidade Social do IFPE” com o Conceito Contínuo 3,493 e o Conceito Geral 3. Algumas considerações devem ser colocadas para a avaliação da comunidade em relação ao Desenvolvimento Institucional. Em primeiro lugar, a avaliação deste Eixo é difícil e necessita de um exercício pedagógico constante da Comunidade. Tanto é verdade, que o *Campus* em que a eficácia do Desenvolvimento Institucional foi mais bem avaliada foi Pesqueira, *Campus* Veterano e muito ativo da adesão voluntária, pelo terceiro ano seguido, o mais participativo na avaliação institucional.

O *Campus* Recife, também, atribuiu boa avaliação da eficácia do Desenvolvimento Institucional. Todavia, a CPA considera o *Campus* Recife, na avaliação institucional interna, um *Campus* com uma adesão mais contemporânea, levando em alguns casos, a equívocos em sua avaliação, apesar de vários cursos superiores apresentarem conceito 4 nas suas últimas avaliações, tais como: Gestão em Turismo, *Design* Gráfico e Licenciatura em Geografia. Equívocos que são observados, quando cruzados os diagnósticos da avaliação *in loco* com os diagnósticos das rodas de conversas aos outros Eixos da avaliação institucional. No entanto, a CPA do IFPE reconhece o esforço da comunidade acadêmica do *Campus* Recife ao avaliar a eficácia do Desenvolvimento Institucional. Ainda, observa a presença da Reitoria no *Campus*, fator diferenciado, pois esta proximidade possibilita à comunidade estar mais atenta às ações originadas da Reitoria do IFPE. A seguir, a CPA aprofunda a análise dos diagnósticos da eficácia do Desenvolvimento Institucional, missão e PDI e, responsabilidade social do IFPE, apresentando os principais comentários referentes às inquietações, preocupações e reivindicações da comunidade acadêmica em relação a esta dimensão de modo formativo:

Quadro – Avaliação do segmento discente: Desenvolvimento Institucional

Campus	Curso do avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Barreiros	Agroecologia	Tem uma relação bom nesse contexto, mas algumas coisas ficam a desejar	
	Licenciatura em Química	Vem tentando cumprir o seu papel.	
Belo Jardim	Licenciatura em Música		A parte da produção artística deixa a desejar.

			É importante para o desenvolvimento instrucional a inclusão maior da música bem como da Cultura no <i>Campus</i> .
			Questões políticas as vezes atrapalham o desenvolvimento institucional
			Poderiam haver palestras, reuniões, mesas redondas etc, tratando desse assunto.
Caruaru	Engenharia Mecânica		Quando fiz intercâmbio, a instituição não estava ligando. Que por sinal, eu quase perdi o prazo de enviar documentos, já que fiquei esperando mais de uma semana por um carimbo e uma assinatura.
Ipojuca	Licenciatura em Química	A instituição vem se desenvolvendo de forma positiva ao longo do tempo. As ações institucionais de forma geral estão evoluindo e buscando melhorias para a instituição.	
			Bom, deveria avançar em relação a diversidade, o <i>Campus</i> parece uma igreja.
			Deveria ter mais projetos voltados a inclusão social
			Falta a divulgação
		Mesmo com os problemas e desafios a Instituição apresenta um ótimo plano institucional	
		O <i>Campus</i> deveria oferecer mais programas de inclusão social	
			O destaque negativo seria para as ações em favor ao meio ambiente, pois existem na teoria, mas na prática normalmente não as vemos. Por exemplo: nosso laboratório emite todos os gases, assim como, muitos rejeitos no meio ambiente. O primeiro citado ao ar livre, e o segundo são jogados nas pias dos laboratórios.
Os itens da questão 24 (de acordo com o que eu vejo), são praticado somente pelo NAC, o que deveria ser feito por todos os integrantes do <i>Campus</i> .			
			Por que o acesso ao PDI ainda é difícil?
			Melhorar a comunicação com os alunos
			Raramente se pode ver um projeto de pesquisa e/ou extensão, pois muitos professores demonstram querer produzir, mas se dizem sobrecarregados e/ou a falta das bolsas que atrapalham esse processo.
Pesqueira	Bacharelado em Enfermagem	Boa qualidade das atividades desenvolvidas nesse sentido	

			Melhor articulação entre os setores da instituição.
		O IFPE sempre tenta englobar todas as temáticas e debates da atualidade nas suas políticas institucionais	
		Sim muito bom, pois sempre temos atividades voltadas a essas ações do desenvolvimento institucional em nosso <i>Campus</i>	
	Licenciatura em Física		Deveria ser feitas reformas no estacionamento e construção das pistas internas e também na limpeza externa no <i>Campus</i> .
			Incentivar os alunos a participarem dos programas culturais e esportivo, tanto do ensino médio quanto o superior.
Licenciatura em Matemática		Deveria ter mais palestras ou algo do tipo, sobre inclusão social, direitos humanos, memória cultural e artística.	
Recife	Bacharelado em Engenharia Civil		A instituição deverá através de endomarketing realizar divulgação do planejamento e ações que estão sendo desenvolvidas pelos diversos departamentos para apoiar o corpo discente e docente no seu trabalho do dia a dia.
			Criação de uma empresa júnior.
			Precisa criar o bloco das Engenharias, fazer a separação dos cursos Técnicos dos superiores.
	Bacharelado em Engenharia Mecânica		O que seriam ações relacionadas a internacionalização?
	Design Gráfico		Parece que só existe ideologia de gênero agora. Todas as outras coisas ficaram para trás. Por favor, democratizem logo essa responsabilidade social!
	Licenciatura em Geografia		Acredito que as metas do PDI devem ser divulgadas mais vorazmente, pois de fato há pouca divulgação.
			Colocar PDI em prática Expor resultados (dados) das ações periodicamente;
			Ouçam mais os estudantes na formulação das políticas institucionais.
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		O <i>Campus</i> necessita de um maior rigor na entrada e saída de pessoas, melhor estrutura física e de equipamentos para os cursos superiores, melhor divulgação dos cursos superiores.	
		O Instituto faz o seu papel na sociedade.	

	Tecnólogo em Gestão Ambiental		A instituição deveria investir mais na capitalização de recursos para intercâmbio e para um restaurante universitário que daria suporte a alunos que precisam passar o dia na instituição
		As ações se fazem presente em todos os segmentos.	
		Atividades de extensão para médio e longo prazo, podem contribuir para um melhor desenvolvimento institucional.	
			Maior integração entre os cursos.
		O Instituto vem cumprindo de modo satisfatório suas obrigações quanto a responsabilidade social.	
	Tecnólogo em Gestão de Turismo		O processo de internacionalização com desenvolvimento a quem das expectativas
			Demora do bolsa permanência
			Deveria ser divulgado.
			Não temos nem um programa de levar os estudantes para intercâmbios fora do Brasil.
	Vitória	Bacharelado em Agronomia	
É novo. Se tem no <i>Campus</i> Vitória, eu desconheço. Mas, quero muito participar.			
			Existem algumas melhorias que devem ser discutidas em reuniões entre discentes e coordenadores.
			Expandir novos cursos para um melhor desenvolvimento.
			Implementação de atividades de internacionalização.
Licenciatura em Química			Essas práticas deveriam ser mais promovidas e divulgadas.
			Melhorar a divulgação e uma maior participação dos servidores no processo, de uma forma geral, não estou generalizando.
		Tem se destacado nos incentivos a inclusão de portadores de necessidades especiais.	

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

O segmento discente avaliou o Desenvolvimento Institucional pontuando aspectos positivos e a melhorar na Instituição. Este segmento reconhece que questões políticas em vários casos fragilizam o Desenvolvimento Institucional, embora se perceba que nos últimos anos do ciclo avaliativo a Instituição vem promovendo o Desenvolvimento

Institucional, por meio da inserção na sua agenda de diversas temáticas no PDI e referentes à sua responsabilidade social (ver políticas de gestão, seção anterior às análises). Há uma inquietação e preocupação do segmento quanto ao processo de divulgação e participação da comunidade na elaboração e acompanhamento do PDI. Há um anseio por mais abertura de diálogo entre a gestão reitoria e dos *campi* com o segmento discente.

Este segmento, ainda, pontua a necessidade de melhor articulação entre os setores da gestão, maior incentivo aos programas, sobretudo, os voltados ao esporte e lazer, e requalificação da infraestrutura da Instituição, voltadas às ações de inclusão social, diversidade, artísticos culturais, pesquisa e extensão, por exemplo. Embora, não seja deste eixo de discussão, em vários momentos o segmento estudantil, como mostra o quadro, reivindicou uma política de segurança nos *Campi*, isso pôde ser observado tanto no questionário do avaliador quanto nas rodas de conversas. Além disso, o segmento discente destacou, como reivindicação, a necessidade de maior integração entre os cursos e o imperativo de avanços em relação ao processo de internacionalização, com a implementação de atividades voltadas a esta temática na Instituição. Como destaque, o segmento reconhece como positivo, em um de seus *campi*, os incentivos à inclusão de portadores de necessidades especiais. A seguir, destacam-se as preocupações, inquietações e reivindicações do segmento docente na avaliação institucional interna em relação ao Eixo Desenvolvimento Institucional:

Quadro – Avaliação do segmento docente: Desenvolvimento Institucional

Campus	Curso do avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Belo Jardim	Licenciatura em Música		Decisões tomadas pela gestão, precisam ser melhor discutidas com a comunidade acadêmica
Caruaru	Engenharia Mecânica		Em minha opinião, ainda falta um bom planejamento de metas para o desenvolvimento institucional. Falta um estudo de riscos na execução de certas atividades, muitas vezes sem plano contingencial. Falta melhor organização.
			Poderia ser mais contundente o acompanhamento e implantação do PDI.
		Acredito que todos que participam da construção da instituição devem ser bem intencionados, unidos sempre, procurando fazer o melhor para podermos alcançar objetivos futuros.	

			Diversidade é qualidade daquilo que é diverso, diferente, variado; variedade. Não somente defesa de "ideologias esquerdistas". Qualquer atividade que o <i>Campus</i> programe, nota-se clara tendência e influência dos movimentos de esquerda, de ações que defendem desmilitarização da polícia, legalização de drogas, aborto, feminismo e cotas raciais. Não se percebe abertura para quem pensa diferente. Quem é a favor da ordem, contra o aborto, contra legalização das drogas, contra direitos exclusivos para mulheres e gays, contra cotas raciais; quem é favor de "todos iguais perante a lei" (como no artigo 5º da nossa constituição) é tratado por alguns como conservador, fascista, machista e/ou homofóbico. Há palestras sobre tudo que convém ao pensamento da ala esquerdista, mas não percebe-se abertura para quem pensa o contrário. E isso parte muito mais de professores militantes de esquerda do que dos próprios alunos.
			Pouco divulgado na comunidade, a ponto de muitos servidores nem conhecerem.
Pesqueira	Bacharelado em Enfermagem		A atual situação de desinvestimento interfere negativamente no avanço nessa dimensão.
	Engenharia Elétrica	O IFPE <i>Campus</i> Pesqueira dá total apoio as iniciativas de desenvolvimento institucional.	Creio que as ações voltadas ao Meio Ambiente poderiam ser melhor intensificadas.
	Licenciatura em Física	Acredito que o nosso <i>Campus</i> faz diversas ações contribuindo-as com o desenvolvimento institucional.	
			Parece necessário uma visão mais ampla, inclusive voltada para outros espaços dentro e fora do estado de Pernambuco.
	Licenciatura em Matemática	Acredito que nesse aspecto o <i>Campus</i> está caminhando muito bem. As ações mostram-se bastante relevantes	
Recife	Bacharelado em Engenharia Civil	A cada dia tudo muda para melhor. O IFPE é uma instituição comprometida com a sociedade como um todo.	
		Estamos avançando	Desconheço qualquer ação nesse sentido por parte da instituição
	Tecnológico Design Gráfico		Pouca divulgação das atividades. As poucas que conheço não parecem ir além de medidas tradicionais.
	Tecnológico em Gestão Ambiental		Faz-se necessário ampliar o número de convênios/parcerias estaduais, nacionais e internacionais.

			Muito fraca a parte ambiental. Começa pela arborização. Com que? E para que?
	Tecnológico em Radiologia	Avalio como ótima. O IFPE deve usar seu grande potencial ainda adormecido.	
	Tecnólogo em Gestão de Turismo		A comunidade acadêmica em sua maioria não tem conhecimento do PDI
Vitória	Bacharelado em Agronomia		A comunidade acadêmica precisa ser inserida nas discussões sobre as políticas de desenvolvimento institucional. É preciso que se criem espaços para essa discussão.
			Inclusão não é facilitar a acesso reduzindo-se a forma de selecionar, mas qualificar todos para que haja igualdade de condições na concorrência. Infelizmente o <i>Campus</i> escolheu a primeira opção.
	Licenciatura em Química	As ações voltadas à internacionalização estão começando agora através de experiências como o PDVAGRO e PDVL.	
			Precisamos ser mais claros para as ações voltadas à internacionalização
			Se considerarmos que os aspectos defendidos no PDI são apenas pontuais, poderia dizer que, pontualmente, realizamos o PDI, mas considerando a complexidade de uma casa de Educação é evidente que o PDI está ainda no campo do ideal e que a realizada não é tão concreta ainda. Estamos na tentativa de construir caminhos, mas já não somos mais uma instituição recente, já poderíamos ter avançado mais, muito mais. Os temas abordados no item anterior também deixa um indicativo de que muito pouco se tem feito para o alcance deles. Ações acontecem por proatividade do servidor e não por uma política institucional.

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

O segmento docente na avaliação da eficácia do Desenvolvimento Institucional apresentou suas principais preocupações, inquietações e reivindicações. Inicialmente, avaliou como positivo o potencial de Desenvolvimento Institucional que pode vir a ser alcançado, com a estrutura, planejamento e ações que a Instituição dispõe atualmente. No entanto, qualificou que se faz necessário, ajustes para que isso seja alcançado no médio e longo prazo, a partir da remoção de alguns obstáculos: implantação de gestão compartilhada, democratização dos mecanismos de tomada de decisão; aprimoramento do planejamento, melhora do processo de divulgação, planejamento, implementação e

acompanhamento do PDI.

Neste contexto, atentar para as condições de manutenção e ampliação dos espaços voltados às pluralidades de ideias na Instituição. O segmento reconhece, neste contexto, que o cenário de desinvestimento estatal compromete o Desenvolvimento Institucional, criando distintas percepções a respeito desta evolução nos *Campi*. Os docentes, também, pontuaram a necessidade de haver ampliação no quantitativo de convênios/parcerias ao nível estadual, nacional e internacional, aprimorando o processo de internacionalização. A seguir, apresentam-se as inquietações, preocupações e reivindicações do segmento técnico administrativo na avaliação do Eixo Desenvolvimento Institucional:

Quadro – Avaliação do segmento técnico administrativo: Desenvolvimento Institucional

Lotação do Avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Campus Belo Jardim		A comunidade precisa ser envolvida em um trabalho de conhecimento do PDI. Sua formulação e reformulação, fica muito restrita e a [maioria] não conhece o plano. E quanto à responsabilidade social da instituição é lamentável reconhecer que é deficitária, principalmente, nos quesitos: meio ambiente; patrimônio cultural e promoção dos direitos humanos.
		O atual PDI contempla 34 objetivos estratégicos, 10 a mais do que seu anterior. Apesar da aparente 'melhoria', vejo algumas fragilidades nesse documento e no âmbito do desenvolvimento institucional: (1) a comunidade acadêmica não faz parte, em sua totalidade ou maioria, da construção, elaboração e reflexão sobre as metas traçadas no PDI; (2) há objetivos e metas que dizem praticamente a mesma coisa em seus títulos, sendo praticamente repetidos; (3) não existe no documento a clareza da justificativa da existência do objetivo, sua descrição, prazos e cronograma; (4) não há de forma clara o acompanhamento da realização e alcance dos objetivos traçados, sendo assim, não é claro se as ações e atividades desenvolvidas nos campi atenderam formalmente os objetivos traçados no PDI. (5) a instituição se baseia apenas nas métricas de eficiência postas pelo TCU e tratadas durante o censo escolar. Porém,

		há inúmeros dados relevantes que não são acompanhados ou mesmo mensurados no cotidiano da instituição. Não existem indicadores de eficiência administrativa e pedagógica, e essa falta colabora para decisões empíricas e a não visualização de tendências prejudiciais à instituição. O desconhecimento de indicadores refinados faz a administração "apagar fogo" diariamente, sendo muitas vezes corretiva, ao invés de preventiva. (6) os métodos de "planejamento" abordam vieses imediatistas e não englobam a participação formal das unidades organizacionais; (7) não temos um sistema de gestão de ações institucionais, fator esse que insere a segregação documental encontrada em documentos de texto/planilhas nos discos rígidos dos computadores espalhados na instituição; (8) há procedimentos de mesma natureza encontrados entre os campi, porém são executados de forma distinta em cada um deles. (9) a falta de padronização formal de processos e fluxos administrativos e pedagógicos agrega perdas de eficiência, tempo e recursos financeiros, além de acarretar nítida desorganização muitas vezes, e respaldar servidores que rejeitam a inovação e melhoria contínua onde trabalham.
Campus Caruaru		É preciso uma política voltada para a comunidade o que vem ser o IFPE. [A Identidade Institucional do IFPE]
		Sugestões: proporcionar uma maior divulgação do PDI e o incremento das ações de responsabilidade social do IFPE.
Campus Pesqueira		A política partidária em relação à escolha de diretores e reitor ainda demonstra-se como barreira ao desenvolvimento institucional, uma vez que exclui da gestão, servidores com capacidade técnica em virtude do "lado" político em que o mesmo encontra-se inserido.
		A respeito das ações de internacionalização, são considerados apenas docentes e discentes. Não são pensadas possibilidades para os administrativos, mesmo aqueles diretamente ligados ao ensino.
	Acredito que pequenos investimentos em infraestrutura e material humano poderão sanar algumas das dificuldades da instituição.	

		Em relação ao crescimento físico: necessitamos de mais recursos para construção e ampliação de nossos espaços; quanto ao ensino: criação de novos cursos intensivos dentro da realidade e necessidades das comunidades circunvizinhas e para estudantes e servidores federais e terceirizados; em relação a qualidade de vida dos servidores: criação de espaços de convivência com pebolim, sinucas, mesas de jogos etc., local para descanso onde se possa fazer uma sesta no intervalo entre os turnos e, lazer com ampliação da academia etc.
Campus Recife		Existe a necessidade de realizar mais ações que contemplem os temas diversidade, meio ambiente e inclusão social. Das ações podem ser mais divulgação das ações de Pesquisa e Extensão voltadas para essas temáticas.
		Os alunos de inclusão devem ser acompanhados constantemente, quando evadidos devem ser procurados para saber o que houve, qual a dificuldade para que, pelo menos, se melhore para os próximos. Somos tratados com desigualdade por determinadas chefias que aplicam regras do servidor público para uns e não para outros e, muitas vezes, a chefia nem conhece as regras, nem sabe consertar e pedir desculpas de seus erros. Incentivar a Memória da história do Instituto na comunidade, bem como o trabalho ambiental: fauna e flora no instituto, limpeza de pastilhas com água corrente, reciclagem(já vi alguns trabalhos).
	Verifica-se a existência de políticas voltadas à inclusão social e de gênero.	
Campus Vitória de Santo Antão		Algumas ações, vejo ocorrências em alguns <i>campi</i> , mas não em Vitória. Acredito ser importante unificar ações.
EaD		Foram marcadas opções de "não conheço" quanto a alguns critérios questionados sobre o PDI, em virtude do meu não conhecimento acerca dos programas de pesquisa, extensão e atividades culturais que estejam acontecendo na Instituição. A falta de propriedade destas informações me impedem de avaliar a coerência entre o documento em questão (PDI), com os critérios adotados.
Reitoria		Acredito que falta mais ação do Ifpe, em todos os sentidos. Divulgar mais nosso Instituto, que nossa marca seja reconhecida.

		Acredito que o desenvolvimento institucional deste IFPE orbita apenas na importância da distribuição de CD e FG.
		Ampliar divulgação das ações.
		Aspectos de segurança do trabalho devem ser incluídos à política de gestão, na responsabilidade social da instituição para mudança da cultura e dos valores de segurança nos servidores, alunos e empregados terceirizados.
		Inserir estratégias de rodas de diálogos sobre o PDI, Estatuto e Regimento Geral do IFPE.
		Melhores condições de trabalho e pessoas específicas para as referidas funções.
		Necessidade da divulgação os mecanismos de acompanhamento dos objetivos e respectivas metas do PDI, com a criação de indicadores próprios do IFPE. Interlocução entre o PDI e os planos de ações da Reitoria e dos Campi, com vistas a consolidar o plano institucional como uma ferramenta estratégica. Sendo de suma importância a criação de um plano tático, construído pelas Pró-Reitorias e Diretores Gerais, para servir como o elo de ligação entre o plano estratégico (conjunto de planos dispostos no PDI) e os planos operacionais (planos de ações da Reitoria e Campi).
		Só existe um "remendo" de planejamento na instituição, apenas para manter as aparências. Essa ferramenta tão importante deveria ser valorizada pela gestão. Os setores não têm metas, nada é cobrado, nada é alcançado...

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

A partir do quadro, é possível identificar a avaliação mais criteriosa e severa do segmento técnico administrativo em relação ao Desenvolvimento Institucional do IFPE. No geral, este segmento anseia por uma gestão compartilhada dos mecanismos de tomada de decisão na Instituição. Esse aspecto poderia ser materializado, na visão deste segmento, na democratização do Planejamento, implementação, acompanhamento e divulgação do PDI, incrementando as ações de responsabilidade social na Instituição. Um dos fragmentos que melhor ilustram essa questão destaca-se a seguir:

O atual PDI contempla 34 objetivos estratégicos, 10 a mais do que seu anterior. Apesar da aparente 'melhoria', vejo algumas fragilidades nesse documento e no âmbito do desenvolvimento institucional: (1) a comunidade acadêmica não faz parte, em sua totalidade ou maioria, da construção, elaboração e reflexão sobre as metas traçadas no PDI; (2) há objetivos e metas que dizem praticamente a mesma coisa em seus títulos, sendo praticamente repetidos; (3) não existe no documento a clareza da justificativa da existência do objetivo, sua descrição, prazos e

cronograma; (4) não há de forma clara o acompanhamento da realização e alcance dos objetivos traçados, sendo assim, não é claro se as ações e atividades desenvolvidas nos campi atenderam formalmente os objetivos traçados no PDI. (5) a instituição se baseia apenas nas métricas de eficiência postas pelo TCU e tratadas durante o censo escolar. Porém, há inúmeros dados relevantes que não são acompanhados ou mesmo mensurados no cotidiano da instituição. Não existem indicadores de eficiência administrativa e pedagógica, e essa falta colabora para decisões empíricas e a não visualização de tendências prejudiciais à instituição. O desconhecimento de indicadores refinados faz a administração "apagar fogo" diariamente, sendo muitas vezes corretiva, ao invés de preventiva. (6) os métodos de "planejamento" abordam vieses imediatistas e não englobam a participação formal das unidades organizacionais; (7) não temos um sistema de gestão de ações institucionais, fator esse que insere a segregação documental encontrada em documentos de texto/planilhas nos discos rígidos dos computadores espalhados na instituição; (8) há procedimentos de mesma natureza encontrados entre os campi, porém são executados de forma distinta em cada um deles. (9) a falta de padronização formal de processos e fluxos administrativos e pedagógicos agrega perdas de eficiência, tempo e recursos financeiros, além de acarretar nítida desorganização muitas vezes, e respaldar servidores que rejeitam a inovação e melhoria contínua onde trabalham.

Ressalta-se esta avaliação como contributo ao processo de aperfeiçoamento e reflexão dos mecanismos de Desenvolvimento Institucional no IPFE. Nas considerações realizadas pelo segmento técnico administrativo percebe-se o entusiasmo e a crença na participação da comunidade no Desenvolvimento Institucional, embora se reconheça entraves na Instituição como “a política partidária na Instituição” e dos investimentos que ainda são necessários no eixo infraestrutura para viabilizar a missão, metas e objetivos do PDI e a responsabilidade social do IFPE.

Eixo 4: Políticas de gestão

Nesta seção, apresentam-se os diagnósticos da avaliação da comunidade acadêmica do IFPE referente ao Eixo 4, políticas de gestão, excetuando-se a dimensão sustentabilidade financeira. Justifica-se esta opção, tendo em vista acordos que estão em fase de negociação junto à gestão do IFPE para aprimorar a avaliação dessa dimensão na Instituição. Neste Eixo serão avaliados os indicadores “avaliação da política de formação e capacitação do segmento técnico administrativo”, “avaliação da política de formação e capacitação docente”, “avaliação da política de gestão institucional”, e “avaliação do sistema de registro acadêmico”.

Esclarece-se que a esta seção trata a respeito da percepção no que se refere aos aspectos somativos da avaliação e na última parte, aos aspectos formativos da avaliação, seguindo a lógica da seção anterior. Esses aspectos serão aprofundados no último ano do ciclo, por meio de rodas de conversas junto à comunidade acadêmica e postados no relatório final do ciclo 2015-2017, em 31 de março de 2018. A análise baseia-se no

descriptor mais frequente nas avaliações numa escola que vai de 0 a 5 (não conheço/inexistente – péssimo – ruim – regular – bom – ótimo).

4.3 Avaliação da política de formação e capacitação do técnico-administrativo

No que se refere ao indicador avaliação da política de formação e capacitação do técnico administrativo, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou este indicador a partir do desenvolvimento de outros três indicadores, a saber: incentivo e auxílio à formação continuada, divulgação das ações com o segmento técnico administrativo e o plano de capacitação dos servidores técnico administrativos.

4.3.1 Incentivo e auxílio à formação continuada

A avaliação do indicador “incentivo e auxílio à formação continuada” realizada pelo segmento técnico administrativo na Instituição revelou o seguinte panorama destacado a seguir:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo Campus	Conceito Geral Campus
Barreiros	-		3	3,0	3
Belo Jardim	-		4	4,0	4
Caruaru	-		3	3,0	3
Ipojuca	-		4	4,0	4
Pesqueira	-		3	3,0	3
Recife	-		2	2,0	2
Vitória	-		3	3,0	3
Reitoria	-		4	4,0	4
Conceito/Segmento	-		3	3,250	3

Fonte: CPA 2017

O segmento técnico administrativo avaliou o indicador “incentivo à formação

continuada” com o Conceito Contínuo 3,250 e o Conceito Geral 3. O segmento pronunciou sua avaliação em todos os *Campi*, avaliando o indicador com conceito 3 nos *campi* Barreiros, Caruaru, Pesqueira e Vitória. No *Campus* Recife, a avaliação foi a mais severa, com o conceito 2. E a melhor avaliação do indicador pôde ser encontrada nos *campi* Belo Jardim, Ipojuca e na Reitoria.

4.3.2 Divulgação das ações com o segmento técnico-administrativo

Com relação ao indicador “divulgação das ações com o segmento técnico-administrativo”, a comunidade avaliou com o Conceito Contínuo 2,125 e o Conceito Geral 2. A seguir, destacam-se os diagnósticos da avaliação do segmento técnico administrativo:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros			-	-	-
Belo Jardim			3	3,0	3
Caruaru			3	3,0	3
Ipojuca			2	2,0	2
Pesqueira			3	3,0	3
Recife			2	2,0	2
Vitória			1	1,0	1
Reitoria			3	3,0	3
Conceito/Segmento			2	2,125	2

Fonte: CPA 2017

Na tabela, pode-se destacar que o segmento técnico administrativo não se posicionou no *Campus* Barreiros a respeito da avaliação do indicador “divulgação das ações com o segmento técnico administrativo, advertindo possivelmente para percepção da inexistência destas ações no *Campus*. O segmento, no *Campus* Vitória avaliou severamente o indicador, com o conceito 1, descritor “péssimo”. No *Campus* Ipojuca, seguiu-se a mesma tendência, entretanto, a avaliação do indicador foi um pouco menos severa, conceito 2. Nos demais *Campi* e na Reitoria – Belo Jardim, Caruaru, Pesqueira – o indicador foi avaliado com o conceito 3. No geral, comparado aos demais indicadores da série e dos dois eixos, esse indicador foi um dos mais criteriosa e rigorosamente avaliados.

4.3.3 Plano de capacitação dos servidores técnico-administrativo

No que se refere ao indicador “plano de capacitação dos servidores técnico administrativos” o segmento técnico administrativo avaliou com o Conceito Contínuo 3,250 e o Conceito Geral 3. Uma percepção melhor que a do indicador anterior, lembrando materialidade do Plano de Capacitação na Instituição ao nível documental. A seguir, apresentam-se os diagnósticos da avaliação:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros			2	2,0	2
Belo Jardim			3	3,0	3
Caruaru			4	4,0	4
Ipojuca			4	4,0	4
Pesqueira			3	3,0	3
Recife			3	3,0	3
Vitória			3	3,0	3
Reitoria			4	4,0	4
Conceito/Segmento			3	3,250	3

Fonte: CPA 2017

O segmento técnico administrativo avaliou o indicador “plano de capacitação dos servidores técnico administrativos” com o conceito 2 no *Campus* Barreiros, com o conceito 3 nos *Campi* Belo Jardim, Pesqueira, Recife e Vitória. As melhores avaliações no segmento aconteceram no *Campus* Caruaru e Ipojuca e na Reitoria. Em síntese, no plano mais geral, a política de formação do técnico administrativo na Instituição foi avaliada com o Conceito Contínuo 2,875 e o Conceito Geral 3 pelo segmento técnico administrativo.

4.4 Avaliação da política de formação e capacitação docente

A política de formação e capacitação docente foi avaliada pelo segmento docente na Instituição com Conceito Contínuo 3,33 e Conceito Geral 3. Essa avaliação foi realizada pelo segmento a partir de três indicadores, a saber: “incentivo à participação em eventos científicos, técnicos e culturais”; “incentivo para formação continuada”; e “divulgação das ações com segmento docente”.

4.4.1 Incentivo à participação em eventos científicos, técnicos e culturais

No tocante ao indicador “incentivo à participação em eventos científicos, técnicos e culturais, a avaliação do segmento docente qualificou tais ações com o Conceito Contínuo 3,714 e o Conceito Geral 4. A seguir o panorama da percepção docente a respeito deste indicador:

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros		4		4,0	4
Belo Jardim		3		3,0	3
Caruaru		4		4,0	4
Ipojuca		4		4,0	4
Pesqueira		4		4,0	4
Recife		4		4,0	4
Vitória		3		3,0	3
Reitoria				-	-
Conceito/Segmento		3		3,714	4

Fonte: CPA 2017

O segmento docente avaliou o indicador “incentivo à participação em eventos científicos, técnicos e culturais com o conceito 3 nos *Campi* Belo Jardim e Vitória. E, com conceito 4 nos *Campi* Barreiros, Caruaru, Ipojuca, Pesqueira e Recife. Essa avaliação contribui para a subida do Conceito Geral do Indicador, conceito 4, descritor “bom”. Essas ações, no conjunto geral foram bem avaliadas por este segmento.

4.4.2 Incentivo para formação continuada

No tocante à avaliação do indicador “incentivo para formação continuada”, o segmento docente avaliou este indicador com o Conceito Contínuo 3,286 e o Conceito Geral 3.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros		4		4,0	4
Belo Jardim		3		3,0	3
Caruaru		3		3,0	3
Ipojuca		2		2,0	2
Pesqueira		4		4,0	4
Recife		4		4,0	4

Vitória	3	3,0	3
Reitoria		-	-
Conceito/Segmento	3	3,286	3

Fonte: CPA 2017

O segmento docente avaliou o indicador “incentivo para formação continuada” de modo variado. Os docentes do *Campus* Ipojuca avaliaram severamente o indicador com o conceito 2, descritor “ruim”. Com o conceito 3, os docentes dos *Campi* Belo Jardim, Caruaru e Vitória. E, com o conceito 4, os docentes dos *Campi* Barreiros, Pesqueira e Recife.

4.4.3 Divulgação das ações com o segmento docente

O segmento docente avaliou o indicador “divulgação das ações com o segmento docente” com o Conceito Contínuo 3,000 e o Conceito Geral 3. A seguir os diagnósticos da percepção do segmento por *Campus*.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros		3		3,0	3
Belo Jardim		2		2,0	2
Caruaru		3		3,0	3
Ipojuca		3		3,0	3
Pesqueira		4		4,0	4
Recife		3		3,0	3
Vitória		3		3,0	3
Reitoria					-
Conceito/Segmento		3		3,000	3

Fonte: CPA 2017

O segmento docente avaliou o indicador “divulgação das ações com o segmento docente” com variações dos conceitos de acordo com o *Campus*. A avaliação mais severa partiu do *Campus* Belo Jardim. Numa percepção de descritor “regular”, os *Campi* Barreiros, Caruaru, Ipojuca, Recife e Vitória, portanto, conceito 3. Apenas no *Campus* Pesqueira o indicador obteve o conceito 4. Em síntese, à medida que o segmento foi avaliando a política de formação docente a gradação dos conceitos atribuídos à política, foi caminhando para o decréscimo.

4.5 Avaliação da política de gestão institucional

A avaliação da política de gestão na Instituição foi realizada pela comunidade acadêmica a partir de dois indicadores, a saber: “incentivo à autonomia e representatividade dos órgãos colegiados” e a “participação da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisões na Instituição”. De modo geral, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou a política de gestão institucional com o Conceito Contínuo 3,500 e o Conceito Geral 4.

4.5.1 Incentivo à autonomia e representatividade dos órgãos colegiados

Campus	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo Campus	Conceito Geral Campus
Barreiros	4	4	-	2,7	3
Belo Jardim	4	4	4	4,0	4
Caruaru	4	4	4	4,0	4
Ipojuca	3	4	4	3,7	4
Pesqueira	4	5	4	4,3	4
Recife	4	4	3	3,7	4
Vitória	4	4	4	4,0	4
Reitoria	--	--	4	4,0	4
Conceito/Segmento	4	4	3	3,792	4

Fonte: CPA 2017

O segmento discente avaliou o indicador “incentivo à autonomia e representatividade dos órgãos colegiados” com o Conceito Geral 4, a exceção ficou por conta dos discentes do *Campus* Ipojuca. O segmento docente manteve a mesma percepção do segmento discente, com exceção dos docentes do *Campus* Pesqueira que avaliaram este indicador com o conceito 5, algo natural sendo o *Campus* mais

participativo na avaliação institucional do IFPE. O segmento técnico administrativo apresentou uma percepção distinta dos outros dois segmentos. Pois, no *Campus* Barreiros, o segmento não se pronunciou. No *Campus* Recife, a avaliação atribuída foi o conceito 3. E, nos demais *campi*, conceito 4.

4.5.2 Participação da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisões Institucionais

No que se refere ao indicador “participação da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisões institucionais, a comunidade acadêmica do IFPE avaliou o indicador com o Conceito Contínuo 3,208 e o Conceito Geral 3. A seguir, destacam-se as percepções dos três segmentos.

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros	4	3	--	2,3	2
Belo Jardim	3	3	3	3,0	3
Caruaru	4	2	4	3,3	3
Ipojuca	3	3	3	3,0	3
Pesqueira	4	4	4	4,0	4
Recife	4	4	4	4,0	4
Vitória	3	3	3	3,0	3
Reitoria	--	--	3	3,0	3
Conceito/Segmento	3	3	3	3,208	3

Fonte: CPA 2017

De modo geral, os três segmentos avaliaram consensualmente o indicador com o conceito 3. No segmento discente, a variação ocorreu entre uma avaliação com descritor “regular” ao “bom”. Entre os docentes a variação foi maior, pois o segmento no *Campus* Caruaru foi mais severo avaliando o indicador com o conceito 2. Entre o segmento técnico administrativo, não houve pronunciamento no *Campus* Barreiros, apontando elementos importantes para aprofundamento da roda de conversas a ser realizada no último ano do ciclo avaliativo. Entretanto, neste segmento, a avaliação do indicador prevaleceu entre regular e bom.

4.6 Avaliação do sistema de registro acadêmico

O sistema de registro acadêmico foi avaliado pela comunidade acadêmica a partir de três indicadores, a saber: treinamento; acesso e disponibilidade do sistema e agilidade no atendimento quanto a dúvidas, retificações e problemas. Esta avaliação foi realizada apenas pelo segmento docente.

4.6.1 Treinamento

<i>Campus</i>	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo <i>Campus</i>	Conceito Geral <i>Campus</i>
Barreiros		4		4,0	4
Belo Jardim		3		3,0	3
Caruaru		--		--	--
Ipojuca		3		3,0	3
Pesqueira		4		4,0	4
Recife		4		4,0	4
Vitória		3		3,0	3
Reitoria		--		--	--
Conceito/Segmento		3		2,625	3

Fonte: CPA 2017

O segmento docente avaliou o indicador treinamento com Conceito geral 3. Chamou a atenção o baixo Conceito Contínuo deste indicador, 2,625. Os docentes do *Campus* Caruaru não se pronunciaram na avaliação, qualificando-a como inexistente. Excetuando-se este *Campus*, a avaliação esteve entre os conceitos 3 e 4, com descritores de “regular” a “bom”.

4.6.2 Acesso e disponibilidade do sistema acadêmico

O indicador Acesso e disponibilidade do sistema foi bem avaliado pelo segmento docente, alcançando o Conceito Contínuo 3,714 e o Conceito Geral 4. Todos os docentes

nos *campi* se pronunciaram, dado relevante no processo de avaliação.

Campus	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo Campus	Conceito Geral Campus
Barreiros		4		4,0	4
Belo Jardim		3		3,0	3
Caruaru		3		3,0	3
Ipojuca		4		4,0	4
Pesqueira		4		4,0	4
Recife		4		4,0	4
Vitória		4		4,0	4
Reitoria		--		--	--
Conceito/Segmento		4		3,714	4

Fonte: CPA 2017

No *Campus* Belo Jardim e Caruaru, a avaliação do indicador ficou com o conceito 3, nos demais *campi*, o indicador alcançou o conceito 4.

4.6.3 Agilidade no atendimento quanto às dúvidas, retificações e problemas do Sistema Acadêmico

Em relação ao indicador “agilidade no atendimento quanto às dúvidas, retificações e problemas”, o Conceito Contínuo foi 3,429 e o Conceito Geral 3. Os docentes apresentaram maior variação de conceitos nesta avaliação, como se pode observar a seguir:

Campus	Discentes	Docentes	Técnicos Administrativos	Conceito contínuo Campus	Conceito Geral Campus
Barreiros		3		3,0	3
Belo Jardim		3		3,0	3
Caruaru		2		2,0	2
Ipojuca		4		4,0	4
Pesqueira		4		4,0	4
Recife		4		4,0	4
Vitória		4		4,0	4
Reitoria				-	-
Conceito/Segmento		3		3,429	3

Fonte: CPA 2017

A avaliação mais severa a respeito do indicador adveio do corpo docente no *Campus* Caruaru. Barreiros e Belo Jardim conceituaram o indicador com o conceito 3,

descriptor “regular”. No entanto, o indicador foi avaliado com o conceito 4 nos *Campi* Ipojuca, Pesqueira, Recife e Vitória. Em síntese. O sistema de registro acadêmico foi avaliado, de modo geral, a partir da média dos três indicadores, com o Conceito Contínuo 3,256 e o Conceito Geral 3. A seguir, aprofunda-se a análise dos diagnósticos da avaliação, destacando-se seu aspecto formativo, indicando as inquietações, preocupações e reivindicações da Comunidade Acadêmica a respeito das políticas de gestão.

Quadro – Avaliação do segmento discente (parte 01): Políticas de Gestão

Campus	Curso do avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Barreiros	Agroecologia	Uma ótima relação, não há o que contestar.	
	Licenciatura em Química	Cada vez mais o campus busca a participação da comunidade nas suas tomadas de decisões, e assim, tendo uma melhor visão no que deve ser melhorado.	
Belo Jardim	Licenciatura em Música		Deveria haver movimentos mais democráticos para ouvir os alunos também...
			Falta um diálogo entre gestão e alunos.
			Gestão sem dialogo
			Mais envolvimento com os alunos.
Caruaru	Engenharia Mecânica		Com a recém mudança na administração pelas eleições, a qualidade atual permanece em observação. Nada concreto realizado.
			Falta de diálogo da gestão com os alunos em geral ficando resumido a alguns alunos com mais acesso aos gestores. Necessidade de uma gestão participativa para os alunos terem conhecimento das ações.
			Grande parte dos discentes e alguns docentes se mostram desmotivados e/ou desinteressados em interagir na gestão do campus.
Ipojuca	Licenciatura em Química		A gestão em geral deveria participar mais, se interessar mais sobre tudo que ocorre na comunidade acadêmica, pois há muita coisa que eles não sabem, por que estão distantes ou por que não se interessam.
			De certa forma quem faz o curso de licenciatura sente-se abandonado devido a algumas situações que acontecem como um exemplo: temos a matéria de Metodologia Científica no 6º período quando nos é cobrado muitas vezes desde o 1º período, e nada é feito quanto à isso.....

			Desconheço qualquer informação sobre os itens acima.
			Destaco o item: Participação da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisões institucionais, por não ver a atuação da sociedade civil na tomada de decisões.
		Estou satisfeito com as políticas de gestão aplicadas hoje no IFPE	
			Maior participação dos órgãos colegiados.
			Necessitamos mais da participação dos gestores na Licenciatura.
			Os alunos e a gestão deveriam ter um espaço para comunicação mais eficaz do que o atual.
			Vejo no IFPE Ipojuca duas entidades, a de ensino e a administrativa. Onde o primeiro bloco não está relacionado aos demais.
Pesqueira	Bacharelado em Enfermagem	Atividades desenvolvidas com participação efetiva de toda a comunidade	
		Bom, pois possibilita e considera a questões expostas pelos discentes	
		É boa, mas precisa de melhorar	
			Integrar a comunidade nas atividades desenvolvidas no campus pelo curso
		Muito bom	
		Nada a acrescentar	
	Licenciatura em Física	Participação dos discentes nas tomadas de decisões, referentes à instituição	
		A política de gestão é excelente	
			Capacitar mais os alunos para o mercado de trabalho com aulas dinâmicas que ajudem no aprendizado, participativas tanto o professor e o aluno ou vice-versa.
	Licenciatura em Matemática	Há um ótimo convívio com o pessoal da gestão	
		Temos uma boa gestão	
			A comunidade acadêmica (alunos), ainda não é ouvida suficientemente.
			Ainda temos muito o que aprender.
		Boa. Favorece a Democracia	
			Deveria ter mais questionários sobre algo que diga respeito a toda a instituição, onde os alunos possam participar ativamente do desenvolvimento do Campus.

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

Embora possa-se identificar, no quadro acima, avaliações positivas em termos das políticas de gestão nos *campi*, elencadas pelo segmento discente, as quais revelam uma tendência ao fortalecimento da Democracia, a ampliação da participação da comunidade

na tomada de decisões; ainda é bastante requerida pelo segmento, bem como, o estímulo à participação e integração dos diferentes segmentos na tomada de decisões, sobretudo, da sociedade civil. Ressaltando-se, o necessário reconhecimento do jovem como sujeito de direitos, devendo a sua voz ser considerada nos processos de tomada de decisões também no contexto escolar, porque, usuário da política educacional.

Verificam-se pontos a serem ainda melhorados, sobretudo: necessidade de ampliação da participação dos discentes na gestão dos *campi*, tanto administrativa quanto pedagogicamente, criação e ampliação de canais permanentes de participação dos discentes no que se refere às políticas de gestão, necessidade de maior abertura ao diálogo enquanto ferramenta de gestão na instituição. Ressalta-se a necessidade de maior atuação dos gestores junto aos cursos de Licenciatura e o incremento da participação dos órgãos colegiados na tomada de decisões e o estímulo à participação em geral nos rumos da instituição, sobretudo, após um período de eleições na maioria dos *campi*, onde programas de gestão foram apresentados e discutidos pelos diferentes segmentos na instituição. A seguir avaliação das políticas de gestão pelo segmento discente no contexto dos cursos do campus Recife.

Quadro – Avaliação do segmento discente (parte 02): Políticas de Gestão

Campus	Curso do avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Recife	Bacharelado em Engenharia Civil		A gestão do Campus deveria ser mais acessível de maneira que o discente exponha seus problemas e estes sejam resolvidos
			Acredito que poderia haver maior comunicação acerca dos trabalhos da comunidade acadêmica para com os discentes
			Creio que deve haver mais divulgação destas políticas, maior incentivo de participação dos alunos, maior integração entre as gestões da instituição e seus discentes.
			Desconheço todas as políticas de gestão, pois elas não são difundidas ao curso de engenharia civil.
			Deveria ser divulgada para os alunos tomarem conhecimento.
			Melhor atuação dos órgãos de gestão
			Melhorar a burocracia e boa vontade

		Muito ruim. Muitos problemas acontecem por falta de organização e gestão. É comum nos sentirmos desamparados e sem ter a quem recorrer.
Design Gráfico		A reitoria decide o que fazer e somos obrigados a aceitar e descobrir da pior maneira possível. Entre o final do último período e o começo deste, diversas decisões foram tomadas e prejudicaram os alunos, me incluo nesse grupo.
		As políticas de gestão parecem parciais (voltadas apenas para cursos técnicos), o que não traz credibilidade de avanços a curto, médio e longo prazo, para os cursos de nível superior
		Desconheço a maioria das ações sociais... e talvez precise ser mais divulgado..
		Deveria ter mais diálogo
		Difícil avaliar, pelo que entendi cada curso é por si, sempre que precisamos de algo recorremos a coordenação do curso e em vários casos não temos solução para o problema, já que cada setor joga a responsabilidade para outro.
		Particularmente, muito ainda precisa melhorar. A assistência aos alunos deixa a desejar, a burocracia que tem que ser enfrentada para coisas simples como impressão de trabalhos prejudica as entregas dentro dos prazos e acaba atrapalhando o andamento das aulas.
Licenciatura em Geografia	A CPA do IFPE é uma comissão de forte atuação. Seus representantes são dedicados para com a instituição.	
		A nova gestão não tem comunicação com o alunado
	A política é bem atuante em todo campus!	
		Acho que seria bom trabalhar em união com os alunos e que se tenha mais acessibilidade para pessoas com necessidades especiais.
		Acreditamos ser necessário a participação mais ativa da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisões instituições.
	As políticas de gestão do IFPE, estão ótimas	
		Envolver mais os professores em algumas decisões

			Falta de acessibilidade para deficientes físicos!	
			Falta mais engajamento da comunidade estudantil, do IFPE, nas questões sociais!!!	
			Maior transparência no orçamento.	
			Na maioria dos casos se apresentam muito distantes do corpo discente.	
			O DAE deveria participar das formulações dos editais de pesquisa e extensão.	
			Por estar num Campus que abriga as Pró-reitorias e a própria Reitoria, acredito que tendo a perceber a maior atuação desses órgãos em relação aos de nível dos Campi. Reafirmo novamente que as decisões e propostas do PDI e dos órgãos colegiados devem ser mais divulgados entre a comunidade para que esta se incentive à participação.	
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas		A princípio, um campus e curso bem organizado.		
		Boa de forma geral		
			Desconheço a atuação das políticas de gestão. Se há divulgação sobre esses itens, não são acessíveis ou com a devida publicidade para a comunidade discente.	
Tecnólogo em Gestão Ambiental	Desenvolvimento de Sistemas	Gestão poderia ser mais participativa com os seus discentes.		
			Não há participação da comunidade estudantil nas decisões sobre o campus.	
			Não tenho conhecimento sobre quais questões, a sociedade civil é atuante nas tomadas de decisões institucionais.	
				A comunicação entre a gestão e os alunos da graduação não acontece. Por não possuir uma liderança que coloque em pauta os interesses e dúvidas dos alunos, as informações não são repassadas e a comunicação entre as duas vias é inexistente.
				A gestão poderia ocorrer de forma mais integrada com os alunos.
			Ampliar a participação dos estudantes nas tomadas de decisão.	
			As políticas de gestão devem ser aprimoradas a fim de beneficiar os alunos da instituição	
			Gestão voltada a acessibilidade	

			Mais diálogo entre os departamentos
			Mais incentivo para os cursos superiores no campus.
		Não tenho o que reclamar. Os gestores são muito transparentes conosco.	
			Necessária uma melhor atuação dos grupos estudantis
		O IFPE tem uma Política de Gestão associada aos anseios da comunidade acadêmica, bem como aberta à participação da sociedade, no que tange as ações de responsabilidade social.	
		O Instituto cumpre de forma satisfatória a sua política de gestão.	
			Observa-se procedimentos antiacadêmicos, nas análises das solicitações dos docentes, prejudicando o aprendizado e vivência dos discentes.
			Os estudantes devem ser ouvidos e respeitados no sentido de que se existe algo incomodando, e interferindo no seu processo pedagógico deve sim ser levado em consideração e desenvolver com isso a resolução dos problemas a fim de manter os mesmos nos cursos afins.
			Precisa ser mais divulgada e mais acessível.
			Será benéfico uma maior participação da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisão institucionais.
			Uma participação maior e mais efetiva do corpo discente na tomada de decisões seria interessante.
		A estrutura da gestão é excelente.	
			A gestão deve dar tamanha importância aos cursos de graduação
			A gestão não ouve os estudantes!
		A instituição tem uma ótima gestão	
		A nova gestão tem melhorado as condições de trabalho e de estudo.	
		A reitoria é presente	
			Como constatado nas repostas, a falta de informações é visível.

			Gerir é estar perto do cliente. Há uma distância entre o aluno e a gestão que torna impossível um trabalho adequado. Exemplo: visitas técnicas que não acontecem por burocracia ou falta de transporte.
			Maior participação dos alunos nas tomadas de decisões.
			Maior segurança para os estudantes, principalmente para os estudantes da noite.
			Os estudantes deveriam participar mais da política de gestão do IFPE.
		Uma gestão boa, mas deixa a desejar quando se trata do curso de Gestão de Turismo.	
Tecnólogo em Radiologia		A gestão deveria interagir mais com os alunos	
		A política de gestão do IFPE Recife precisa melhorar e muito, pois a tomada de decisões, que necessite de aconselhamento estudantil tem que ser feita com mais vezes, pois a instituição só existe por causa dos alunos e em cima deles e que deve ser tomada as decisões.	

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

A avaliação do segmento discente quanto às Políticas de Gestão nos cursos avaliados no *Campus* Recife, revela, inicialmente, um panorama bastante positivo, no entanto, a partir da análise do quadro, verifica-se a necessidade de maior participação e consideração do segmento discente e, da sociedade civil na tomada de decisões, intensificação do diálogo e maior divulgação das políticas de gestão e maior acessibilidade ao gestor na instituição, aprimoramento das políticas de gestão e dos canais de participação/interação do segmento discente com a gestão e, certa discrepância nas análises acerca das políticas de gestão, tanto imediata, efetivada pela gestão do *Campus* Recife, bem como as desenvolvidas pela reitoria do IFPE.

Ressalta-se a necessidade da melhoria na atuação de integração dos órgãos de gestão, de uma atuação mais efetiva do movimento estudantil nas políticas de gestão, maior incentivo e diálogo junto aos cursos superiores. Verifica-se, uma tendência à avaliação das políticas de gestão mais diretamente relacionada á reitoria e suas Pró-reitorias, em virtude da proximidade com a mesma, além de culpabilização ora da gestão do *campus*, ora da Reitoria em virtude de mudanças e falta de acesso às políticas por parte do segmento. Na avaliação também foi feita referência quanto à necessidade de melhoria de políticas específicas como da assistência estudantil e de acessibilidade no

campus. Visão fragmentada das políticas de gestão entre os cursos técnicos e superiores, gerando o descrédito de avanços para os cursos superiores. Verifica-se numa análise mais global, que o segmento apresenta em suas opiniões, reivindicações, observações, uma prática relativamente inicial do processo pedagógico da avaliação, com vistas um crescente aperfeiçoamento.

Quadro – Avaliação do segmento discente (parte 03): Políticas de Gestão

Campus	Campus do avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Vitória	Bacharelado em Agronomia		As decisões a serem tomados deveriam ser discutidos e não comunicados.
	Licenciatura em Química		É frágil o diálogo dos diversos seguimentos do <i>Campi</i> nas tomadas de decisões para soluções dos problemas internos.
			Falta uma maior participação de servidores em geral, uma maior divulgação.

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

Conforme evidenciado no quadro acima, a avaliação das políticas de gestão dos segmento discente, aponta para a mesma direção que a anterior, no sentido da necessidade da ampliação do diálogo entre os diversos segmentos do *Campus* no processo de tomada de decisões, visto ser considerado ainda frágil, bem como, uma maior participação dos servidores em geral. Verifica-se também, uma necessidade de maior discussão prévia das ações/decisões a serem tomadas, portanto, de uma maior participação e apropriação dos mecanismos de participação ao longo do processo por parte do segmento. A análise também sinaliza a ausência de maior envolvimento dos servidores na participação das políticas de gestão, bem como, a necessidade da ampliação da divulgação das políticas de gestão. Na sequência, análise do segmento docentes acerca das políticas de gestão.

Quadro – Avaliação do segmento docente: Políticas de Gestão

Campus	Curso do avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Barreiros	Licenciatura em Química		A nível de Reitoria, é difícil comunicar-se com gestores, marcar reunião, ou mesmo retirar dúvidas sobre políticas da Instituição, o que dificulta a participação da comunidade acadêmica e sociedade civil nas tomadas de decisões institucionais.
		É satisfatória uma vez que o seu emprego vem apresentando bons frutos para o andamento do curso.	
		Satisfatórias e dentro dos princípios que devem nortear uma instituição voltada para o ensino, pesquisa e extensão.	
		Tem procurado melhorar, contudo, em se tratando de um campus com várias limitações será preciso mais tempo e um maior aporte de recursos.	
		Se for gestão do Campus considero boa.	
Campus Recife	Bacharelado em Engenharia Civil	A gestão atual tem políticas importantes tanto na área de ensino quanto ao incentivo pela extensão, e até criação de novos cursos superiores.	
			A instituição se mantém ainda com suas políticas, como se ainda fosse apenas escola técnica.
		Depois de implantadas, vêm se aperfeiçoando e se atualizando gradativamente em busca da excelência.	
			Deveria ter uma maior participação do corpo docente
			Liberdade de atuação do colegiado.
			Precisam ser mais participativas e mais divulgadas
		Sempre comprometida em resolver as problemáticas da instituição.	
			Seria importante conseguir dar continuidade nas políticas de gestão quando da mudança dos gestores.
			Visitar os departamentos para dialogar as decisões que irão impactar os servidores
		Voltadas ao bom funcionamento e a melhoria do IF	
			A gestão deve ser mais participativa, dialogar com os órgãos colegiados do campus e com os servidores
			Acho democrática e acessível.
			As políticas de gestão poderiam ser mais integradas no IFPE.

	Licenciatura em Geografia		Consideramos necessária a prática de divulgação pública e regular da prestação de contas, de maneira, que possa fortalecer o entendimento de uma gestão democrática e transparente.
			É urgente que o sistema Q Biblio seja substituído na biblioteca. Ele não se ajusta às necessidades da Educação Superior, tampouco às exigências do SINAES. Há recorrentes falhas técnicas que não são resolvidas pela Qualidata e não são feitos ajustes no mesmo para esse nível do ensino.
			Maior atuação na manutenção da estrutura física do campus Recife.
			Necessitam ser ampliadas e mais próximas da comunidade acadêmica promovendo um contínuo diálogo com os segmentos que compõem a instituição visando maior adequação e atendimento às demandas específicas de cada setor.
			O problema mais grave é a dificuldade de comunicação.
		Uma sugestão óbvia é inserir mais a comunidade na elaboração/execução das políticas de gestão. Esse instrumento de avaliação é ótimo. Mas é preciso criar algum instrumento para participação enquanto as políticas estão sendo concebidas.	
	Tecnológico Design Gráfico		Sinto falta de proatividade. Chegar nos cursos e não querer que eles vão. Resolver os problemas localmente, e não sobrecarregar as coordenações com cada vez mais atividades.
Tecnológico em Gestão Ambiental		Acredito que há uma necessidade de melhoria, sobretudo no que diz respeito a autonomia, dos campi e das proreitorias, uma definição de procedimentos a serem seguidos para os processos das funções auxiliares ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso é necessário haver uma melhor distribuição dos servidores administrativos, sobretudo para as coordenações de curso. Além de procedimentos claros e uniformes para eleição de chefes de departamentos e formação de NDE's. Além da definição em nível de instituição das mudanças de matriz e criação de novos cursos.	
	As Políticas estão alinhadas com os direcionamentos do MEC e atendem ao PDI discutido com a comunidade e a gestão		

			Mais empenho nas políticas inclusivas, garantindo não apenas a inclusão mais também a manutenção.	
			Necessário ampliar o diálogo com docentes e estudantes.	
			Precisa valorizar os seus docentes e entender perfis dos docentes na Instituição. Assim será possível entender a natureza do professor e do professor-pesquisador e/ou extensionista.	
	Tecnológico em Radiologia		Avalio como boas	
			Que a gestão do IFPE continue de forma democrática e voltada para qualidade do ensino da extensão e da pesquisa.	Desalinhamento político entre reitoria e campus
	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas			A Direção poderia incentivar eventos específicos em cada Coordenação, não ficando apenas engessado na semana de tecnologia. Os alunos têm muitas ideias, vontade, mas não tem incentivo.
			As políticas de gestão tomadas no IFPE - Campus Recife atendem a todas as minhas expectativas como docente. O modo de gestão das direções de ensino, e de centro, consegue coordenar com primazia o pessoal docente, bem como TAE.	
	Tecnólogo em Gestão de Turismo			Falta discussão com a comunidade
				Gestão da reitoria em ritmo lento no andamento de processos
				Há urgência em diálogos e práticas ajustadas à realidade do IFPE como um todo
				Melhorar o diálogo e esclarecimentos dos direitos dos servidores
			No geral satisfatória.	
			São políticas satisfatórias	
				Sinto necessidade de uma maior interação dos gestores com a comunidade acadêmica

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

Tomando o quadro acima, de um modo geral, o segmento docente dos campi Recife e Barreiros avaliou de forma positiva e satisfatória as políticas de gestão no IFPE, tanto as mais imediatas, dos campi, como as da reitoria, com algumas exceções. No entanto, a avaliação sinalizou a reivindicação de uma maior democratização do segmento na formulação de tais políticas, bem como, a ampliação da participação e integração entre as mesmas na instituição, além da ênfase a uma maior aproximação/interação e diálogo entre a gestão e os diferentes segmentos e órgãos colegiados nos campi. Também foi requerida maior autonomia dos órgãos colegiados e pró-reitorias, assim como, a

atualização e ampla da divulgação das políticas de gestão, sua maior clareza e proximidade com os segmentos e setores visando uma melhor adequação das políticas, além da uniformidade dos procedimentos de seleção dos representantes dos órgãos colegiados e padronização dos critérios para normatização de matrizes e aberturas de cursos. Portanto, na avaliação, verifica-se um movimento em busca do refinamento do processo democrático na instituição, inclusive, reivindica-se a prática regular de divulgação das prestações de conta, para fins de controle social.

A avaliação sinalizou para a necessidade de continuidade das políticas de gestão após eventuais mudanças de gestão. Enfatiza-se um ritmo brando da reitoria diante do andamento do processo. Seguindo a avaliação do segmento anterior, evidencia-se a falta de alinhamento entre o *Campus Recife* e a reitoria. Foi também indicada, dificuldade de comunicação com os gestores para participação da comunidade acadêmica e sociedade civil na tomada de decisões, em especial, ao nível de reitoria. O espaço da avaliação, também foi utilizado para reivindicar a adequação do sistema da biblioteca bem como, para ressaltar a necessidade de manutenção do prédio do campus Recife e da melhor distribuição dos servidores. Além disso, sugeriram anotações diretamente relacionadas à autonomia das gestões de cursos, compreensão e valorização dos perfis docentes na instituição e solicitação de empenho quanto às políticas de inclusão e sua manutenção. Ressalta-se ainda a ausência de proatividade, acarretando sobrecarga de trabalho as coordenações de curso, e a urgência de diálogos e práticas ajustadas à realidade do IFPE. A seguir, apresentamos as avaliações do segmento técnico-administrativo em relação às políticas de gestão.

Gestão da reitoria em ritmo lento no andamento de processos

Quadro – Avaliação do segmento técnico administrativo: Políticas de Gestão

Lotação do avaliador	Aspectos positivos	Aspectos a melhorar
Barreiros		A distribuição de cargos de direção e coordenação em todo IFPE deveria se basear nos quesitos competência, habilidade e afinidade; não apenas por razões políticas. A assistência da Reitoria deveria ser mais sensível em prestar apoio condizente com as características dos campi agrícolas, inclusive considerar a criação de políticas específicas voltadas à área agrícola.
Belo Jardim		A gestão no âmbito da reitoria deveria ser mais próxima e dialogar mais com a comunidade escolar. Em relação a gestão do Campus Belo Jardim, precisa haver mais democracia e respeito a comunidade, pois predomina o coronelismo.

		A situação do campus Belo Jardim em relação as políticas de gestão estão tão críticas que é difícil comentar... não há diálogo, por aí deduz-se a situação, chegamos a vivenciar situações de desrespeito ao servidor... situações que nos adoecem física e emocionalmente. Triste situação. Lamentável.
		As políticas de gestão deveriam ser discutidas com os servidores
		É preciso saber pensar as prioridades. Somos falhos nesse quesito.
		Falta uma maior participação da comunidade acadêmica na tomada de decisões, o que implicaria uma gestão mais participativa e transparente.
Caruaru		Acho muito fechado a relação entre alguns colegas com a direção do Campus.
		Não há incentivo para a propagação de conhecimento técnico administrativo e nem está explícito como tal esforço seria recompensado (no caso dos docentes é critério para progressão na carreira).
		Sugestão: promover o fortalecimento dos órgãos colegiados em todos os níveis da gestão. Garantir as ações de participação do técnico-administrativo em atividades de pesquisa e extensão, regulamentando o estabelecimento de algumas horas de trabalho semanal para a prática de tais atividades, a exemplo do segmento docente.
Ipojuca		Acredito que há um fosso entre os cuidados dados aos professores em relação aos técnicos no tocante à capacitação.
Campus Pesqueira	Captar mais recursos para que os técnicos administrativos possam fazer cursos de qualificação periodicamente.	
		Deve-se primar pela Democracia, instituindo-se os Conselhos Gestores dos Campi como forma de participação da comunidade acadêmica nas tomadas de decisões do IFPE.
		É necessário ter um pouco mais de atenção ao segmento técnico administrativo que fica algumas vezes à margem de decisões e da concessão de benefícios.
Campus Recife		Não se observa a realização de cursos voltado a função que o servidor executa com a finalidade de aperfeiçoar e capacita-lo como também disponibilizar eventos que possibilite o conhecimento de outras áreas que este servidor tenha interesse. Quanto a participação no técnico em pesquisa na instituição a cada ano vem crescendo este número.

		<p>Todos os servidores deveriam ser capacitados: só alguns viajam, só alguns se capacitam. Maior oferecimento da Instituição de capacitações. Capacitações para as chefias conhecerem o serviço, os seres humanos e as leis que regem os servidores, a instituição e o interesse em bem servir o nosso público. Certas direções e pró-reitorias não conhecem a realidade final do seu segmento de trabalho: como o matrícula é vista pelo aluno, que problema tem, como é vista a matrícula pelo servidor do registro escolar: como melhorar.</p>
Campus Vitória de Santo Antão		Muito aquém
		O IFPE precisa investir na capacitação dos seus servidores e, principalmente, dos que atuam em nível de gestão, a fim de instruir no tocante à elaboração e tramitação documental.
Reitoria		Acredito que devem ser incluídos aspectos de segurança do trabalho na política de gestão para internalizar a cultura de prevenção no IFPE.
		Avalio a política de gestão do IFPE como deficiente.
		Construir ações que valorizem o técnico administrativo e possibilitem seu acesso em espaços de formação, desenvolvimento de projetos e melhoria da qualificação.
		Desconheço qualquer política de gestão participativa, o que vivencio é uma cultura de barganha de FG e CD e a manutenção do poder nas mãos das mesmas pessoas.
		Deveríamos ter mais padronizações nas ações. Olhar mais para os administrativos. Colocar mais informações no site.
		Entendo que enquanto não enxergarem os administrativos como seres pensantes e que podem produzir tal qual o docente, o segmento administrativo sempre se sentirá escanteado. Já tentei algumas vezes entrar em grupo de pesquisa do IFPE, mas não sinto reciprocidade e interesse quando ofereço-me para participar das pesquisas.
		Entendo que há muito espaço para melhoria e inclusão de itens de segurança do trabalho na política de gestão considerando aspectos de segurança ocupacional, definindo valores, diretrizes, metas, indicadores, auditorias internas e principalmente a disciplina operacional de "segurança em linha", desde o nível hierárquico mais alto até a "força de trabalho" executante, abrangendo todos os servidores, alunos e terceirizados.
		Gestor certo na função certa e infraestrutura para o desempenho dessas atividades.

		Necessidade da elaboração dos Regimentos Internos da Reitoria e dos Campi, bem como a implantação dos Conselhos dos Campi. Definir como prioridade, para as políticas de gestão, o mapeamento dos processos da entidade, tendo em vista que a ferramenta proporciona a identificação dos setores responsáveis por cada atividade, padroniza as ações, otimiza a execução das atividades, diminui o retrabalho, quantifica o tempo necessário para o desenvolvimento das atividades, proporciona a transparência e corrige os gargalos identificados.
		Sugestão: que a participação e atividades desempenhadas pelos técnicos-administrativos em projetos de pesquisa e extensão contabilizassem na carga-horária de trabalho, como acontece com os docentes.

Fonte: Instrumento questionário do avaliador da comunidade do IFPE.

A partir do quadro, é possível constatar uma avaliação mais severa do segmento técnico-administrativo quanto às políticas de gestão na instituição. Em termos gerais, o segmento reivindica maior democratização, com ampliação da participação na tomada de decisões no contexto da gestão, fortalecimento dos órgãos colegiados, inclusive, dos conselhos gestores nos *campi*, aumento do financiamento e da inclusão dos técnicos-administrativos nas ações de formação, proteção ocupacional, além do reconhecimento e valorização profissional e a descentralização do poder na instituição, expressa sob rotatividade na ocupação dos cargos. Há também, à justa reivindicação da redução da jornada semanal de trabalho regular dos servidores técnico-administrativo, de modo a viabilizar o desenvolvimento das atividades de pesquisa e extensão nas quais os servidores estão inseridos na instituição, bem como, ao incentivo à propagação de conhecimentos técnico-administrativos, tal qual, ocorrem, reservadas as especificidades, de formas regulamentadas para os docentes do IFPE.

Aspectos como definição de prioridades, mapeamento e padronização de procedimentos de gestão, cujo objetivo é a otimização da execução das atividades, atualização de regimentos internos, ampliação dos canais de comunicação da gestão, estabelecimento de seleção para ocupação dos cargos e funções em detrimento da prevalência de fatores políticos para sua ocupação, necessidade de maior diálogo entre a reitoria e os campi, maior abertura para o diálogo por parte das gestões locais, de modo a garantir aos servidores um maior grau de integração, participação e satisfação no desempenho das funções na instituição, como decorrência da excelência das políticas de

gestão na instituição. Necessidade de incorporar a dimensão intelectual ao trabalho produtivo dos técnico-administrativos.

Ressalta-se que a avaliação busca contribuir com o aperfeiçoamento das políticas de gestão na instituição, embora se verifique alguns entraves ao seu pleno desenvolvimento.

5. Análise dos dados e das informações

Os diagnósticos levantados na seção anterior trataram dos Eixos II e IV, apresentando a avaliação desenvolvimento institucional e das políticas de gestão na Instituição. **No cômputo geral, numa linguagem somativa, a comunidade acadêmica do IFPE, nestes dois eixos, avaliou parcialmente a Instituição com o Conceito Institucional Contínuo 3,1572 e o Conceito Institucional Geral 3** numa escala que vai de 0 a 5. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco (IFPE) trata-se de uma Instituição de Educação caracterizada por uma nova institucionalidade com a desafiadora e instigante missão de ofertar educação básica, técnica, tecnológica e profissional; do mesmo modo a educação superior ao nível de graduação e da pós-graduação, *lato sensu e strictu sensu*.

Na análise dos diagnósticos das avaliações das políticas acadêmicas, dos últimos três anos, o IFPE vem obtendo avanços importantes no seu desenvolvimento institucional e nas políticas de gestão. Esta regulação interna traz uma série de regulamentações (ver site institucional), que impõe um padrão de qualidade e requisitos, amparados nos diagnósticos das avaliações interna e externa em suas distintas modalidades – institucional, cursos e desempenho estudantil – articulando interesses estratégicos da Instituição com a legislação da educação superior, numa visão sistêmica e integradora, repercutindo na sua imagem institucional com os conceitos de qualidade atribuídos aos seus cursos e a própria Instituição.

A regulação interna entra num contexto, que articulado ao PDI (2014-2018), busca proporcionar a inserção, consolidação, expansão e interiorização dos cursos de educação

superior da Instituição no Sistema Federal de Educação Superior e no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. Associado a regulação interna, as discussões a respeito dos diagnósticos da avaliação entre a CPA e a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional caminham na direção de consolidar o sistema interno de supervisão das políticas de gestão, com o intuito de salvaguardar a qualidade Institucional relativa à sua eficácia acadêmica e social.

Nos eixos analisados neste relatório parcial, os maiores desafios da Instituição situam-se na ampliação dos dispositivos e mecanismos democráticos e divulgação das políticas de gestão na comunidade. Pois, é nesta dimensão que reside a chave para proporcionar maior efetividade das atividades acadêmicas – ensino, pesquisa e extensão. Logo, o desafio constitui-se em identificar, amparados na intuição da comunidade e nos documentos e legislação oficial, os meios e estratégias mais eficazes para orientar a manutenção e ampliação destes processos, como prescrito no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) realimentando-o.

Nomeadamente, por que a instituição é o resultado da junção de distintas instituições de educação da Rede Federal de Educação Profissional e passou nos últimos três anos por uma expansão importante, que demanda/demandará um planejamento e supervisão estratégico e eficaz neste e no próximo ciclo avaliativo.

6. Ações com base na análise (do diagnóstico à ação)

Nesta seção, apresenta-se as ações propostas com base e fundamentadas na análise dos diagnósticos da avaliação interna visando à melhoria das atividades acadêmicas e da infraestrutura física. A CPA do IFPE em sua metodologia de avaliação, reconhece esta seção como o processo de regulação interna amparado na comunidade, pois estas informações serão amplamente divulgadas e acompanhadas na Instituição a partir da divulgação deste relatório parcial de avaliação interna, postando-se a cada ano, ao INEP, o quadro a seguir, para efeitos de verificação dos impactos da avaliação na Instituição.

Ação	Prazo	Status	Setor responsável
Aquisição de obras para compor o acervo bibliográfico dos cursos superiores e de um plano periódico de atualização do acervo	07/2017	Em andamento	PRODEN, DG <i>Campi</i>
Reestruturação do currículo com base nas Diretrizes Curriculares e no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e demandas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	12/2017	Em andamento	PRODEN – DEN <i>(Campi)</i>
Incentivar e acompanhar o processo de atualização dos PPCs dos Cursos Superiores no âmbito dos colegiados	06/2017	Em andamento	PRODEN / DEN / Coordenações dos Cursos <i>(Campi)</i>

Supervisão e acompanhamento das atividades de estágio desenvolvidas nos Cursos Superiores	09/2017	Em andamento	PRODEN / DEN / Coordenação dos Cursos (<i>Campi</i>)
Desenvolver programas de formação continuada com os docentes dos cursos superiores considerando-se as demandas da comunidade apontadas neste relatório – atualização pedagógica	12/2017	Em andamento	PRODEN
Criação de repositório para armazenar e divulgar os trabalhos de conclusão de curso	12/2016	Em andamento	PRODEN / DADT
Organização de seminário para publicidade dos TCC no âmbito dos cursos	12/2016	Em andamento	PRODEN / DEN / Coordenações dos Cursos
Promover treinamento ao corpo docente sobre o <i>software</i> Q-acadêmico	12/2016	Em andamento	PRODEN / DEN
Fortalecer a participação colegiada nos Cursos Superiores	12/2016	Em andamento	DEN – Coordenadores de Cursos
Criação de regulamento e critérios para a atuação e o perfil dos coordenadores dos cursos superiores	05/2017	Em andamento	PRODEN – DEN
Estimular nos colegiados a prática de autoavaliação dos cursos com ênfase na avaliação do ensino	12/2016	Em andamento	PRODEN / DEN / Coordenadores dos Cursos
Acompanhamento e supervisão das atividades do NDE dos cursos superiores	12/2016	Em andamento	PRODEN
Acompanhar o desenvolvimento das atividades acadêmicas nos grupos de pesquisa	12/2016	Em andamento	PROPESQ – Diretorias de Pesquisa nos <i>Campi</i>
Estimular a participação do corpo docente dos cursos superiores a submeterem projetos e planos de trabalhos nos editais da PROPESQ, ampliando as possibilidades de ofertas de orientação de iniciação científica	12/2016	Em andamento	PROPESQ – Diretorias de Pesquisa nos <i>Campi</i>
Definir de forma coletiva e divulgar os critérios utilizados para a participação de docentes, técnicos-administrativos e discentes em eventos acadêmicos no âmbito dos <i>Campi</i>	12/2016	Em andamento	Diretorias de Pesquisa nos <i>Campi</i>
Estimular a participação do corpo docente dos cursos superiores a submeterem projetos e planos de trabalhos nos editais da PROEXT, ampliando as possibilidades de ofertas de orientação e participação discente (acadêmica e cidadã) na extensão	12/2016	Em andamento	PROEXT – Diretorias de Extensão nos <i>Campi</i>
Definir de forma coletiva e divulgar os critérios utilizados para a participação de docentes, técnicos-administrativos e discentes em eventos extensionistas e acadêmicos no âmbito dos <i>Campi</i>	12/2016	Em andamento	Diretorias de Extensão nos <i>Campi</i>
Incentivar docentes e discentes à publicarem os	12/2016	Em	PROPESQ /

resultados de pesquisa e relatos de extensão		andamento	PROEXT / Diretorias dos <i>Campi</i>
Estabelecer um cronograma de pagamento sistemático de bolsas de iniciação científica e extensão, no âmbito dos <i>Campi</i> , com ampla divulgação a comunidade, em especial ao corpo discente	06/2016*	Em andamento	Direção Geral dos <i>Campi</i>
Publicizar os documentos norteadores das atividades de extensão	07/2016	Em andamento	PROEXT / Diretorias de Extensão dos <i>Campi</i>
Criar e intensificar campanhas de divulgação das matérias, atividades desenvolvidas, regulamentos, editais de ingressos e serviços dos cursos superiores ao nível interno e externamente à Instituição	12/2016	Em andamento	ASCOM / ASCOM <i>Campi</i>
Intensificar a divulgação das atividades, finalidades, e forma de funcionamento da ouvidoria	10/2016	Em andamento	Ouvidoria Reitoria / Ouvidoria <i>Campi</i>
Intensificar a divulgação das atividades, finalidades, e forma de funcionamento da Comissão de Ética	10/2016	Em andamento	Comissão de Ética
Discutir e divulgar amplamente com o segmento discente a regulamentação dos serviços da assistência estudantil	11/2016	Em andamento	DAE / CGAE <i>Campi</i>
Elaborar plano de manutenção, conservação, qualificação e ampliação dos espaços destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos superiores	12/2016	Em andamento	PROAD / Direção Gerais
Implementar e acompanhar plano de manutenção, conservação, qualificação e ampliação dos espaços destinados às atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos superiores	12/2017	Em andamento	PROAD / Direção Gerais
Implementar e acompanhar o plano de ampliação e adequação da infraestrutura física, observando-se os instrumentos legais que tratam da acessibilidade arquitetônica, pedagógica e comunicacional	12/2017	Em andamento	PROAD / Direção Gerais
Fortalecimento das ações de ampliação da atuação da Comissão de Ética do IFPE	12/2017	Em andamento	PRODIN
Campanha de divulgação da missão, objetivos e metas do PDI na comunidade acadêmica	12/2017	Em andamento	PRODIN/ASCOM
Divulgação do monitoramento e acompanhamento das metas do PDI para a comunidade acadêmica do IFPE	12/2017	Em andamento	PRODIN/DPLAN

*Realizado no *Campus* Vitória de Santo Antão no prazo estimado.

7. Referências

- AUGUSTO, Rosana; BALZAN, Newton Cezar. A vez e a voz dos coordenadores das CPAs das IES de Campinas que integram o SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 12, n. 4, p. 597-622, dez. 2007.
- BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006.
- BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras proficiências.
- BRASIL. MEC. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004. (Publicada no DOU nº 132, de 17.07.2004, Seção 1, página 12). **Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)**, instituído na Lei nº 10.861, de 14 de abril. Brasília, 2004.
- BRASIL. MEC. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). **Roteiro de Autoavaliação Institucional: orientações gerais**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES. Brasília, 2004.
- HOUSE, E. R. **Evaluación, ética y poder**. Madri: Morata, 2000.
- MACDONALD, B. La Evaluación Como Profesión de Servicio Público: Perspectivas de Futuro. In: Sáez, M. (coord.). **Conceptualizando la Evaluación en España**. Alcalá de Henares: Universidad Alcalá de Henares, 1995.
- PARLETT, M; HAMILTON, D. *Evaluation as illumination: A new approach to the study of innovatory programmes*. Work, nº 9, Centre for Research in the Educational Sciences, University of Edinburgh, 1972.
- SCRIVEN, M. *The Methodology of evaluation*, In: TYLER, R. W. GAGNE, R. M. y SCRIVEN, M. Perspectives of curriculum evaluation, **American Educational Research Association Monograph Series on Curriculum Evaluation** nº 1, Chicago, Rand McNally, 1967.
- SILVA, A. L. Avaliação institucional no SINAES: avanços, impasses e perspectivas. Recife, 2015, s/p, Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação (CE), Universidade Federal de Pernambuco.
- STAKE, R. E. Case studies. In: DENZIN, N; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. Sage Publications. Thousand Oaks, Califórnia, 1994.
- STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.
- STAKE, R. E. *The countenance of educational evaluation*. *Teachers College Record*, 68, nº7, p.523-540, 1967.